ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 175
2 de Junho de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

TERMINOU A CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS!

AVANTE PARA NOVAS TAREFAS E VITÓRIAS!

Camaradas:

É importante propormo-nos realizar uma tarefa necessária e justa. Mais importante ainda é ter a capacidade para realizá-la.

Por isso, para nós, comunistas, e para todos os nossos amigos, o dia de hoje é um dia de contentamento e alegria.

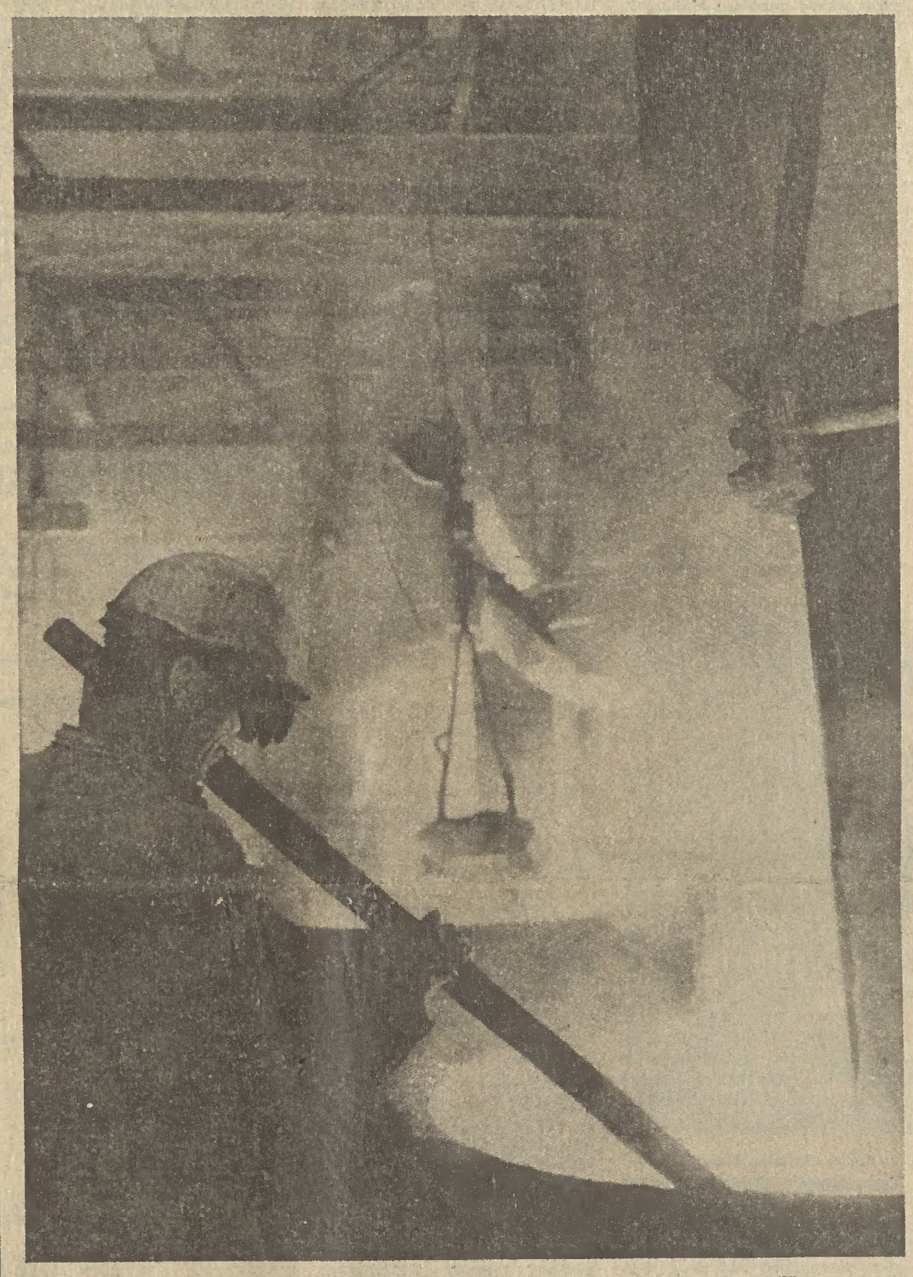
Porque nos propusemos realizar uma tarefa necessária e justa, embora difícil, e hoje, quatro meses passados do início, antes do tempo inicialmente previsto, depois dum êxito completo, já com o objectivo ultrapassado, podemos declarar: «Está encerrada a campanha dos 50 000 contos.»

Álvaro Cunhal na festa de encerramento da campanha dos 50 000 contos em Lisboa

CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL	8 456 875$50
«AVANTE!»	1 314 380$40
OR dos AÇORES	59 263$70
do ALENTEJO	2 610 409$20
do ALGARVE	927 854$00
das BEIRAS	1 753 854$50
de LISBOA	19 036 839$10
da MADEIRA	64 605$30
do NORTE	5 015 072$30
do OESTE e RIBATEJO	3 205 039$10
de SETÚBAL	8 622 492$70
EMIGRAÇÃO	3 069 259$15
UEC	803 757$60
UJC	525 412$70
POR CLASSIFICAR (1)	657 119$00
	56 122 234$25

(1) Trata-se da soma das quantias entradas na conta D.O. 13672 do BPSM – Av. Liberdade, das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à C.C.C. as correspondentes "Notas de Entrega".



Conferência Nacional do PCP

Realiza-se nos próximos dias 4 e 5 de Junho, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, a Conferência Nacional do PCP sob o lema «Sair da crise, com os trabalhadores, num grande esforço nacional».

A Conferência Nacional do PCP reunirá mais de 950 delegados eleitos pelas organizações do PCP e decorrerá na presença de mais de 4000 convidados, entre os quais entidades oficiais e centenas de técnicos e personalidades de diversas correntes políticas.

A Conferência terá um ponto único na ordem de trabalhos: «A situação económica e financeira e o caminho para sair das dificuldades actuais». O Plano de Trabalhos da Conferência prevê intervenções sobre temas gerais, agricultura, transportes, indústria, empresas e intervenções de economistas convidados.

Os trabalhos da Conferência Nacional do PCP realizar-se-ão em três sessões: a 1.ª das 9 e 30 às 13 horas, a 2.ª das 15 às 19 e 30 e a 3.ª das 21 e 30 às 23 e 30.

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL E A SAÍDA PARA A CRISE

A Conferência Nacional do PCP abre depois de amanhã os seus trabalhos. No decurso de dois dias ficará completado um longo e laborioso trabalho de pesquisa e de elaboração no qual, durante mais de três meses, milhares de trabalhadores comunistas, não raras vezes com a colaboração de trabalhadores de outras formações políticas, puseram à prova o seu empenhamento comum de contribuir para uma verdadeira recuperação da economia do seu País.

Aliás a Conferência, os debates e trabalhos preparatórios que a precederam, outra coisa não são afinal senão isso mesmo — uma contribuição que se pretende válida, e que o é sem dúvida, para a solução dos agudos problemas económicos e financeiros que afligem o País.

Do Norte ao Sul, do litoral às regiões desprezadas do interior, nas manchas industriais como nas manchas rurais, nas unidades fabris, nos serviços, nas Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção (UCP), os debates travados entre os trabalhadores afectos directamente à produção, os especialistas, trabalhadores científicos e quadros técnicos, que puseram o seu saber e experiência ao serviço do seu Povo, levaram a uma conclusão fundamental e unânime: só é possível recuperar a economia nacional na base da defesa intransigente das conquistas da Revolução — nunca sobre a sua destruição!

* * *

Esta conclusão contradita frontalmente a prática política do PS no Governo. O Governo PS fez sua política a demolição sistemática das grandes conquistas do nosso Povo — as Nacionalizações, a Reforma Agrária, o Controlo Operário — pôs toda a máquina do Estado ao serviço de uma dinâmica que não é a da Revolução.

A prática política do PS no Governo não só não reduziu os factores de crise na economia portuguesa como ao contrário os multiplicou e agravou.

O PCP previu e preveniu quanto às consequências práticas desta política. Privilegiar a dinâmica de desenvolvimento capitalista, dar-lhe livre curso, não só agravaria a crise económica como provocaria maiores sofrimentos ao nosso Povo e seria um importante factor de instabilidade social e política. Os factos o comprovam.

Todos os debates que precederam a Conferência Nacional do PCP confirmam a tese de que "recuperação capitalista" e "recuperação económica" são duas coisas totalmente distintas e opostas. Todos os trabalhadores comunistas, directamente afectos à produção ou como especialistas e quadros técnicos, são unânimes nas suas conclusões, que naturalmente enformarão a Conferência: não é possível sair da crise actual pela via da reconstituição dos monopólios e dos latifúndios que a Revolução extinguiu, nem por uma nova submissão ao capital estrangeiro e ao imperialismo que o nosso Povo vivamente repudiou em 25 de Abril e no 1.º de Maio de 1974.

E também em 25 de Abril e no 1.º de Maio de 1977!

Não compreender este mandato popular, praticar uma política ao revés dele, é, além duma insensatez que se paga cara — o Governo PS paga-a à custa do seu próprio partido — um autêntico crime contra a economia nacional e contra o bem-estar e a independência do Povo português.

A base de massas do PS reduziu-se visivelmente por culpa exclusiva dos seus dirigentes e do seu Governo e em prejuízo da democracia e da Revolução; os trabalhadores socialistas, como os comunistas e os sem partido, sentem o fardo do desemprego, do aumento excepcional do custo de vida sem a contrapartida nos salários, da redução consequente do seu poder de compra, do cerceamento das suas liberdades e direitos pela crescente introdução de métodos repressivos como forma de solução dos conflitos sociais.

(Continua na pág. 2)

VAMOS ENCERRAR RAPIDAMENTE AS CONTAS DA CAMPANHA!

ANGOLA

Numa manifestação de solidariedade para com os ideais de libertação e de progresso dos povos, o PCP enviou ao Presidente da República Popular de Angola o seguinte telegrama:

**AO CAMARADA AGOSTINHO NETO
PRESIDENTE DO MPLA**

Em relação com os últimos acontecimentos que enlutaram Angola, desejamos do coração ao camarada Presidente Agostinho Neto, ao MPLA e a todo o Povo angolano completo sucesso na luta contra o imperialismo e contra actividades divisionistas que possam estimular ou facilitar os planos de agressão dos inimigos da vossa Pátria. **Álvaro Cunhal**

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO

As Assembleias das várias organizações do Partido prosseguem por todo o País e são alvo da atenção participante de militantes e amigos do PCP que nelas encontram uma das concretizações práticas da elevada noção de democracia que preside a todos os actos da organização dos comunistas.

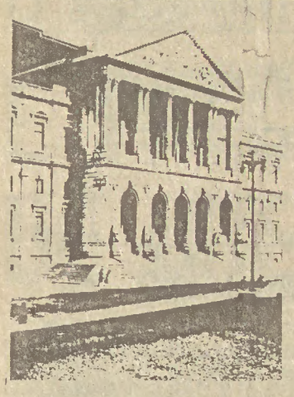
«PODER LOCAL»

Uma nova publicação ao serviço do trabalho de todos os democratas nas autarquias, do esforço para tornar o poder local um instrumento eficaz de defesa dos interesses populares

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O próximo número do «Avante!» sairá terça-feira, dia 7, e será dedicado inteiramente à Conferência Nacional do PCP

METALÚRGICOS EM LUTA



Os Comunistas na Assembleia da República

As «convergências» do PPD nos Açores e no Continente

O deputado Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar comunista, proferiu na passada sexta-feira, na Assembleia da República, uma importante declaração política do nosso Partido, que seguidamente transcrevemos:

Ao contrário do que aqui foi assegurado pelo líder do partido que tem a responsabilidade do Governo Regional, a tensão não tem deixado de recrudescer desde os acontecimentos de Ponta Delgada, exibindo-se os separatistas em acções de provocação, arruaças e perseguições a antifascistas de diferentes filiações partidárias, anunciando a passagem à luta armada, preparando-se, sem disso fazerem segredo, para operações de grande envergadura contra a unidade e a dignidade nacionais, no dia 6 de Junho. Tudo isto perante uma tão completa apatia do Governo Regional que cobre de verosimilhança aqueles que o acusam de cumplicidade.

Quando o PPD/PSD, agora em convergência com o CDS, pretende forçar, à viva força, a sua participação em plataformas governamentais como primeira fase do pleno acesso ao Governo, reveste-se da maior importância chamar a atenção da Assembleia e da opinião pública portuguesa para a amostra dos Açores e o que ela representa em termos de exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos, da livre actividade dos partidos políticos, do cumprimento da Constituição, da unidade, integridade e independência nacionais.

Depois do atentado contra o Centro de Trabalho do PCP na cidade da Horta, o único do PCP nos Açores, onde responsáveis do meu partido no arquipélago (o meu camarada Leonel Medonça recebeu uma carta da FLA com o ultimato de abandonar os Açores até ao dia 31 de Maio), ao meu próprio partido dirigiu a FLA também outro ultimato para que cesse toda a sua actividade na região a partir daquela data.

Que dizem a isto os responsáveis do PPD/PSD? Que garantias assume o Governo Regional na protecção da vida e dos haveres dos cidadãos filiados noutros partidos que não naquele de que é emanação o PPD, designadamente a vida e os haveres dos cidadãos comunistas? Que garantia assume para garantir no arquipélago o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos, a actividade dos partidos políticos, o cumprimento da Constituição, a unidade e a dignidade nacionais?

Que compromissos assume, aqui, o PPD/PSD?

A intervenção do deputado Carlos Brito, pela sua importância e objectividade, recolheu os aplausos das bancadas do PCP e do PS, enquanto a perturbação era visível entre os deputados do partido do senhor Sá Carneiro.

Este quis falar. Muitas e importantes eram as questões concretas postas pelo deputado comunista. Mas Sá Carneiro às questões disse nada, prolongando assim para o Continente e para a Assembleia da República o silêncio comprometedor – ou talvez cúmplice – do seu governo regional.

Em tempo de convergências, estará a direita à procura da **convergência separatista?**

Pelos direitos das crianças

Não deixarei de salientar o que representa para as crianças e para todo o nosso povo a não existência de creches, jardins de infância, escolas etc., onde todas as crianças possam ser educadas e possam desenvolver-se física e intelectualmente. Não preciso de dizer o que nos falta; prefiro chamar a vossa atenção para o nosso dever de pensar nos problemas do povo e de procurar soluções para esses problemas.

Tais palavras foram ditas pelo deputado do PCP Manuel Gonçalves a determinado passo da intervenção que produziu acerca das dificuldades qua a Associação de Moradores da zona do Campo 24 de Agosto e Eirinhas, no Porto, está a atravessar relativamente a uma creche que montou num edifício que se encontrava abandonado há vários anos e que agora o respectivo proprietário pretende que seja desocupado, deixando as crianças na rua.

Por isso, foram justas as seguintes palavras do deputado comunista: **Não tiremos às crianças do Campo 24 de Agosto e Eirinhas o que a iniciativa popular, sem ajuda das entidades oficiais, já lhes deu.**

Projecto de lei do PCP: Participação na definição e execução da Reforma Agrária

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista apresentou um projecto de lei sobre a Participação na Definição e Execuçaão da Reforma Agrária, para o qual requereu, nos termos regimentais, a concessão do processo de urgência.

O projecto de lei apresentado pelos deputados comunistas contém seis artigos que abrangem os princípios gerais, a participação nos organismos da Reforma Agrária, a participação na definição da Reforma Agrária a participação na execução da Reforma Agrária, o direito de consulta prévia e o direito a informações e esclarecimentos.

Justificando esta iniciativa parlamentar do PCP afirma-se no preâmbulo do projecto de lei:

A Constituição assegura expressamente o direito de participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores na definição e execução da Reforma Agrária (art.° 104.°). Trata-se de uma importante disposição que reconhece o papel decisivo dos assalariados e compONESES no desenvolvimento da Reforma Agrária – disposição aliás coerente com o espírito e a letra de todo o título IV, no qual estes surgem como a primeira razão de ser da Reforma Agrária e seus directos beneficiários. Importa tornar exequível aquela disposição constitucional definindo o processo de participação.

Na fundamentação do projecto de lei os deputados comunistas acrescentam ainda: **Nos termos do art.° 104 da Constituição, a participação dos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores farse-á através das suas organizações profissionais e das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por eles constituídas, e inclui a participação nos organismos públicos cuja actividade esteja directamente relacionada, no todo ou em parte, com a definição e execução da Reforma Agrária.**

A participação na definição implica a consulta pública promovida pelos órgãos de responsáveis pelas medidas em causa, através da sua publicação, ficando os referidos órgãos obrigados a tomar públicos os resultados de tal consulta.

A participação na execução exige a reunião pública dos órgãos responsáveis pelas medidas em causa com as associações de classe e cooperativas e outras formas de exploração colectiva de trabalhadores rurais e de pequenos e médios agricultores.

Além deste mecanismo processual, importa prever um outro, de carácter idêntico, periódico, destinado à apreciação geral da execução da Reforma Agrária em cada distrito.

Cumpre igualmente prever um mecanismo semelhante para tratamento das medidas de execução da Reforma Agrária que visem especificamente a empresa de pequeno ou médio agricultor, a cooperativa de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores e outras unidade de exploração colectiva por trabalhadores quando as medidas impliquem modificações da estrutura fundiária ou empresarial e sempre que afectem ou possam afectar a respectiva viabilidade económica e social.

«A ordens do Governo»

Os deputados do PS, PPD e CDS rejeitaram, na passada semana, a aprovação de um voto de protesto pelos graves acontecimentos registados em Mora, voto de protesto esse apresentado pelo deputado Acácio Barreiros, com alterações propostas pelo PCP.

O voto de protesto que o PS, o PPD e o CDS se recusaram a aprovar dizia:

Considerando que, a ordens do Governo, um aparato da ordem de 400 homens com bastões eléctricos, cavalos, cães polícias e até helicópteros, interveio de forma brutal causando cerca de 50 feridos, entre os quais mulheres e crianças;

Considerando que esta intervenção feita na UCP «A Luta é de Todos», em Mora, de surpresa, sem respeito pela vontade dos trabalhadores, provocou uma onda gigantesca de repúdio, bem patente na manifestação ontem realizada em Évora e na jornada de paralisação efectuada também em Évora;

A Assembleia da República, cumprindo o seu dever de garantia das liberdades democráticas e vigilância contra quaisquer abusos do Poder protesta:

Pela forma brutal como actuaram as forças da GNR envolvidas nestes acontecimentos;

Contra o total desrespeito pela vontade dos trabalhadores e seus direitos constitucionais, que uma actuação deste género por parte do MAP representa.

Os partidos da direita resolveram muito simplesmente a sua questão: uma vez que o MAP faz, objectivamente, a sua política, lavaram dali as suas mãos e invocando despudoradamente «falta de informações», votaram contra.

O PS, como dissemos, também votou contra. Mas o seu porta-voz fez o favor de esclarecer melhor a Assembleia acerca dos acontecimentos de Mora. De facto, José Luís Nunes, depois de ter declarado o total apoio à política do ministro Barreto disse **só isto:** «O que a GNR fez foi a execução da política do Governo!»

Esta afirmação justificou plenamente a emenda proposta pelo PCP ao voto do deputado Acácio Barreiros. De facto, a expressão **a ordens do Governo** foi introduzida por sugestão do deputado Carlos Brito e a melhor justificação acabou por dá-la um deputado do próprio partido governamental.

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP justificou do seguinte modo a adesão dos deputados comunistas ao voto proposto pelo deputado Acácio Barreiros: **Os gravíssimos acontecimentos de Mora são fruto da criminosa e ruinosa política que vem sendo realizada pelo MAP na zona da Reforma Agrária. Esta política desrespeita a Constituição, as leis em vigor, os direitos dos cidadãos, desrespeita os interesses da economia nacional, acumula ameaças contra as liberdades e a democracia na nossa terra.**

No debate desta questão não deixou de ser curiosa a seguinte afirmação de um deputado do CDS: **O CDS é estruturalmente contrário à repressão!...**

AR preocupada com a situação do estudante preso

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto no qual manifesta a sua estranheza e preocupação pela situação em que se encontra o estudante Rui Gomes, detido em Setembro de 1975 pelas autoridades militares e desde então preso, encontrando-se actualmente no presídio de Caxias.

A Assembleia da República considerou, por unanimidade, tal situação ofensiva da dignidade da justiça e dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.° Dt.° — Lisboa 1 Telf. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.° Dt.° — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.° Dt.° — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.° Esq. — Porto, Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.° de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel.: 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.° de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787
Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na **Heska Portuguesa** — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Maio: 84 530

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL E A SAÍDA PARA A CRISE

Continuação da pág. 1

Dispor-se-á o PS e o seu Governo a uma mudança de política na direcção dos trabalhadores?

As palavras de Mário Soares na CIMPOR, em Alhandra, e a abertura do diálogo entre o Governo e a CGTP-IN são gestos positivos que contudo carecem de confirmação na prática.

* * *

Uma constatação importante verificada neste grande empenhamento colectivo que foi a fase preparatória da Conferência Nacional do PCP é, precisamente, a disponibilidade dos trabalhadores para as grandes soluções que a crítica situação económica nacional põem com premência na ordem do dia.

O seu elevado sentido patriótico, o seu devotado interesse pelo progresso económico e social do País, conferem aos trabalhadores portugueses e à sua vanguarda comunista um papel insuperável e insubstituível num autêntico processo de recuperação económica. Sem eles, sem a sua participação activa e consciente nada será possível.

A ampla discussão travada no seio das organizações do PCP, em centenas de sessões, plenários e reuniões de trabalho, forneceu uma resposta extraordinária às questões colocadas à economia nacional.

Milhares de propostas e de documentos elaborados, resultantes deste amplo debate com os pés assentes na terra, representam um imenso esforço de concretização dos trabalhadores comunistas, com a colaboração de outros trabalhadores, na abordagem dos problemas reais da economia portuguesa e no exame criterioso dos meios, dos recursos humanos e das formas de saída para a crise actual.

A Conferência Nacional do PCP não vai fornecer receitas acabadas para resolver os agudos problemas da economia nacional. Mesmo no plano interno, a Conferência, culminando todo um amplo trabalho de discussão e aprofundamento dos problemas, não encerra o debate.

Mas é um passo importante na busca de uma saída para a crise, uma contribuição que não pode ser ignorada por todos os que sentem a gravidade da situação actual e querem sair dela dentro das grandes linhas e conquistas da Revolução de Abril e no quadro de uma ampla democracia económica e política.

As propostas dos comunistas têm a marca de seriedade e de responsabilidade do seu Partido como grande força patriótica ao serviço das classes trabalhadoras e da independência nacional. Desprezá-las, ignorá-las, seria um mau serviço prestado ao País.

* * *

Quando o PCP reprova e combate a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo do PS; quando à chamada "convergência democrática" do PPD/CDS e aos seus apelos para a formação de um governo dito de "maioria presidencial" com um PS inofensivo e fraco e quando à política de direita, encapotada ou aberta, do PS sozinho ou em colaboração com o PPD e o CDS, o PCP opõe outra alternativa para a saída da crise, uma alternativa democrática na qual o papel dos trabalhadores tem de ser determinante e onde convirjam todas as forças patrióticas e democráticas, o PCP não destrói mas constrói. A política do PCP dirige-se às forças realmente interessadas num projecto de democracia que aponta ao socialismo como determina a nossa Constituição Política.

Para o PCP o combate pela democracia é antes de tudo um combate de classe, cuja primeira linha — a frente principal — é a frente dos explorados contra os exploradores e cuja segunda linha é a frente de todos os progressistas e amigos da liberdade contra os inimigos que trabalham e conspiram para repor o passado.

A nossa Conferência Nacional é uma contribuição que só o Partido dos trabalhadores pode dar para uma larga plataforma de entendimento entre as forças políticas e sociais mais amplas para a defesa da Democracia e das conquistas da Revolução.

O diálogo e não a confrontação é caminho para o entendimento; a suspensão da ofensiva contra as conquistas da Revolução da parte do governo do PS é também uma condição necessária para a viragem de política que se impõe.

PUB.

77 8ª FIL FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
27 Maio 7 Junho 1977

ESPIRAL/adapt.

O GRANDE EXPORTADOR
DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
V/O MACHINOEXPORT,
PRESENTE NA
FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA,
DE 27 DE MAIO
A 7 DE JUNHO DE 1977

APRESENTA:

— carregador de frente modelo TO-18

— aparelho eléctrico tipo TEZ-522M

— modelo de escavadeira a céu aberto tipo EKG-4, 6B

**Visite o nosso stand
onde obterá todas as informações.**

MACHINOEXPORT

SAIR DA CRISE!
com os trabalhadores num grande esforço nacional

CONFERÊNCIA NACIONAL

ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS QUE NÃO SÃO DO PCP MAS DE TODO O POVO

Em vésperas da realização da Conferência Nacional, o camarada Carlos Costa do Secretariado da Comissão Política do Comité Central, em entrevista concedida ao «Avante!», analisa as razões fundamentais que levaram o PCP a lançar ombros a esta grande tarefa nacional para a qual se mobilizam não apenas comunistas mas trabalhadores e quadros técnicos que acima dos seus interesses partidários colocam a defesa da democracia e da independência nacional.

"Avante!" — A realização da Conferência Económica verifica-se numa situação determinada do país. Em traços largos, como caracterizas esta situação?

Carlos Costa — Em traços largos, podemos dizer que o país atravessa uma grave situação económica e uma situação financeira gravíssima. **A produção industrial está quase estagnada e não se verificam progressos no investimento. A produção agrícola deste ano sofrerá uma grande quebra.** A quebra de produção deste ano é motivada não apenas pelas condições climatéricas pouco favoráveis à agricultura mas fundamentalmente pelo ataque sistemático do Governo à Reforma Agrária, pela desorganização na actividade produtiva ocasionada objectivamente pela actual política do Governo.

Não será apenas na zona de intervenção da Reforma Agrária que se verificará uma baixa de produção mas também no Norte e no Centro do país. A razão é ainda a mesma. Que tem sido feito pelo Governo do PS para estimular a produção nas zonas de pequena e média propriedade? Podemos dizer que nenhuma, mas nenhuma, medida foi tomada neste sentido.

Pelo contrário, têm sido anuladas as medidas de incentivo à pequena e média lavoura tomadas pelos diversos governos provisórios (aumentam-se os preços dos pesticidas e similares, das rações, do gasóleo; não se dão garantias de preços e de escoamento à produção agrícola).

E como se não bastasse, o governo faz pesar sérias ameaças sobre uma das mais importantes leis de incentivo à produção agrícola: a Lei do Arrendamento Rural. Barreto não quer liquidar apenas a Reforma Agrária; quer liquidar igualmente a Lei do Arrendamento Rural que beneficia ou pode beneficiar mais de 200 000 camponeses do Norte e Centro do país. As razões do ministro Barreto são as mesmas: defesa dos grandes agrários do Sul e dos senhorios ricos do Norte e Centro.

Por outro lado, o aumento do desemprego é outro sintoma da grave situação do país. Segundo dados oficiais, o número oficial de desempregados inscritos duplicou entre Julho de 1975 e Fevereiro de 1976. Naturalmente que o número de desempregados é muito maior do que o número de desempregados inscritos mas entre ambos existe uma relação que nos permite tirar conclusões. **Calcula-se hoje o número real de desempregados em mais de 450 mil. A situação é particularmente aguda entre a juventude que termina os seus cursos. Cerca de 200 mil jovens estão nestas condições e este número tende a aumentar rapidamente.**

Quanto ao custo de vida, toda a gente sabe como tem subido. **Segundo números oficiais, entre Março de 1975 e Março de 1976, os preços no consumidor subiram desde 25 % em Faro até 32 % em Lisboa.** Os salários não acompanham, de nenhum modo, o custo de vida. **Também os números oficiais revelam que os salários reais desceram em 1976 e este ano encontram-se praticamente congelados para 1 milhão e 200 mil trabalhadores.**

Ainda como índice, dos mais esclarecedores, da crise verifica-se que a produção nacional não cobre as necessidades do consumo. Esta situação vem de muito antes do 25 de Abril mas, na verdade, tem-se agravado durante o Governo do PS. **O défice da balança comercial foi, de longe, o maior de sempre, atingindo 73 milhões de contos. O défice da balança de pagamentos foi também muito elevado e, como se sabe, a balança de pagamentos reflecte todas as dificuldades da nossa actual situação económica e financeira.**

"Avante!" — Ainda que não esclarecendo a opinião pública sobre a gravidade da situação nacional, o actual Governo não pode totalmente escamotear os problemas. Só que quando se lhes refere, responsabiliza sistematicamente os governos provisórios até ao VI Governo pelas dificuldades presentes...

Carlos Costa — Uma tal afirmação só se pode entender como uma afirmação demagógica. O nosso Partido é o partido da verdade e não apenas por motivos de ordem moral mas por questões de princípio. Pensamos que **a demagogia nem politicamente resulta, e o PS deve estar quase a chegar a esta conclusão.**

As causas fundamentais da actual situação económica e financeira foram herdadas do regime fascista e, fundamentalmente, da gravíssima situação económica à beira de rebentar em vésperas do 25 de Abril. Acrescente-se a esta herança, a gravíssima crise do capitalismo (a mais aguda desde 1929) e a sabotagem que a reacção interna e internacional desencadearam contra a jovem democracia nascida a 25 de Abril.

Apesar das tentativas das forças reaccionárias e do boicote económico e político do imperialismo, graças às medidas tomadas após o 25 de Abril a situação entre nós não se deteriorou de modo catastrófico, impediram-se empresas de falirem, asseguraram-se postos de trabalho e num dos relatórios da OCDE até se considerava surpreendente que a produção em Portugal tivesse baixado muito menos do que noutros países assolados pela crise geral do capitalismo.

Os números oficiais **demonstram à evidência que a situação portuguesa se tem deteriorado particularmente depois do VI Governo Provisório. E convém recordar um facto que a Direcção do PS se esquece sempre de mencionar: é que o PS prevaleceu nas pastas económicas durante 10 dos 16 meses que vão desde o I Governo ao VI Governo Provisórios; e que o PS é responsável quase absoluto pelas pastas económicas desde a constituição do VI Governo Provisório, ou seja, há 21 meses.**

Concluindo: nos 37 meses que vivemos de situação democrática, o PS teve responsabilidades nas pastas económicas durante 31 meses. Por aqui se vê o carácter absolutamente demagógico das afirmações do PS.

"Avante!" — Fala-se muito da dívida externa portuguesa. Podes, camarada, dar-nos um breve panorama da situação existente?

Carlos Costa — Quanto à dívida externa, em termos globais, podemos dizer que devemos cerca de 160 milhões de contos (dívida pública e privada). Temos 850 toneladas de ouro (das quais 350 já estão hipotecadas) que valem, à actual cotação, cerca de 130 milhões de contos. Divisas praticamente não há. Conclusão: se tivéssemos, neste momento de pagar as nossas dívidas, não o poderíamos fazer.

A gravidade da situação salta à vista. Podemos chegar a um momento em que não haja divisas nem ouro para importarmos os produtos de que necessitamos. É necessário solucionar o problema antes de atingirmos este ponto. Esta é a razão principal da realização da nossa Conferência.

"Avante!" — Poderias então sintetizar as razões que levaram o CC do PCP a convocar esta Conferência Nacional?

Carlos Costa — As razões da convocação da nossa Conferência são, por um lado, **a existência da situação que descrevi muito brevemente e a evidência de que o Governo do PS sozinho não é capaz de resolver estes problemas.** Evidência que decorre do facto de que todos estes problemas, sem excepção, se terem agravado a partir do VI Governo Provisório.

Em segundo lugar situa-se a **necessidade do PCP** (como Partido que tem grandes responsabilidades perante todo o nosso povo e naturalmente, em primeiro lugar, perante os trabalhadores, que são e continuariam a ser as principais vítimas desta situação), **dar o seu contributo para a saída da crise em que o País se encontra.** Mas existem ainda outras razões. **Não é possível encontrar as soluções para a crise sem os trabalhadores.**

Naturalmente que toda a gente, desde o PS ao CDS, pensa que os problemas têm de ser resolvidos pelos braços dos trabalhadores. Mas os trabalhadores não estão dispostos a dar somente o seu braço, não querem ser escravos. Hoje não há braços dos trabalhadores sem a inteligência dos trabalhadores, sem a sua participação na definição das soluções para os grandes problemas nacionais.

"Avante!" — Dadas as razões que levaram à convocação da Conferência Nacional, o que se procura com a sua realização?

Carlos Costa — Esta Conferência Nacional visa apresentar uma contribuição do PCP para a saída possível da crise. Mas esta contribuição já não é apenas do PCP. Realizaram-se já milhares de reuniões e nelas participaram milhares de trabalhadores sem partido, muitos trabalhadores de outros partidos e entre eles particularmente muitos trabalhadores do PS.

As soluções que chegarem à nossa Conferência já não são soluções estritamente do PC mas soluções que o PC adopta. Elas constituem o produto de discussões em que participaram muitos trabalhadores e quadros técnicos, do Norte ao Sul do País, dos diferentes sectores de actividade económica e não apenas os trabalhadores e quadros técnicos comunistas.

Convém salientar que de toda esta discussão se obtém um outro resultado fundamental: um novo salto na consciencialização dos trabalhadores, no seu conhecimento sobre os problemas de uma empresa, de um sector, da economia nacional. Esta discussão muito larga tem conduzido, sem dúvida, ao conhecimento exacto da situação em que vivemos e a uma consciência profunda dos problemas existentes e das urgentes soluções que são necessárias.

"Avante!" — Sairá da Conferência Nacional um plano sistematizado de recuperação económica elaborado a partir de todas essas contribuições?

Carlos Costa — Plano, no sentido de planificação económica, não poderá resultar da Conferência Nacional pois não se pode fazer planificação económica sem se dispor do aparelho do Estado; mas pensamos também que **não se pode fazer planificação económica sem o trabalho prévio que caracterizou a preparação desta Conferência.**

A planificação feita em gabinetes, sem que os trabalhadores digam o que podem fazer e o que é preciso fazer, é uma planificação burocrática, dirigista que não é assumida pelos trabalhadores e que, portanto, não pode resultar. Nós não temos possibilidades de apresentar um plano. Mas apresentamos soluções-tipo muito concretas a nível de empresas, a nível de sectores e a nível nacional. E pelo valor dos trabalhos chegados — e devo dizer que recebemos já mais de mil contribuições — podemos antecipar que, na realidade, é possível solucionar num prazo curto os problemas mais urgentes da vida económica e financeira nacional.

"Avante!" — Serão publicadas as diversas contribuições recebidas no âmbito da Conferência Nacional?

Carlos Costa — O que se espera publicar, de imediato, são as intervenções que forem feitas na Conferência. Esta será uma parte relativamente pequena do material que temos entre mãos. Como se calcula, as intervenções terão de ser de curta duração, e por isso, de extensão reduzida. Isto significa que há muitos materiais valiosos que não serão já publicados. Esperamos contudo arranjar forma de publicar os principais trabalhos que recebemos. Daremos assim uma grande contribuição para o conhecimento concreto dos problemas nacionais.

"Avante!" — Temos ouvido algumas opiniões sobre a Conferência Nacional. Uma delas é uma opinião interrogativa: então o PCP não teme que outras forças políticas venham a aproveitar os resultados dos trabalhos da Conferência?

Carlos Costa — Não temos receio de que adoptem as nossas soluções. Até o desejamos. A Conferência, como se sabe, é pública. Publicaremos as intervenções e outros trabalhos. O que desejamos é que eles sejam úteis ao País.

O que desejamos é precisamente ser úteis ao País; encontrar **soluções para os problemas que não são problemas do Partido Comunista mas sim problemas de todo o povo português. Naturalmente que a realização do essencial destas soluções implica também, e necessariamente, soluções para os problemas políticos. Não seria muito de esperar que um governo que se preocupa fundamentalmente com os interesses da grande burguesia nacional e internacional, vá pôr em prática as soluções dos trabalhadores. O que não existem é outras soluções, pensamos nós, para resolver os problemas nacionais. E isto implica que tem de se encontrar uma solução para os problemas políticos.**

COMO SE PROCESSARAM OS TRABALHOS PREPARATÓRIOS?

Como se processaram os trabalhos com vistas à Conferência Nacional?

Octávio Teixeira, economista, intimamente ligado aos trabalhos preparatórios, respondeu ao «Avante!»:

«Podemos dizer que a preparação da Conferência se iniciou com a criação de vários grupos de trabalho, que elaboraram algumas dezenas de documentos sobre temas económicos e sobre grande número de sectores de actividade.

Tais documentos foram distribuídos por toda a organização do Partido com o objectivo de servirem de base ao início do debate dos aspectos económicos relacionados com a empresa, com o sector de actividade ou com a localidade ou região. (Reparem que os documentos que referi não foram discutidos para serem aprovados, recusados ou alterados. Não era esse o objectivo. Eram documentos breves que apenas tinham por objectivo levantar «pistas» para o debate).

Como já tem sido informado, **realizaram-se largas centenas de reuniões por todo o país, em que participaram milhares de trabalhadores e técnicos, grande número deles não sendo militantes do Partido. Essas reuniões não obedeceram, logicamente, a qualquer esquema pré-definido. Foram os trabalhadores participantes que resolveram, em cada situação concreta, qual o âmbito de tais reuniões:** é assim que deparamos com reuniões a nível de empresa, reuniões a nível de freguesia, reuniões sectoriais dentro de cada empresa, reuniões sectoriais a nível de concelho, reuniões englobando várias empresas, etc. (Utilizo o termo empresas em sentido muito amplo, pois incluo cooperativas, UCPs, grupos de agricultores e comerciantes, etc.).

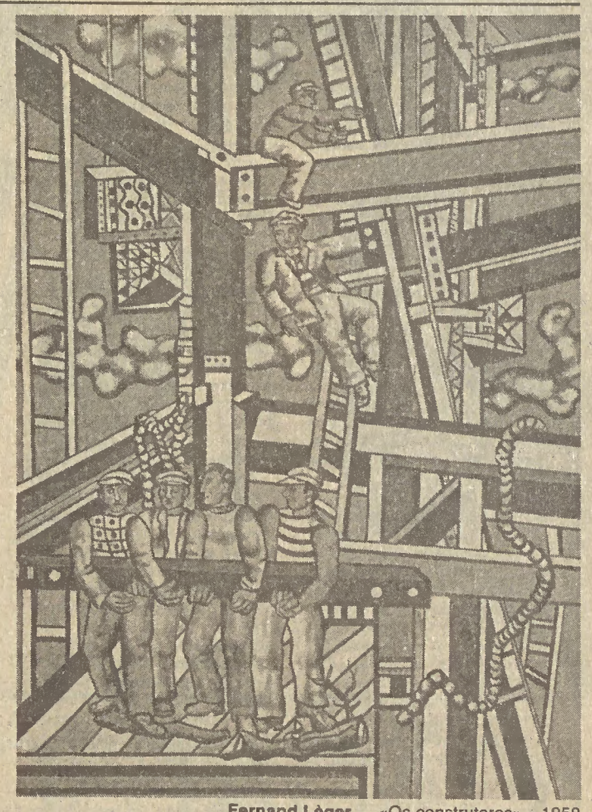
Por todo o país se foram criando grupos de trabalho por especialidades, que provocaram posteriormente reuniões regionais de debate de temas e sectores de actividade.

De todos esses debates foram sendo enviados para os grupos de trabalho iniciais (e refira-se que também nestes participaram muitos técnicos não militantes do Partido) centenas de relatórios, analisando criticamente as situações concretas actuais e propondo medidas para a recuperação económica.

Recebemos algumas dezenas de relatórios individuais, nomeadamente de trabalhadores e técnicos filiados em outros partidos.

Enquanto os debates prosseguiam, **foram sendo coordenadas todas as contribuições recebidas e foram sendo elaborados relatórios por temas e por sectores de actividade. Posteriormente fizeram-se debates, a nível nacional, sobre esses relatórios, a fim de serem discutidas as diversas medidas propostas. Há cerca de 15 dias a esta parte entrámos na fase final da preparação da Conferência: são os debates inter-sectoriais. Esses debates têm por objectivo a compatibilização das diversas medidas propostas em cada sector, e a «contabilização» dos efeitos decorrentes da sua aplicação, nomeadamente sob os pontos de vista de aumento da produção, diminuição de importações, aumento de exportações,** etc. Trata-se, no fundo, de fazer a «planificação possível» com os meios ao nosso dispor. É evidente que tem muitas limitações, pois não temos todo um aparelho de Estado absolutamente necessário para se fazer uma planificação global e total, perfeitamente quantificada. Mas posso dizer-vos que os resultados já obtidos são bastante positivos. **E durante o decorrer da própria Conferência aparecerão mais propostas, mais medidas, mais quantificações».**

Gustave Courbet — «Os britadores» – 1849



Fernand Lèger — «Os construtores» – 1950

David Siqueiros — «Acidente na mina» – 1931

Abel Salazar — «Mulheres trabalhando» – 1937

Robert Steri — «Trabalhadores das pedreiras» – 1911

Conferência de Imprensa no Porto

RIQUÍSSIMO MATERIAL REUNIDO PARA A CONFERÊNCIA ECONÓMICA

Realizou-se no Porto uma Conferência de Imprensa, promovida pelo PCP, que abordou a abertura próxima da Conferência Económica. Foi o camarada Avelino Gonçalves que se dirigiu aos jornalistas. Encontravam-se na mesa os camaradas Edgar Maciel Correia, Henrique de Sousa e Armando Nogueira.

Começando por afirmar que a Conferência corresponde às necessidades sentidas pelos trabalhadores de fazer frente à crise económica que o País atravessa e de tornar claro que existe uma alternativa democrática para a política antioperária que tem sido prosseguida, o camarada Avelino Gonçalves falou sobre os trabalhos preparatórios que, nos dois meses passados, em todo o País e portanto também nos distritos do Norte do Douro, sob o impulso das organizações do PCP, operários e camponeses, empregados e intelectuais, técnicos e pequenos empresários, comunistas e outros democratas, debruçaram-se sobre os problemas que afligem os mais diversos ramos de actividade económica, formularam e estudaram propostas, avançaram medidas, tendo em vista os objectivos apontados para a Conferência.

E continuou:

O trabalho desenvolvido permitiu reunir um riquíssimo material que comprova à saciedade o que o nosso Partido vem afirmando: com a participação dos trabalhadores, é possível encetar com confiança a recuperação económica, é possível aumentar a produção, melhorar a produtividade, diminuir sensivelmente e a breve prazo o défice da balança comercial e de pagamentos.

As reuniões, colóquios, relatórios, propostas e sugestões recebidas dos mais diversos sectores, permitem comprovar que os trabalhadores e os democratas em geral têm uma alta consciência do dever patriótico de encarar responsavelmente os problemas económicos e de os resolver.

Nos cinco distritos do Norte do País, com especial incidência nos distritos do Porto e Braga, realizaram-se em Abril e Maio cerca de 3 centenas de reuniões, em que participaram milhares de homens e mulheres, comunistas, homens sem partido e de outros partidos, nomeadamente socialistas.

Centenas de trabalhos, referentes à indústria metalúrgica, têxtil, química, construção civil, mas igualmente relativos ao comércio, à agricultura, à banca, aos portos e alfândegas, etc, foram elaborados. Trabalhadores de grandes empresas como a Sepsa, a Petrogal e a Siderurgia Nacional, a EFANOR, a TMG e muitas outras contribuíram com as suas opiniões.

Nos trabalhos participaram quer trabalhadores de empresas privadas, quer trabalhadores de empresas nacionalizadas, intervencionadas, em autogestão, cooperativas.

Em terras tão diferentes como o Porto, Braga, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Gaia, Fafe, Pousada de Saramagos, Pevidém, Riba de Ave, Santo Tirso, Felgueiras, Vila Real, Mirandela, Chaves e Montalegre e tantas, tantas outras, os trabalhadores debruçaram-se sobre os problemas e fizeram as suas propostas. Em muitas terras, grupos de pequenos agricultores discutiram problemas concretos como o milho, o leite, a carne, a batata, etc.

Na Conferência Nacional do Partido Comunista Português participarão cerca de mil delegados, entre os quais cento e trinta eleitos nos distritos do Norte do Douro.

Mas aos trabalhos da Conferência assistirão igualmente cerca de quatro mil convidados, sendo 500 dos cinco distritos nortenhos. Entre esses convidados haverá muitos – provavelmente cerca de metade – que serão pessoas de outros partidos ou sem partido – operários, empregados, técnicos, intelectuais, gestores e pequenos comerciantes e industriais, interessados em conhecer as propostas formuladas – tantas vezes com a sua participação – pelos comunistas, para que a economia portuguesa seja colocada na via da recuperação.

Os trabalhos preparatórios têm vindo a confirmar que existe uma alternativa democrática para a política que tem sido seguida pelo Governo do PS e que tal alternativa merece o apoio de amplas camadas da população portuguesa.

Só uma tal política, que terá de ter a activa participação de todas as forças que se identificam sem reservas com a Constituição, poderá dar efectivo combate ao desemprego, garantir a plena utilização da capacidade produtiva do País, aumentar a produção, elevar a produtividade, aumentar as exportações, diminuir as importações.

Não é mantendo uma atitude de cumplicidade com a sabotagem económica que vem sendo praticada pelos patrões da Shimming, da Fertex e da Socotil, por exemplo, que se recupera a economia. Não é devolvendo as empresas a patrões sabotadores, como aconteceu com a TMG, com a EFI e a Júlio Gonçalves Teixeira, Ld.ª, que se defendem os interesses económicos nacionais.

Não é lançando empresas em situação de indefinição jurídica, como acontece presentemente com a Jacinto Ramos & Irmão, que se garante a produção.

Igualmente, não é negando os créditos necessários a uma normal laboração, como vem sucedendo a centenas de pequenas e médias empresas, ou negando o apoio financeiro imprescindível aos planos de reestruturação propostos pelos trabalhadores para muitas outras, nomeadamente empresas intervencionadas ou nacionalizadas, que se recupera a economia.

A recuperação económica portuguesa passa pela participação intensa dos trabalhadores a nível de cada empresa e sector, pela garantia das conquistas da revolução, pelo aumento da produção, por uma política de austeridade que se coloque ao serviço das classes trabalhadoras.

Como afirmava o Comité Central do PCP no documento divulgado em Abril, "uma política de austeridade, de poupança de recursos, de restabelecimento do equilíbrio financeiro do País, de cada sector e de cada empresa é compatível, em geral, com a actualização dos salários e a manutenção e melhoramento do poder de compra dos trabalhadores".

A grande adesão que a todos os níveis se tem verificado em relação à Conferência Nacional do Partido mostra que os trabalhadores e os democratas em geral compreendem que esta alternativa existe e que a apoiarão activamente.

SAIR DA CRISE! com os trabalhadores num grande esforço nacional

Setenave

GESTORES PARTICIPAM

Na Setenave, o secretariado da célula, depois de analisar os problemas que punham a organização dos trabalhos para a Conferência, decidiu levar aos mais amplos sectores a discussão de propostas para a Conferência.

Houve uma reunião de célula alargada, onde trabalhadores comunistas e não comunistas discutiram alguns aspectos e deficiências da empresa. Mais tarde decidiu formalizar-se o convite, em carta, a técnicos da empresa, informados sobre a situação da mesma, e que poderiam dar um bom contributo.

Uma ordem de trabalhos preparada pela célula foi a base da discussão em que participaram bastantes gestores, tendo a discussão sido viva e não se conseguindo acabá-la durante essa reunião. Assim, marcou-se uma segunda reunião, ainda mais participada que a primeira, e o debate havido aconselhou um terceira que se vai realizar em breve — disse-nos o camarada Aranha Figueiredo, da Setenave.

Distribuímos na reunião os documentos do Partido acerca da Conferência e ouvimos as opiniões dos vários gestores e de outros trabalhadores que quiseram participar.

Foi evidente o interesse destas reuniões – já há mesmo pessoas, não comunistas, que aconselham reuniões deste tipo para além da Conferência, propondo que a Comissão de Trabalhadores as promova e que mais trabalhadores participem. Essas pessoas reconhecem implicitamente a influência dos comunistas nos órgãos unitários da empresa.

CONFERÊNCIA NACIONAL

No distrito de Viseu

CAMPONESES NA CONFERÊNCIA

A Conferência, o trabalho para a Conferência, chega a todo o lado. Lá onde se encontram trabalhadores, onde estão os comunistas, onde aqueles que querem encontrar soluções para a crise que se aprofunda se reunem, aí vamos encontrar os contributos para esta grande realização nacional.

Por isso os agricultores, os rendeiros, os trabalhadores agrícolas, comunistas ou não preparam e debatem trabalhos a enviar à Conferência. E, em vários concelhos do distrito de Viseu, discutiram-se e apresentaram-se sugestões, em reuniões da organização do Partido virada para o trabalho Camponês, com a participação de camponeses não comunistas.

Algumas das sugestões que mais se salientam:

A necessidade de demarcação de região de batata de semente nas serras de Montemuro e da Nave.

A racionalização da produção de fruta — desviando-se daquela que está a ser produzida em todo o país e incentivando-se novas formas de produção.

Sobretudo agricultores independentes, que participaram, viram na Conferência, um modo de ser ouvidos nos seus problemas. Mesmo aqueles que habitam regiões onde reuniões deste tipo não puderam ser levadas a efeito, enviaram propostas e sugestões escritas a membros do Partido.

Nas reuniões havidas na região, os não membros do Partido muitas vezes se alheavam do facto de o não serem, o cunho partidário da reunião esbatia-se e tratava-se em comum dos problemas. Foi mesmo salientado por camponeses independentes o papel do Partido em ouvir as suas opiniões, o que nenhuma outra organização faz.

Diziam mesmo que, a partir de hoje, deste embrião, talvez a sua voz começasse a ter peso na resolução dos problemas que lhes dizem directamente respeito. E os dados que avançaram eram feitos no sentido de serem aproveitados. Como no exemplo que um agricultor, ligado à produção de carne explicitou, apontando como necessária a reconversão da produção de milho e trigo para rações, alegando que poderia produzir-se forragem, com palha e espiga — esta forragem enriquecida substituiria com vantagem as rações e obstaria às importações de cereais.

Indústria de Calçado

SUPERAR A CRISE ACTUAL

Trabalhadores (comunistas e não comunistas) da indústria do calçado desenvolveram esforços para preparar a sua intervenção na Conferência Nacional e nela apresentar propostas de solução para os problemas deste vasto sector — cerca de mil empresas, na sua maioria de dimensão reduzida, empregando quase 20 mil trabalhadores.

A fraca taxa de capitação no consumo de calçado no nosso país, a pulverização do aparelho de distribuição, a diminuição do mercado interno devido à política de recuperação capitalista, a diminuta expansão das exportações estão a criar dificuldades no sector, particularmente entre as pequenas e médias empresas. Cerca de 700 unidades empregam menos de 20 trabalhadores cada e representam perto de 27% dos trabalhadores da indústria de calçado.

Procurando evitar uma maior degradação da situação e superar a crise actual, os militantes, simpatizantes e amigos do Partido que se reuniram para discutir estes problemas em várias localidades dos distritos de Aveiro e do Porto defendem a reestruturação geral do sector e indústrias afins através da acção coordenada do Estado em colaboração com as pequenas e médias empresas (PME), com o apoio e contributo dos trabalhadores e das suas respectivas organizações.

Como medida imediata, defendem o apoio técnico, económico e financeiro do sector, através da constituição de equipas técnicas de intervenção junto das empresas, orientadas pelo serviço de apoio técnico às empresas. No plano financeiro, sugerem que um único banco coordene os esquemas de financiamento, os apoios e incentivos mais adequados.

Entretanto, devido aos efeitos da política de recuperação capitalista, os trabalhadors entendem que actualmente a defesa e manutenção dos postos de trabalho dependem em larga medida do escoamento da produção para o mercado externo. Nesse sentido, urge tomar medidas que reduzam os cutos de comercialização por meio da centralização de encomendas e da sua distribuição pelas unidades industriais e ainda pelo controlo de qualidade.

Recomendando a necessidade de ser dada atenção particular aos mercados onde ainda não há implantação (por exemplo, os países socialistas), os trabalhadores apontam outras medidas, designadamente: racionalização dos circuitos de comercialização no mercado interno; normalização dos modelos e do tipo de calçado em cada fábrica; formação de quadros operários.

Acerca dos problemas relacionados com as indústrias a montante (curtumes e pré-fabricados), foi salientada a importância de serem estudados atentamente, uma vez que a reestruturação da indústria do calçado está também dependente do abastecimento de matérias-primas. Como foi referido, somente 30 a 40% dos curtumes necessários são nacionais. Os restantes são importados, com todas as consequências que daí resultam quanto à balança de pagamentos. Neste aspecto, além de denunciarem alguns "talhantes" que açambarcam enormes quantidades de peles de gado bovino, os trabalhadores que participaram na preparação da Conferência reclamaram medidas urgentes contra os açambarcadores, e o estímulo estatal à produção pecuária.

Quanto ao sector de pré-fabricados, foi defendida a criação de unidades especializadas na sua produção, e a reconversão de fábricas de calçado em fábricas de componentes, para se chegar a uma melhor situação quanto ao abastecimento, à poupança de matérias-primas e ao aproveitamento de desperdícios.

Relativamente às unidades que se encontram sob gestão dos trabalhadores — em S. João da Madeira há três cooperativas e duas empresas em autogestão —, foi reclamado todo o apoio por parte do Estado. Esse apoio é-lhes devido não só pelo esforço que tem sido desenvolvido pelos trabalhadores para as fazer sobreviver como ainda para que continuem a ser um pólo dinamizador de outras iniciativas de trabalhadores e pequenos industriais.

O problema da carne

MEDIDAS PARA REDUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E AUMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL

É possível aumentar a produção de carne e portanto reduzir em muito as importações deste produto que só este ano custarão ao País mais de três milhões e 700 mil contos". Esta a conclusão comum a que, no Norte, no Centro e no Sul do País têm chegado pequenos e médios produtores e trabalhadores das UCPs em reuniões realizadas no âmbito da preparação da Conferência Nacional.

Uns e outros reconhecem que a actual produção de carne é insuficiente para satisfazer o consumo e que, nos anos mais próximos, será inevitável continuar a recorrer à importação. Mas reconhecem igualmente que muito pode ser feito para reduzir estas importações e que o Governo do PS não só não tem actuado nesse sentido como parece interessado em desestimular a produção nacional, nomeadamente através da prática do MAP de ataque às UCPs e de estrangulamento da vida da pequena e média lavoura, encarando as importações como o recurso benvindo para os seus compromissos com o imperialismo.

Analisando a situação, pequenos e médios produtores e trabalhadores das UCPs denunciam a ausência de apoio técnico e financeiro que funcionaria como um estímulo à produção de carne, a prática inexistência de canais de recolha de gado organizado para a carne e a desorganização dos circuitos de distribuição o que abre as portas à violação das tabelas de preços; o problema do mercado paralelo de abastecimento de carne que se serve dos matadouros fora da esfera da acção da Junta Nacional de Produtos Pecuários (situação que o Governo institucionalizou com a recente deliberação de abate de gado (DL n.º 75-0/77).

Por outro lado, é ainda apontado o facto de o Governo ainda nada ter feito para planificar o consumo de modo a que a carne de bovino, que tanto pesa nas importações, seja substituída, em parte, pelo consumo de ovinos, com grandes possibilidades de exploração em regime extensivo, e aves e suinos que embora exijam importações de cereais e oleaginosas podem dar uma resposta muito mais rápida. Esta planificação do consumo, sem diminuir o valor alimentar dos produtos, permitirá reduzir as importações, poupando divisas, aumentando-se para tal a produção nacional de outras espécies de carne.

A continuar a presente situação em que o Governo recorrendo cada vez mais à importação, concorre para agravamento do desequilíbrio da balança comercial e através dela para a agudização do défice da balança de pagamentos. Recorde-se que em 1976 se dispenderam 2068105 contos contos e que este ano a verba prevista pela Junta Nacional de Produtos Pecuários é de 3206000 contos, acrescentando-se ainda 569 000 contos para aquisição de gado bovino para abate e para recria.

Por outro lado a produção nacional continua a debater-se com a não garantia de preços e de pagamentos a pronto, nem garantias de escoamento da sua produção, sem contar com uma rede de comercialização controlada pela JNPP, e debate-se com graves problemas, como seja o do aumento das rações para animais, e outros.

Que fazer perante este estado de coisas incomportável pelo que custa à Nação e pela ameaça de se agravar na medida em que pequenos e médios produtores e trabalhadores das UCPs se encontram desencorajados (estes últimos sofrendo ainda violentos ataques à Reforma Agrária, cuja contribuição para o aumento da produção se pode avaliar simplesmente pelo facto de nos cinco distritos abrangidos pela Reforma Agrária, em cerca de ano e meio se ter alcançado um aumento de efectivos pecuários na ordem de 123839 cabeças, ou seja mais 49% do que quando as propriedades se encontravam nas mãos de latifundiários)?

Pequenos e médios produtores e trabalhadores das UCPs, nos seus debates em torno da Conferência Nacional, têm respondido: tomar medidas para fomentar a pecuária, cumprindo a Constituição que estipula a prestação de apoio técnico e financeiro aos pequenos e médios agricultores e aos trabalhadores das explorações colectivas, garantia de preços à produção e de escoamento, saneamento e controlo da rede de abate e de distribuição por parte da JNPP, são algumas das sugestões mais insistentes neste domínio.

Mague

PARTICIPAÇÃO INTERESSADA

Falámos com o camarada Lúcio Janeiro, da Mague. A reunião preparatória da Conferência, nesta empresa, que decorreu no dia 24 de Maio, teve uma participação interessada, e contou com a presença, na mesa que orientava os trabalhos, do Secretariado de célula, de membros da Comissão de Trabalhadores, de um técnico comunista da Mague e ainda de um outro técnico, o camarada Seixas, da Sorefame. Presentes ainda o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Vítor Benito, membro do CC.

O camarada Lúcio Janeiro falou-nos das intervenções de técnicos da empresa, de operários, que desta forma quiseram contribuir para a Conferência, apresentando sugestões. Sugestões muito positivas que apontavam concretamente para a superação da crise, que não pode ser resolvida sem a participação dos trabalhadores.

Um dos problemas mais sentidos foi o da falta de coordenação a nível sectorial, a sua necessidade urgente. A ser posta em prática, esta coordenação poderia ter repercussões positivas em vários aspectos, tais como a carteira de encomendas, a eliminação da concorrência desleal e o evitar duplicações de investimentos.

A última intervenção da reunião, que versou sobre a situação política e económica do nosso País, esteve a cargo do camarada Joaquim Gomes, despertando muito interesse nos trabalhadores presentes.

Rendeiros do Norte

CUMPRIR E RESPEITAR AS LEIS DO ARRENDAMENTO E DOS BALDIOS

No Norte realizaram-se dezenas de reuniões de pequenos e médios agricultores e rendeiros que discutiram problemas e dificuldades com que se debatem para determinarem as soluções e propostas que serão apresentadas na Conferência pelos seus delegados. Foram detalhadamente analisados aspectos relacionados com a produção de milho, carne, leite, batata e outros produtos agrícolas, tendo sido enunciadas soluções que, a serem consideradas e concretizadas, terão enorme repercussão no aumento da produção agrícola e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores.

Naturalmente, foram também discutidos dois importantes diplomas, promulgados há bastante tempo, mas que só têm sido aplicados graças à abnegação e luta de milhares de camponeses do Norte e Centro do País. Estamos a referir-nos, obviamente, aos decretos que regulam o arrendamento rural e a utilização dos baldios.

Durante as reuniões efectuadas em Barcelos, na região de Basto, em Gaia, Gondomar, Lousada e outras localidades do Norte foi salientado que é fundamental a aplicação da Lei do Arrendamento Rural pelo facto de não só ser uma importante alavanca para o aumento da produção, como poder melhorar as condições de vida dos cultivadores directos e suas famílias.

Como repetidas vezes foi frisado pelos rendeiros e pequenos e médios agricultores presentes, é necessário que o Governo: aplique e faça respeitar a Lei do Arrendamento, liquidar a parceria agrícola, seja qual for a área de exploração arrendada; assegure a estabilidade do rendeiro; consagre a obrigatoriedade da redução a escrito do contrato; ponha a funcionar e apoie as comissões arbitrais; conceda pensões aos senhorios pobres e fomente o cooperativismo agrícola através do arrendamento compulsivo dos terrenos incultos.

Cumprir a lei é igualmente a reclamação fundamental apresentada pelos participantes nas reuniões sobre os baldios que foram realizadas na preparação da Conferência em Bragança e em Boticas.

Cumprir a lei que permite a utilização colectiva dos baldios e que o fascismo roubou às populações contra quem, várias vezes, lançou as suas forças repressivas para conseguir consumar a usurpação.

SAIR DA CRISE!
com os trabalhadores num grande esforço nacional

CONFERÊNCIA NACIONAL

FAZER DO SECTOR PRODUTIVO AGRÁRIO UM MOTOR DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Júlio Martins, técnico agrícola, que tem participado activamente na preparação da Conferência Nacional, em depoimento ao "Avante!", aponta as linhas fundamentais de desenvolvimento do sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, no sentido de aumentar a produção nacional em ritmos capazes de satisfazer o consumo interno, de modo a reduzir-se progressivamente as importações de bens alimentares, que custam ao País cerca de 20 milhões de contos.

O sector produtivo agrário sofre em cada ano uma violentíssima extracção de capitais criados pelo árduo labor de assalariados e pequenos agricultores. Latifundiários e capitalistas sacam dali milhões de contos ao ano em rendas, lucros comerciais e industriais, juros agiotários, desvios de créditos, de produtos e até meios de produção, grossas dívidas por pagar. O próprio Estado contribui para essa violenta hemorragia levando dos concelhos rurais mais impostos do que faz entrar em apoios financeiros.

Por falta de investimentos, centenas de milhares de hectares

de terras estão incultas, degradadas, ora com excesso de água, ora com aguda carência, pobres em matéria orgânica, em fósforo, em cálcio, com demasiada acidez. Portugal encontra-se com os mais baixos índices de produção por hectare da Europa. Importa-se já metade do que é necessário para abastecer a população, apesar dos baixos índices de consumo, enquanto há centenas de milhares de desempregados e milhões de emigrantes.

A Indústria e as outras actividades nacionais não se poderão desenvolver enquanto a Agricultura não sair da situação de principal entrave ao desenvolvimento a que a remete o extremo atraso e penúria originados pela dura exploração latifundiária e capitalista.

Apenas com cerca de um milhão de hectares na suas mãos, desde que iniciaram a Reforma Agrária, os trabalhadores do campo, apesar dos ferozes ataques reaccionários de que são objecto, demonstraram com grande clareza e heroísmo quanto é possível dinamizar a produção da terra e com ela as inúmeras actividades industriais e comerciais que compram ou vendem produtos à Agricultura.

Qualquer tentativa séria para impedir o agravamento do descalabro económico do País e iniciar um verdadeiro esforço nacional de recuperação deveria ter em conta duas condições. A primeira consistiria em definir claramente quais as medidas possíveis e indispensáveis para uma autêntica recuperação económica do País, no interesse geral dos trabalhadores e não de uma minoria de exploradores privilegiados. A segunda iria no sentido de mobilizar crescentes massas de trabalhadores e centenas de democratas e patriotas para a defesa e avanço dessa linha económica e política de progresso global do País.

A Conferência Nacional do PCP sobre a situação económica está a trazer uma contribuição da maior importância para definir uma clara linha de desenvolvimento do País e para mobilizar amplas energias populares e patrióticas em defesa dessa orientação nacional.

Numa síntese muito breve, gostaria de expor aquilo que, no meu entender, seriam as grandes linhas de acção para desenvolver o sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, o que envolveria medidas como as seguidamente enunciadas.

SUSTAR ENERGICAMENTE AS SAIDAS DE CAPITAL DO SECTOR

Expropriação de todos os latifúndios. O meio mais simples, mais eficaz e barato de financiar o sector seria acabar com as vantagens e saques dos agrários: desvios de rendas e outros rendimentos, de créditos, de gados, de máquinas e outros meios de produção, a recusa de indemnizações directas ou encobertas (subsídios de 8 500$00 por mês, inclusive) a agrários sabotadores, como estabelece a Constituição, nos seus artigos 87.º e 88.º. Seria necessário acabar com as reservas, com os cortes de créditos, com os atrasos do Estado nos pagamentos e outros atentados governamentais à organização autónoma e ao esforço produtivo dos trabalhadores. A terra deveria ser entregue efectivamente a quem a trabalha e tudo cria, com apoio concreto às novas UCPs de trabalhadores assalariados e às cooperativas de pequenos agricultores.

Aplicação das leis dos baldios, fazendo dos mais de 500 000 ha de terras baldias, usurpadas aos povos, importantes polos de desenvolvimento associativo agro-pecuário-florestal, e inclusive industrial, nas regiões de montanha.

Cumprimento efectivo das leis do arrendamento rural, sustando também por este meio a descapitalização dos pequenos agricultores-rendeiros e apoiando a sua grande capacidade para o investimento produtivo, quando lhes é assegurada nos termos constitucionais a estabilidade nas terras que trabalham e beneficiam.

Aperfeiçoamento dos circuitos comerciais e de transformação, desenvolvendo as estruturas de tipo cooperativo de trabalhadores assalariados e de pequenos agricultores e melhorando as estatais; e dando firme combate à especulação parasitária dos grandes intermediários, que retiram escandalosa parte do fruto do trabalho dos que com tanta dureza vivem e trabalham nos campos. Seria necessário corrigir também os processos de extracção de capital pelos desequilíbrios nos preços.

Saneamento dos sistemas financeiros, com crédito preferencial aos trabalhadores assalariados e pequenos agricultores e suas UCP e Cooperativas e diminuição dos impostos e taxas de todo o tipo que os sobrecarregam, em vez de continuar a favorecer agrários e capitalistas com dívidas, créditos e impostos facilitados. Os custos de protecção dos recursos nacionais (terra, águas, ar, rios, portos, barragens, etc.) não devem continuar a ser suportados quase em exclusivo, ou mesmo somente, pelas unidades de produção agro-pecuário-florestal, colectivas ou individuais, quando esses custos deveriam ser repartidos pelo menos equitativamente por todas as actividades beneficiadas. Mas isto supõe, é evidente, uma nova contabilidade nacional, não capitalista: não subordinada a princípios de rentabilidade individual na base do lucro máximo de alguns poucos, à custa dos prejuízos sistemáticos da maioria, mas uma contabilidade voltada para o desenvolvimento harmónico geral do País.

DAR FORTE IMPULSO ÀS ENTRADAS DE CAPITAL NO SECTOR

Os processos nacionais de financiamento deveriam ser equilibrados, corrigindo-se a grave fraqueza de apoio ao sector produtivo agrário. Muito necessário seria atribuir capitais de maneio anual e fundos de investimento para gados, máquinas e obras em montantes nitidamente aumentados e com taxas e prazos de pagamento favoráveis.

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO SECTOR

Terra, Água e Ar – Quadros – Estão definidas possibilidades de aumentar a curto e médio prazo os rendimentos por hectare e as produções globais das principais culturas e criações e de algumas novas culturas: beterraba sacarina, algodão, soja, tabaco.

Em 2 anos pode chegar-se seguramente a pelos menos mais 12 milhões de contos de produto agrícola bruto e em 4 anos a um acréscimo de mais de 24 milhões de contos, a preços de 1976, melhorando radicalmente a situação do País quanto ao emprego dos equipamentos e da força de tabalho, quanto à independência do País relativamente a importações e a empréstimos exteriores ruinosos.

Máquinas e outros Equipamentos – Os programas de intensificação cultural e de criação animal asseguram a regra económica fundamental de utilizar plenamente o equipamento existente, em grande parte subutilizado pela anarquia característica do processo capitalista. A par disso, interessa melhorar os sistemas de organização e registo de uso, assim como os de reparação e conservação de máquinas e equipamentos, civis e militares teriam de ser mobilizados para um fortíssimo impulso às pequenas e grandes obras de enxugo e de represamento de águas para todos os fins: agrícolas, florestais, pecuários, industriais e urbanos.

A imensa área de incultos deveria ser fortemente reduzida, ao mesmo tempo que se aperfeiçoavam as técnicas de defesa e preparação das terras para as culturas. Conviria assegurar, por outro lado, um combate sistemático à poluição das águas, das terras e do ar, que ameaça toda a produção e toda a vida. Do mesmo passo, as instalações de tratamento serviriam para aumentar a produção nacional de fertilizantes e poupar em importações. As técnicas de calagens dos solos deveriam ser melhoradas contra o excesso de acidez e de aplicação de fertilizantes. Dessa melhoria dependem grandemente os rendimentos por hectare.

Culturas e Efectivos Animais e outros equipamentos. O desenvolvimento da produção ainda exigirá mais e melhor equipamento (máquinas, instalações, etc.), o que dinamizaria também os respectivos ramos industriais e comerciais.

Força de trabalho – O desemprego de crescentes massas de trabalhadores é um facto inerente à exploração latifundiária e capitalista. A eliminação desta exploração e a entrega da terra, das culturas, dos gados, dos equipamentos ao uso perpétuo dos trabalhadores garante que esses meios serão efectivamente usados em pleno e com isso também se assegurará o exercício da regra essencial não capitalista do pleno emprego, garantia constitucional ainda não cumprida e condição necessária ao progresso económico e social do País. A dinâmica económica não capitalista proporciona simultaneamente o pleno emprego e também uma melhor organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, assim como condições para um intenso e efectivo programa de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e dos seus filhos.

É POSSIVEL REDUZIR AS IMPORTAÇÕES E AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES

Portugal tem condições para produzir em breve prazo quase tudo o que consome de produtos originados na Agricultura. O que haja a importar nunca deve prejudicar os produtores nacionais. Há também condições favoráveis para incrementar exportações e diversificar mercados, adoptando critérios preferenciais de comércio com os países que assegurem intercâmbio de produtos em sistemas de compensação e em especial equipamentos por produtos da Agricultura.

MOTOR VITAL DE TODO O DESENVOLVIMENTO

Sem uma Agricultura, Silvicultura e Pecuária dinâmicas, em activo processo de produção e que deve ser também e sempre de defesa e melhoramento das condições naturais do País, não há progresso industrial e económico geral.

É possível e é urgente impulsionar com rapidez e energia o processo produtivo das terras: poderá tornar-se de imediato motor decisivo de toda a economia portuguesa e base essencial da independência do nosso País.

Mas a exploração latifundiária e capitalista oferecem resistência muito tenaz e crescente a essa transformação decisiva. Essa exploração sempre foi e tenta continuar a ser a causa principal dos atrasos do empobrecimento do nosso País, com o que enriquecem sempre mais alguns centos de ricas famílias.

PROSSEGUIR A REFORMA AGRÁRIA ATÉ AO FIM CONSOANTE A CONSTITUIÇÃO ESTABELECE

Eliminar rapidamente os latifúndios, conter energicamente a exploração capitalista são condições necessárias e muito prementes para que arranque de vez, para sempre livre e vigoroso, o esforço produtivo dos trabalhadores da terra em Portugal, assalariados e camponeses.

A extinção dos velhos e imorais privilégios senhoriais e a libertação de todos os que trabalham a terra são hoje, mais que nunca, a mais urgente e importante necessidade, a mais premente tarefa que o País defronta para poder finalmente e com segurança começar a sua difícil recuperação, rumo ao progresso económico e social, à sociedade sem classes exploradoras, o Socialismo.

QUE ESPAÇO PARA O SECTOR PRIVADO?

Que espaço para o sector privado? Eis a questão a que respondeu para o «Avante», Carlos Gomes, economista, participante activo nos trabalhos da Conferência Nacional:

«É muito vasto o campo de actuação do sector privado, sendo indispensável criar condições para a sua participação activa no desenvolvimento económico social. O saldo negativo da nossa balança comercial, cerca de 75 milhões de contos – revela bem quanto temos de produzir não só para reduzir o valor dos produtos importados, como para aumentar as nossas exportações. Neste campo há muito a fazer e isso será insistentemente salientado na Conferência Nacional.

Os sectores nacionalizados atingem essencialmente áreas como a banca, os seguros, os transportes, as comunicações, a energia e algumas indústrias básicas. Trata-se de um conjunto de sectores com possibilidades de desempenhar um papel decisivo no apoio à iniciativa privada, dentro de uma óptica de colaboração e não de concorrência com o sector público.

Uma política económica que inclua como seu objectivo o apoio à iniciativa privada procurará assegurar ao sector o abastecimento regular de matérias-primas e produtos subsidiários para a indústria, adubos e sementes para a agricultura; criar condições para aquisição de equipamentos e máquinas e conhecimentos tecnológicos adequados; fomentar a instalação no desenvolvimento de empresas não numa base de concorrência, mas numa base de satisfação das necessidades económicas e sociais; estimular a elaboração de contratos com as autarquias locais, serviços administrativos do Estado e empresas públicas em condições que se não traduzam numa exploração do sector por outro; dar escoamento à produção tanto no mercado interno como externo.

Um importante papel orientador para o sector privado pode ser desempenhado pela planificação na medida em que lhe permita estabelecer as sua próprias previsões e projectos em bases mais seguras e, consequentemente, melhorar a gestão das empresas e obter mais garantias para os investimentos. Este aspecto virá a exercer uma grande influência na concessão de crédito que tem tendência para assentar fundamentalmente nos planos elaborados pelas empresas no seu funcionamento regular, reduzindo as garantias até agora exigidas e alargando os meios de controlo para aplicação do crédito.

Não é a recuperação capitalista abrindo as portas à reinstalação dos monopólios e dos latifúndios, que permite uma ampla participação da iniciativa privada ou desenvolve o estímulo ao investimento. O passado mostra-nos que, sobretudo os pequenos e os médios comerciantes e industriais foram vítimas da burguesia monopolista que ocupou o poder na últimas décadas. As suas possibilidades de expansão foram sempre coartadas.

Não há incompatibilidade entre o desenvolvimento de um amplo sector nacionalizado e um sector privado não monopolista desde que as empresas participem e se empenhem em dar a sua contribuição ao desenvolvimento económico nacional, elaborem os seus programas de acordo com as necessidades das populações e as linhas orientadoras da planificação nacional, colaborem com os sectores públicos e respeitem as leis reguladoras da sua actividade.

EXPORTAÇÃO:

É possível aumentá-la num curto prazo

Um técnico ligado ao sector do Comércio Externo, que tem trabalhado na preparação da Conferência Nacional, em depoimento concedido ao «Avante!» analisa as possibilidades reais de aumento das nossas exportações, via fundamental para a redução do défice da Balança Comercial.

«A estrutura das exportações portuguesas, quer a analisemos por produtos quer por zonas económicas, ainda hoje é reflexo da economia atrasada e dependente que o fascismo nos legou.

Nos produtos, predominam os alimentares, certas matérias primas pouco transformadas e artigos da indústria ligeira.

Só ultimamente começaram a ter relevo as exportações de alguns produtos industriais mais elaborados, como a metalomecânica pesada, a reparação e construção naval e, mesmo assim, o material eléctrico e electrónico que exportamos está nas mãos das multinacionais, que vieram aqui instalar-se para aproveitar a mão-de-obra barata que o fascismo lhes oferecia.

A fragilidade das nossas exportações traduz-se na fraca diversificação de produtos e na predominância de artigos pouco transformados, à mercê da flutuação dos preços mundiais e das medidas proteccionistas que os países capitalistas adoptam em relação a este género de mercadorias.

Quanto aos países, as nossas exportações estão orientadas quase exclusivamente para os países capitalistas desenvolvidos da OCDE (79% do total exportado em 1976).

Só depois do 25 de Abril, se abriram as portas dos países socialistas que, em 1976, já representaram mais de 2 milhões e 600 mil contos de exportações.

Em relação a Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde e São Tomé, as nossas exportações sofreram uma forte quebra depois da sua independência (de mais de 6 milhões de contos em 1974, passaram para pouco mais de 3 milhões de contos em 1976), em grande parte devido à acção sabotadora do capitalismo colonialista e à política incorrecta dos últimos governos portugueses: VI Governo Provisório e I Governo Constitucional.

No que toca aos países do chamado «Terceiro Mundo», a sua parte foi e continua a ser insignificante.

Estamos, também, sob esse ponto de vista na dependência das grandes potências capitalistas, das suas crises económicas, da sua actuação imperialista.

Mas é possível a curto prazo, com base no potencial produtivo que possuímos, aumentar sensivelmente as exportações e diminuir a dependência externa.

É necessário definir uma política global de exportações e pôr em prática medidas sectoriais imediatas, o que o actual governo não foi capaz de fazer, nem será.

Cada departamento governamental, onde a incompetência prevalece, tem a sua mini-política de exportação e assiste-se a estéreis guerras de campanário.

COMO AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES?

Os comunistas tem alternativas a propôr e a aplicar.

Há que inventariar as capacidades produtivas instaladas e desaproveitadas dos produtos não consumidos pelo mercado interno e susceptíveis de serem exportados. Noutros casos, a produção para exportações pode ser rapidamente aumentada mediante pequenos investimentos, a solução dos problemas de abastecimento de matéria prima, etc.

Por exemplo, nas conservas de peixe, podemos produzir mais de 70 000 toneladas e produzimos 40000; nas resinas podemos ir até 125000 toneladas e ficámos aquém das 100000; na celulose a capacidade sub-utilizada representa 60000 toneladas de produtos. Na metalomecânica pesada, a capacidade produtiva só é utilizada em 60 a 80%, nos cimentos haverá este ano uma capacidade disponível para cima de 1 milhão de toneladas.

O mesmo acontece em muitos outros sectores da metalomecânica ligeira, no material electrónico, nos têxteis, no concentrado de tomate, etc.

Estas produções suplementares adicionadas representam vários milhões de contos de mercadorias, que se podem exportar.

É necessário, em paralelo, procurar produzir e exportar produtos mais elaborados e de maior valor o que, em muitos casos é possível sem investimentos ou com investimentos reduzidos.

Por exemplo, em vez de exportarmos tecidos a metro, darmos preferência à exportação de tecidos em obra, em vez de vinho a granel preferirmos a exportação de vinho engarrafado, apoiarmos a exportação de cortiça por obra em vez do da cortiça em prancha e, no geral, fazermos mais esforços para exportarmos os produtos da nossa indústria metalúrgica, de material eléctrico e electromecânico, etc.

Estas transferências de exportações representam mais umas largas centenas de milhar de contos.

Não é fácil colocar nos mercados externos os excedentes e lançar novos produtos, pois muitas vezes os nossos preços não são competitivos e a concorrência é grande, a procura não é elástica, há inúmeras distorções e estrangulamentos no abastecimento, na produção, na política de créditos e subsídios, os meios e métodos de comercialização não são geralmente os mais adequados.

Há que encontrar soluções muito variadas, de acordo com as características específicas de cada sector e os comunistas apresentarão na Conferência, para alguns deles, propostas concretas.

Mas também há medidas de carácter mais geral.

Temos de ir para uma política de subvenções à exportação de uma série de produtos básicos, através de um sistema maleável de subsídio para aqueles artigos sujeitos a ciclos de baixa cotação (concentrado de tomate, celulose, resinosos, etc.) e financiamentos para matéria-prima e reequipamento industrial para aqueles onde os nossos preços são estruturalmente não competitivos (construção naval, conservas de peixe).

Devemos procurar introduzir, nos acordos internacionais de cooperação económica e técnica que realizarmos, cláusulas de pagamento dos serviços prestados com mercadorias portuguesas.

Devemos, por isso, aproveitar muito mais as amplas possibilidades dos novos mercados que se nos abriram depois do 25 de Abril, nomeadamente os dos países socialistas e dos países do chamado «Terceiro Mundo», **com a vantagem de nos primeiros não haver crises, a procura ser estável e haver maior facilidade, devido à sua economia planificada, em negociar acordos a médio e a longo prazo.**

Uma atenção particular deve ser dada a Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé, **onde está aberto um largo campo para trocas comerciais e acordos de cooperação económica mutuamente vantajosos desde que o Governo português adopte para com esses países uma política correcta.**

Uma atenção particular deve ser dada às pequenas e médias empresas, geralmente com fraca estrutura comercial. **O Estado deve dar todo o apoio à criação de agrupamentos de exportação de pequenas e médias empresas por ramo de actividade.**

GRANDE FESTA NO PORTO COM MILHARES DE PESSOAS

O Norte não se deixou ficar para trás. Nos distritos de Braga, Bragança, Porto e Vila Real as recolhas de fundos, leilões, festas e venda de materiais realizados foram também uma grande demonstração da dedicação e força de vontade dos comunistas e de muitos outros trabalhadores que vêem no PCP a vanguarda da classe operária, o Partido da esperança e o Partido do futuro, afirmou o camarada João Fonseca, membro suplente do Comité Central e da DORN do PCP, quando usou da palavra perante alguns milhares de pessoas que participaram na festa popular de encerramento da Campanha, realizada no Palácio de Cristal, no último sábado.

Na Organização Regional do Norte registou-se um importante êxito político ao ser ultrapassada, semanas antes do termo da Campanha, a meta fixada pela Direcção da Organização Regional do Norte. Segundo revelou o camarada João Fonseca, no sábado já haviam sido contabilizados 5500 contos.

Tal como sucedeu noutros locais, o encerramento da Campanha foi assinalado com uma festa no Porto, por iniciativa da SIP da DORN e houve também um leilão no Centro de Trabalho da Comissão Distrital de Braga. A partir das 15 horas, foram abertos os pavilhões de vendas instalados por organismos do Partido (Comité Local do Porto, Comité Têxtil, Sector Intelectual) na nave central do Palácio de Cristal.

O testemunho vivo da vontade revelada por numerosos camaradas e amigos de apoiarem o Partido estavam patenteados nos objectos expostos, muitos dos quais foram feitos após o trabalho, tal como através de outras iniciativas. Verifica-se o empenho com que comunistas e muitos que o não são procuraram dar o seu contributo para a obtenção de meios materiais indispensáveis ao reforço da actividade partidária que terá, obviamente, importantes reflexos na luta popular.

Entre as 16 e 45 e os últimos minutos de sábado, actuaram diversos artistas (Luís Viegas, conjuntos Resistência e 1.º de Maio) e foram leiloados numerosos objectos. A parte inicial do espectáculo foi inteiramente dedicada às crianças, a quem foram proporcionados agradáveis momentos de convívio durante a actuação dos pioneiros do Porto e Valadares, do ilusionista "Framote" e da parelha de palhaços "Os Quicos".

À noite, usou da palavra o camarada João Fonseca que, após ter salientado a importância do êxito alcançado, afirmou:

As iniciativas realizadas proporcionaram aos militantes comunistas um grande contacto com as massas trabalhadoras e progressistas, trouxeram ao convívio dos comunistas milhares de homens e mulheres democratas de outras tendências que aprenderam a conhecer melhor os comunistas.

Milhares de pessoas no Parque Eduardo VII

Milhares de pessoas no Parque Eduardo VII

VIBRANTE FESTA POPULAR ASSINALOU EM LISBOA O ENCERRAMENTO DA CAMPANHA

José Barata Moura entusiasmou miúdos e graúdos na Marinha Grande

FESTA DE ENCERRAMENTO NA MARINHA GRANDE

No passado domingo, realizou-se na Marinha Grande uma Festa-Mercado para encerramento da Campanha Nacional dos 50 mil contos. Tal como as outras realizações do Partido na zona do Oeste e Ribatejo, esta contou com um grande acolhimento popular, calculando-se em cerca de 4000 as pessoas que por ali passaram.

A partir das 9 horas da manhã começaram a vender-se produtos dos distritos da DOROR e do Alentejo a preços muito mais baratos, em venda directa dos produtores aos consumidores.

Estiveram presentes várias cooperativas agrícolas como a Cooperativa 21 de Fevereiro de Benavila, a Cooperativa 1.º de Maio de Aviz, a Cooperativa do Ervedal, a Cooperativa de A-dos-Francos e a Cooperativa do Mouchão do Inglês, de Alpiarça. Presentes também os camaradas de Peniche que venderam peixe, os camaradas de Leiria, Caldas da Rainha, Alcobaça e Porto de Mós que venderam produtos regionais das respectivas terras.

Às 13 horas houve um grande almoço que serviu para retemperar forças, pois a Festa continuava da parte da tarde e havia que manter o mesmo brilho e entusiasmo que tivera até aí.

Às 15 horas foram feitas algumas intervenções políticas sobre a Reforma Agrária e uma intervenção do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, sobre a Campanha Nacional dos 50 mil contos e sobre a situação actual. Seguidamente houve canto-livre com José Barata Moura e vários artistas amadores do Oeste e Ribatejo. A acabar houve baile com o conjunto «Zénite» da Marinha Grande.

Às 17.30 horas actuaram para as crianças, o Grupo de Teatro Infantil com a peça «Vivó Parque Infantil» e José Barata Moura numa jornada que entusiasmou as muitas centenas de crianças presentes.

À semelhança do que aconteceu em vários pontos do país, a cidade de Lisboa viveu, no último domingo, uma das mais vibrantes jornadas de unidade, convívio, festa e alegria.

O último domingo de Maio, banhado por um sol radioso – presença saliente e constante na jornada – foi um dia diferente em Lisboa, um dia com significado muito especial, que tocou de perto os comunistas, todos os democratas.

Na verdade, foram milhares e milhares as pessoas – comunistas, simpatizantes e amigos do PCP, antifascistas com e sem filiação partidária, homens, mulheres e jovens que estão com a Revolução – que acorreram ao Parque Eduardo VII para participar numa grandiosa festa popular, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e que assinalou, num ambiente de entusiasmo vibrante, o encerramento da Campanha Nacional dos 50 mil contos, tarefa que mobilizou ao longo dos últimos quatro meses, por todo o país, os militantes e amigos do Partido e que demonstrou, uma vez mais a força do PCP, a sua imagem como partido unido e coeso, a sua plena identificação e ligação com as massas populares, o seu papel de destaque na luta pela defesa intransigente da democracia, das liberdades e de todas as outras conquistas revolucionárias alcançadas com o 25 de Abril.

UMA VERDADEIRA FESTA POPULAR

Habituada ao abandono e ao silêncio dos fins-de-semana, a capital conheceu no passado domingo um ambiente de euforia e de entusiasmo – para o qual contribuiram, saliente-se, muitos turistas e muitos lisboetas que aos domingos costumam passear pelo Parque – que desde o princípio do dia inundava toda aquela zona, pois a festa começou logo de manhã com a montagem de uma autêntica «mini-feira popular» com a venda de vários produtos da Reforma Agrária (queijo, feijão e até perus!), e com a realização de diversas iniciativas para crianças, promovidas pelos Pioneiros.

E à medida que se ia aproximando a tarde, aquele ambiente de entusiasmo aquecia...

Oriundos de vários pontos da cidade, grupos de pessoas dirigiam-se ao Parque, onde já se encontravam brigadas de venda com autocolantes da Festa.

Várias organizações do nosso Partido instalaram no recinto numerosas bancas com livros, *posters*, emblemas e outros materiais de divulgação e propaganda, quadros artesanato, etc; barracas de «comes-e-bebes» (com sardinha assada, caracóis e febras, entre outros afamados petiscos) roletas e tômbolas (que até sortearam belos exemplares do *fiel amigo*).

Mas também houve leilão. Peças decorativas e atractivos. No entanto, leiloaram-se apetitosos bolos (muitos dos os quais oferecidos na ocasião) e até um galo de combate (com o bico afiado...). Vários artigos arrematados foram novamente entregues para leiloar.

Entretanto, num palco improvisado, em redor do qual se aglomeravam milhares de pessoas, actuaram, entre outros, Carlos do Carmo, Ary dos Santos, Samuel, Carlos Mendes, Júlia Babo, «Os Amigos», o «Grupo 25 de Abril», o «Duo Tojal», um coro de alentejanos residentes em Carnaxide, Sintra e Amadora, Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria e a Banda de Sacavém.

O espectáculo foi apresentado pelo camarada Rui Pedro.

Antes de ser dada a palavra ao camarada Álvaro Cunhal, que foi calorosamente aplaudido pela multidão, e cuja intervenção publicamos à parte, a camarada Alda Nogueira dirigiu um apelo a todos os presentes para que fizessem a recolha de donativos que se iniciava naquele momento **a maior das que foram realizadas no decorrer das festas e das jornadas de convívio promovidas na Campanha.**

Em Almada

«FEIRA DA AMIZADE» ENCERROU A CAMPANHA

Assinalando o encerramento da "Campanha dos 50 000 Contos", a Comissão Concelhia de Almada do PCP organizou a "Feira da Amizade» que decorreu de sexta-feira até domingo, no Barracão da Romeira, sob o lema: "Em Maio mais um amigo". Esta iniciativa foi a concretização de uma proposta aprovada por aclamação durante a II Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP.

Vários foram os pavilhões e "stands" dos organismos de freguesia e das células do nosso Partido, nas empresas daquela cidade da margem sul, que estiveram presentes na Feira da Amizade, proporcionando o convívio entre comunistas e outros democratas.

Todos os organismos tiveram a sua iniciativa para angariarem fundos para a Campanha, contribuindo assim para se atingirem os dois mil contos a que a Comissão Concelhia de Almada se tinha proposto.

Entretanto, não se esquecia a luta diária dos trabalhadores pela manutenção das suas conquistas. No "stand" da Lisnave, os nossos camaradas expuseram o órgão da célula — "O Leme" — exigindo a continuação da nacionalização do capital dos Mellos, o controlo operário e a defesa da Reforma Agrária. Também os comunistas da Sociedade de Reparação de Navios distribuíam informação sobre a empresa, ao mesmo tempo que apontavam os objectivos dos trabalhadores: "Avançar com o controlo operário, consolidar as organizações de classe, participar na reestruturação da empresa e do sector, apoiar à Reforma Agrária». A figura do camarada Bento Gonçalves era recordada pelos trabalhadores comunistas do Arsenal do Alfeite presentes na Feira da Amizade.

Durante o comício que se realizou no sábado à noite o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, salientou o grande significado da Campanha e do seu êxito, conseguido com a participação e o esforço de todos os trabalhadores. Abordando ainda a situação política, lamentou que os dirigentes do PS continuem a fazer cedências à direita sem darem satisfação aos anseios de todos os trabalhadores que neles votaram.

Os três dias de festa levaram ao Barracão da Romeira milhares de pessoas que visitaram os diferentes pavilhões e assistiram aos espectáculos musicais e teatrais que decorriam simultaneamente em dois palcos. No auditório, levantado ao fundo do recinto da Feira, foram exibidos vários filmes e realizaram-se colóquios com a participação dos camaradas Francisco Miguel, membro do Comité Central, Rúben de Carvalho, chefe de redacção do "Avante!", Francisco Simões e Fernando Mateus.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

É importante propormo-nos realizar uma tarefa necessária e justa. Mais importante ainda é ter a capacidade para realizá-la.

Por isso, para nós, comunistas, e para todos os nossos amigos, o dia de hoje é um dia de contentamento e alegria.

Porque nos propusemos realizar uma tarefa necessária e justa, embora difícil, e hoje, quatro meses passados do início, antes do tempo inicialmente previsto, depois dum êxito completo, já com o objectivo ultrapassado, podemos declarar: «Está encerrada a campanha dos 50 000 contos».

• A campanha dos 50 000 contos

O êxito da campanha dos 50 000 contos tem como primeiro significado o facto em si. O facto de que o Partido dos trabalhadores, o Partido, cuja maioria esmagadora das efectivos são homens, mulheres e jovens vivendo com dificuldades, conseguiu num curto espaço obter uma soma enorme, que lhe permite fazer face aos encargos exigidos pela grande actividade e pelas suas grandes responsabilidades na vida política nacional.

Enquanto outros partidos, partidos de gente do capital, fazia aprovar na Assembleia da República, contra o voto dos comunistas, uma lei que tira dos dinheiros públicos para dar aos partidos o total de 100 000 contos, o Partido dos trabalhadores, mobilizando as suas forças, alcançou e ultrapassou num curto espaço de tempo, a soma colocada como objectivo.

Quando atingimos os 50 000 contos o objectivo estava alcançado, mas havia muitas iniciativas em curso, estava marcada a data para o encerramento e resolvemos não alterar o previsto.

O Partido aprovou esta decisão, o entusiasmo e o esforço não abrandaram como vemos aqui hoje nesta nossa grande festa e, ao encerrarmos a campanha, podemos dizer que os fundos recolhidos não andarão longe dos 60 000 contos.

A importância e significado da campanha dos 50 000 contos, excede em muito o objectivo, já de si importante, de conseguir uma tão elevada quantia para cobrir as despesas do Partido.

Não pretendo aqui hoje fazer um balanço da campanha mas três aspectos gostaria de salientar.

A campanha dos 50 000 contos confirmou **a inabalável unidade e o elevado grau de militância e dedicação dos membros do Partido,** demonstrados no trabalho infatigável, na tenacidade, nas contribuições materiais, no esforço continuado e entusiasta até alcançar o objectivo estabelecido.

A campanha confirmou **o elevado grau de organização, iniciativa, espírito criador e capacidade de realização do Partido** demonstrados no rigor, êxito e variedade das realizações, na conjugação de esforços de organizações e militantes, na certeza da vitória que animou toda a campanha.

A campanha confirmou **a ligação estreita e profunda do Partido com a classe operária e as massas trabalhadoras, o activo apoio e a confiança das massas no Partido, o prestígio do Partido nas forças democráticas,** demonstrados na participação esforçada de muitos milhares de trabalhadores e democratas das mais variadas tendências nas iniciativas da campanha e nas contribuições voluntárias que chegaram de toda a parte ao Partido.

O termo desta campanha é razão para **felicitarmos todas as organizações e camaradas** pelo êxito da sua acção em todo o país, mesmo nas zonas onde não está assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos e onde os comunistas são forçados a uma actividade praticamente clandestina.

É boa ocasião, aqui, neste local, para felicitarmos os camaradas da Organização Regional de Lisboa pelo resultado excepcional que obtiveram.

E para expressar a todos aqueles que, não sendo comunistas, e foram muitos, participaram na campanha e ajudaram o PCP, expressar-lhes a nossa gratidão e comunicar-lhes a nossa gratidão e confirmar-lhes a certeza de que o dinheiro obtido pela campanha será utilizado para desenvolver a actividade dum partido que sempre defendeu, defende hoje e defenderá sempre os interesses dos trabalhadores, as conquistas da Revolução, as liberdades dos cidadãos, a consolidação e o prosseguimento do regime democrático a caminho do socialismo.

• Recuperação capitalista e recuperação económica

A actuação do PCP torna-se um polo de atracção de sectores muito amplos da população.

E isto sucede porque, numa situação económica e financeira particularmente grave, o PCP aparece como o mais consequente defensor dos interesses populares e o único que indica um programa de recuperação económica no quadro da consolidação das transformações democráticas alcançadas pela Revolução.

O Governo chama à sua política de **recuperação económica.** Mas de facto **não é de recuperação económica, mas de recuperação capitalista e a recuperação capitalista não só contraria e impede de facto a recuperação económica como conduz ao agravamento da situação económica e financeira e pode conduzir Portugal a um colapso.**

A política de recuperação capitalista, de que são exemplo vivo **as desintervenções** e a entrega aos antigos patrões de empresas que estes sabotaram, defraudaram, arruinaram e conduziram à beira do encerramento, e que os trabalhadores mantiveram em laboração e salvaram, está a provocar graves perturbações no processo produtivo, a paralização de empresas, despedimentos, tensões e conflitos que prejudicam seriamente um esforço para reanimar a economia e aumentar a produção.

A política de recuperação agrária ou latifundista com a entrega arbitrária de terras aos agrários está a significar perturbações sérias na agricultura, com o reaparecimento de grandes extensões de terra abandonada pelos agrários a quem é entregue, e com a destruição de sementeiras, culturas e trabalhos realizados pelos trabalhadores das UCPs e Cooperativas.

A política de recuperação capitalista agrária e imperialista nada tem a ver com recuperação económica. Significa **uma tentativa de destruição das conquistas da Revolução**, uma política brutal e anticonstitucional de restituição de terras e de empresas a agrários e a capitalistas sabotadores, conduzindo à restauração do poder económico e político do capital financeiro.

As leis já aprovadas com os votos do PS, PPD e CDS e contra os votos comunistas sobre as nacionalizações, aquelas cujos projectos estão em discussão ou para discutir sobre o controlo de gestão e as comissões de trabalhadores, o monstruoso projecto de lei Barreto contra a Reforma Agrária que a imprensa acaba de divulgar, mostram que se trata de um plano frio de destruição das transformações democráticas essenciais alcançadas depois do 25 de Abril e consagradas na Constituição.

O PCP defende e defenderá firmemente as conquistas da Revolução, defende e defenderá as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária, grandes transformações democráticas de alcance histórico, que são parte integrante do regime democrático e que correspondem inteiramente aos interesses do povo português, do progresso social e de Portugal como nação livre e independente.

A política de recuperação capitalista está estreitamente ligada à política de endividamento ao estrangeiro, de corrida atrás do bilião e meio que é anunciado e nunca mais chega, da integração no Mercado Comum que é também anunciada e não se concretiza, mas de qualquer forma **ao agravamento da dependência em relação ao imperialismo.**

Não é de aceitar por exemplo que, correndo atrás dos Estados Unidos em relação a Israel, se comprometam, com uma gafe monumental, as relações de amizade e cooperação com os países árabes, que tão necessárias são ao novo Portugal democrático.

O PCP defende e defenderá uma política de independência nacional e, acompanhando uma política externa diversificada de amizade e cooperação com todos os povos, propõe um grande esforço nacional, baseado fundamentalmente nos recursos portugueses, nas riquezas materiais, na capacidade de produção, na mão-de-obra, um esforço que, só poderá ser realizado e coroado de sucesso, com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores, com a consolidação das conquistas da Revolução e nunca com a recuperação capitalista.

• Repressão, ordem, liberdades

A política de recuperação capitalista, é de tal forma contrária aos interesses dos trabalhadores e da grande massa da população que **o Governo PS**, para aplicá-la, **quase desistiu da utilização de armas políticas, do convencimento e do apoio de massas.**

Na concepção, na definição e na aplicação de leis, decretos e despachos, o Governo recorre a métodos antidemocráticos, decide no silêncio dos gabinetes e nas costas dos trabalhadores, e depois **impõe as suas decisões através da intervenção da força brutal**, em operações de violência contra os trabalhadores, em fábricas e nos campos, que fazem lembrar os velhos tempos e que são uma vergonha para o Governo dum Partido que tem o nome de Socialista e um perigo para o regime democrático.

O PCP tem defendido e continua a defender o respeito pela Constituição, pela legalidade e pela ordem democrática.

Quem na prática viola a Constituição, a legalidade e a ordem democrática não são os trabalhadores mas o MAP e outros ministros que se julgam reis ou imperadores.

Na Assembleia da República, um deputado do PS disse que a «GNR executou em Mora a política do Governo». É bem que o tenha dito. Porque se, por um lado, é justo pedir um inquérito à violência da intervenção das forças militarizadas, é necessário também que não se esqueça que elas não teriam lá ido se o Governo não tivesse requerido que lá fossem e que por isso a maior responsabilidade das violências na zona da Reforma Agrária é do próprio Governo e, dentro do Governo, do ministro da Agricultura.

Os problemas políticos resolvem-se com armas políticas. Os confrontos sociais pela negociação e acordo. Não é um procedimento digno dum governo do regime democrático português querer impor as suas decisões minoritárias ao serviço de capitalistas e agrários à força de cavalos e de cães, de armas automáticas e de espadeiradas.

Um tal caminho não é certamente o da democracia, mas um caminho que, a prosseguir, conduzirá a uma nova ditadura.

No quadro do regime democrático, lutamos e lutaremos para que esta política seja modificada, e, no imediato, **para que sejam suspensas quaisquer entregas de empresas aos capitalistas e de terra aos agrários,** que constituem actos de profunda injustiça e arbitrariedade, que estão criando situações explosivas, que comprometem a recuperação económica e o próprio regime democrático.

Aos operários, aos trabalhadores rurais, às mulheres e crianças vítimas das operações de violência e ódio queremos expressar a mais profunda, firme e constante solidariedade do Partido Comunista Português.

Se o eco destas palavras lhes chegar, que saibam que os acompanhamos nos seus sofrimentos e que estes mais e mais reforçam a nossa determinação de defender sempre e sempre, sem quaisquer hesitações, os interesses e direitos de quem trabalha, de defendermos a Reforma Agrária, uma grande realização do nosso povo e do Portugal liberto do fascismo, de defendermos as nacionalizações e o controlo operário, de defendermos a perspectiva socialista da democracia portuguesa.

• A «convergência» PPD-CDS

Cada vez se torna mais evidente que o Governo PS sozinho não resolve nem poderá resolver os problemas nacionais.

A solução dos graves problemas nacionais exige uma alternativa ao Governo actual. Qual é porém essa alternativa?

A reacção procura forçar o passo ao Governo, empurrá-lo para uma política de direita, encurralá-lo, enconstá-lo à parede, comprometê-lo no fracasso da sua política, fazê-lo perder a base de apoio **e criar assim condições para entrada do CDS e do PPD numa coligação governamental política e parlamentar,** não para acordos pontuais (como dizem), mas para supervisar e controlar a acção e as decisões do Governo.

Ao plano duma aliança estável PS-PPD-CDS chamam

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

A CAMPANHA

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Transporte	**7 793 865$50**
Autocolantes	5$00
Coupons	139 600$00
Dias salário	12 650$00
"Viva o Internacionalismo Proletário"	500$00
"Francisco Miguel – Uma Vida na Revolução"	6 370$00
"Os Indomáveis"	1 650$00
"O Nosso Apoio, Rumo ao Socialismo"	100$00
"Em Frente, com a Constituição"	200$00
"A Vitória é Nossa"	10 000$00
"Portão de Ferro"	1 400$00
"Em Memória de José Dias Coelho"	8 500$00
"Vitória pela Unidade" – 7.ª entrega	3 000$00
"José e Perpétua Romero"	5 790$00
"Eng.º H. Lopes"	1 000$00
Recolha de Fundos "Mensor"	535$00
"Justiça para Pides e Bombistas"	1 100$00
"Para a Arrancada Final"	1 000$00
"Viva 25 Abril"	1 860$00
"Para a Conferência Nacional"	130 000$00
"Avante para a Vitória"	1 000$00
"Um livro"	1 000$00
"Firmes pela Vitória"	350$00
"A Reacção não Passará"	100 000$00
"Uma Contribuição – CCO"	200$00
"Viva o 1.º de Maio"	77 350$00
"Pela Reforma Agrária"	23 000$00
Listas	
42109	6 800$00
42299	43 250$00
42173	15 300$00
42108	65 000$00
Total	**8 456 875$50**

AVANTE

Transporte	**1 256 129$40**
"AVANTE!" Especial	14 221$00
"António Alves" – Viseu	30$00
"Beirões Comunistas"	24 000$00
"Socialismo só há um"	9 500$00
"Fora com o Barreto"	10 500$00
Total	**1 314 380$40**

OR DOS AÇORES

Transporte	**56 502$00**
Autocolantes	250$00
Coupons	2 000$00
"Não a Separatismos"	68$00
"No Continente e Ilhas a mesma Luta"	20$00
Listas	
9022 – UEC – Açores	195$00
9039 – UEC – Açores	228$70
Total	**59 263$70**

OR DO ALENTEJO

Transporte	**2 594 971$80**
Autocolantes	1 597$00
Coupons	450$00
Donat. div. – Baleizão	2 539$50
Concurso de Pesca no Guadiana – Beja	2 500$00
Iniciativas diversas – Beja	120$00
Iniciativas diversas – Baleizão	775$00
Festa em Odivelas – Saldo – Beja	1 361$90
Dias salário – Boavista	810$00
Sorteio de brinquedos – Beja	1 000$00
Sorteio de secador – Beja	220$00
Sorteio de máquina de barbear – Cél. CTT – Beja	3 094$00
Listas	
13577 – Albernoa	500$00
13582 – Beja	220$00
13600 – Beja	250$00
Total	**2 610 409$20**

OR DO ALGARVE

Transporte	**851 392$10**
COUPONS	7 200$00
Almoço de confraternização – Olhão	1 229$50
Festa de Abril – Silves	2 791$20
Festa de Abril – Faro	2 701$10
Leilão em Faro – C. Fundos	720$00
Porta-a-Porta em Faro	348$00
Mealheiro em Faro	278$00
"Garrafão aberto à compreensão militante" – Olhão	203$00
Dias de Salário – Manuel Zé – V.R. St.º António	220$00
SORTEIOS	
1 Bolo – Castro Marim	500$00
Ferroviários – Faro	300$00
Aquário – Silves	600$00
"Cabaz Familiar" – Silves	1 000$00
1 Bolo – Cél. Mulheres – V. R. St.º António	300$00
Colcha – Cél. Mulheres – V.R. St.º António	9 890$00
Rifa – José António Mascarenhas – V.R. St.º António	500$00
Medalhão Lénine – V.R. St.º António	370$00
"Octávio" – Castro Marim	500$00
"Oferta de um simpatizante" – Castro Marim	100$00
Donativos diversos – Cél. CDL – Faro	411$50
"Cantemos com mais Força o AVANTE CAMARADA!" – Lagos	200$00
"Maria Joana – 4.ª Oferta" – Lagos	1 500$00
"Um lutador pela unidade da esquerda – Lagos	2 000$00
"Pela memória dos camaradas que tombaram pela causa do povo" – Lagos	6 200$00
"Clube dos mil" – Lagos	1 000$00
"Um velho militante" – Lagos	400$00
"Um pequeno comerciante" – Lagos	100$00
"Um amigo do Partido"	1 000$00
"Um velho camarada" – Silves	100$00
"Um amigo" – Silves	100$00
"Dois camaradas" – Silves	300$00
"C. da ROGA" – Silves	96$00
"Um camarada de Silves"	74$00
"Maria António Claudino" – Silves	150$00
"José Francisco Mendes" – Silves	120$00
"Salvador Simão" – Silves	100$00
"José António Mascarenhas" – V.R. St.º António	1 000$00
Donat. Div. – Cél. das Hortas – V.R. St.º António	500$00
"Oferta de uma conserveira" – V.R. St.º António	50$00
"Oferta de um velho militante de Silves" – V.R. St.º António	100$00
Donat. Div. – Pioneiros – V. R. St.º António	236$00
"Uma militante" – V.R. St.º António	100$00
"Roque" – V. R. St.º António	50$00
"Um comunista" – V.R. St.º António	14$00
"Um simpatizante" – V. R. St.º António	50$00
Donat. Div. – Pioneiros – Faro	91$30
VENDAS	
Caracois – CT Albufeira	300$00
C. Fundos – Faro	1 514$50
Bolo semanal – Faro	400$00
Cél. CDL – Faro	871$00
"Pioneiros" – Faro	300$00
Bolo – Cél. Mulheres – Faro	400$00
Sardinhas – C. Sede – Faro	1 110$00
Arroz Doce – Cél. Mulheres – Faro	95$00
Baixo relevo Lénine – V.R. St.º António	500$00
LISTAS	
N.º 8245 – CT Albufeira	300$00
8369 – "Clube dos Mil" – CC Faro	400$00
8419 – "José António Jesus" – Faro	2 000$00
8419 – "Antifascista luta p'lo Socialismo"	1 000$00
8429 – C. Sede – Faro	745$00
8419 – "Um amigo" – Faro	100$00
8419 "Um verdadeiro socialista"	200$00
8376 – Dias salário bancários	5 917$80
8429 – C. Sede – Faro	410$00
8419 – "Defensor da Justiça"	500$00
8355 – Saúde – Faro	1 100$00
s/N.º – Cél. Prof. – Faro	385$00
8365 – Dia salário corticeiros – Faro	510$00
8412 – Dia sal. e Anónimo Função Pública – Faro	1 150$00
7929 – CC Lagos	600$00
N/disc. – CC Tavira	3 000$00
8425 – Cél. Alcazar – V. R. St.º António	810$00
8430 – Cél. Alcazar – V.R. St.º António	5 950$00
TOTAL	**927 854$00**

OR DAS BEIRAS

Transporte	**1 753 011$00**
Coupons	7 350$00
Mealheiro CT Guarda	93$50
Dias de Salário – Guarda	350$00
Idem – Trabalhadores de Tondela	180$00
"Um Camarada" – Guarda	200$00
"Jaime Caleiro" – Barca d'Alva	5 000$00
"Camarada Germano" – Viseu	100$00
Listas	
7288 – Foz Côa	320$00
7548 – Oliv.ª Frades: "Para chegar aos 70 000"	200$00
7371 – Moimenta da Beira	200$00
7387 – S. Pedro do Sul	1 300$00
7386 – "Democratas de Sempre" – Viseu	3 500$00
7384 – "Pela Aliança Operária Camponesa" – Viseu	50$00
Total	**1 771 854$50**

OR DE LISBOA

Transporte	**18 409 239$70**
Autocolantes	4 251$70
Coupons	73 900$00
Coupons – Sector Transportes	5 350$00
Coupons – Sector Público	14 200$00
Dias de Salário – GTAE – DORL	3 400$00
Jornada de Trabalho dos Cabeleireiros – Sector vários CLL	2 330$00
Colectas nas Ruas	
Peditório com bandeira – 4.º sector e Fg. Castelo	1 156$00
Peditório – 2.ª zona CLL	297$00
Pioneiros – 3.ª zona CLL	901$50
Peditório – 5.ª zona CLL	7 100$00
Peditório – S. João Brito	214$60
Peditório – Lumiar	1 680$20
Peditório – CPP – Bancários	508$50
Peditório – em 12/5 – Const. Civil	538$00
Festas	
4.º sector e Fg. Castelo – parte	1 080$00
No Adóque – 4.º sector e Fg. Castelo	15 265$00
Na eleição Org. Direcção – 5.ª zona CLL	3 830$00
No leilão Ford – saldo – 7.ª zona CLL	70$00
no S. Luís – Sector Público	7 110$00
No CT do Sector Público	10 650$00
no Mato Cheirinho – Cascais – parte	9 638$40
No Areal – T. Vedras	8 097$20
No Cinema – Alhandra	16 107$00
Piquenique Monsanto 15/5 – 3.ª zona CLL	7 233$00
Uma viagem – FMBP – 7.ª zona CLL	6 000$00
Sardinhada – CML – Sector Público	8 082$50
Piquenique – Fonte da Telha – Sector Público	2 520$00
Piquenique – B. de P. – Bancários	2 306$00
"Inic. 1500$00 por militante" – Ind. Farmacêutica	260$00
Caldeirada – Alhandra	1 789$30
Futebol salão – Baile – Festa – S. J. dos Montes	4 915$00
"Manuel Maria e amigos" – Aldeia de Palheiros – DORL	700$00
"Uma enfermeira e um bancário" – Lisboa – DORL	1 000$00
"Uma mãe comunista" – DORL	100$00
"Família de Reis" – DORL	500$00
"Manuel Gonçalves Rochete" – CLL	2 304$00
"Os trabalhadores apoiam o seu Partido" – Cél. CDL – Lisboa	4 807$70
"Clube dos Mil" – Cél. CDL – Lisboa	2 000$00
Donat. div. – 4.ª zona CLL	337$50
"Custe o que custar chegaremos ao fim" – 4.ª zona CLL	500$00
"Acções de amizade" – 5.ª zona CLL	2 000$00
"Amiga da 6.ª zona CLL do PCP"	100$00
Donat. div. – Marvila – 7.ª zona CLL	230$30
Donat. div. – Olivais – idem	171$00
"Grupo de Mulheres de Vancover" – Canadá – S. Transportes	4 026$00
Donat. div. – Sector Transportes	1 240$00
Donat. div. – Previdência	5$00
"Oferta de 10 marcos de um emigrante de Hamburgo em férias em Lisboa" – C. Civil	163$00
Donat. div. – Seguros	120$00
Donat. da P.M.E. – S. vários CLL	500$00
Colecta da PME – S. vários CLL	150$00
Colecta da PME – S. vários CLL	235$00
"Palhaço do Ritz" – S. vários CLL	150$00
Donat. div. – S. vários CLL	261$00
"Um membro da CC de Torres Vedras"	500$00
"Amigo na Casa Hipólito" – T. Vedras	20$00
"Carlos Portela" – T. Vedras	1 000$00
"Mulheres Comunistas" – Vialonga	370$00
Mealheiro – Garrafão e envelope-mistério – 4.ª zona CLL	94$80
Mealheiro – Garrafão – Sector Público	1 123$80
Sorteios	
Sector A – Empresas	2 870$00
"Cabaz de Compras" – CT Ajuda – 2.ª zona CLL	960$00
St.º Condestável – 3.ª zona CLL	150$00
4.ª zona CLL	1 640$00
Quinta do Narigão – 6.ª zona CLL	250$00
Automóvel UTIC – Metal. Luso-Italiana – 7.ª zona CLL	500$00
Idem – Bapt. Russo – Idem	700$00
Idem – M. D. Ferreira – Idem	20$00
Idem – FAPAE – Idem	60$00
Idem – General Motors – Idem	360$00
Idem – PAEP – Idem	1 420$00
Pombos – FAPAE – 7.ª zona CLL	1 500$00
Relógio – General Motors – 7.ª zona CLL	2 880$00
Emblemas URSS – PAEP – 7.ª zona CLL	500$00
Passarinho – PAEP – 7.ª zona CLL	500$00
Sabões – 7.ª zona CLL	500$00
Ovo da Páscoa – H. C. Ferreira	600$00
Triturador – Marvila – 7.ª zona CLL	600$00
F.M.B.P. – 7.ª zona CLL	1 000$00
Bolo – Freg. Olivais	1 386$50
Boneca – DOS 3 – Sector Público	125$00
Div. – Sector Transportes	12 990$00
Div. – B. de P. – Bancários	4 000$00
BPA – Produtos Reforma Agrária – Bancários	5 160$00
Cél. Inst. Luso-Fármaco – Ind. Farmac.	500$00
Viagem à URSS – Ind. Farmacêutica	17 565$00
3 ofertas – Cx. N. Pensões – Previdência	4 655$50
"J. J. Tomé" – Const. Civil	45$00
Div. – Const. Civil	57$00
Máquina Fotográfica – Hotelaria – Vários	225$00
Jarrão Chinês – Sterling – Cascais	1 000$00
"Cabaz Compras" – CC Sintra	750$00
Belas	4 650$00
Queluz	7 000$00
Giradiscos – J. P. – Alhandra	840$00
Alverca	4 900$00
Leilões	
Monsanto 15/5 – 3.ª zona CLL	3 962$00
4.ª zona CLL	3 674$50
BPA – Bancários	600$00
1 cabrito – Arruda dos Vinhos	1 200$00
Vendas	
Div. – 2.ª zona CLL	2 400$00
Fotografias – 5.ª zona CLL	840$00
Lotaria – CML – Sector Público	7 110$00
Almofada – DOS 3 – S. Público	397$50
Livros – Sector Público	719$80
Dif. venda "Avante!" – Bancários	78$00
C. T. Cascais	2 020$00
Bairro Novo – Amadora	2 738$00
Objectos oferecidos – Belas	1 158$50
Últimos cigarros – Secret. Conc. Sintra	101$00
Banca Pioneiros – Sintra	247$00
Listas	
N.º 43470 – Cél. CDL – Lisboa	6 180$00
N.º 43471 – Cél. CDL – Lisboa	1 140$00
1.ª zona do CLL	
15067	485$00
15086	855$50
32546	178$50
15189	610$00
32554 – d. sal. da V. Operário	600$00
2.ª zona do CLL	
15277 – S. Francisco Xavier	50$00
15284 – idem	50$00
15285 – «	100$00
15286 – «	500$00
15288 – «	1 323$60
15289 – «	205$00
15290 – «	1 000$00
15298 – «	200$00
15340 – SIDUL	610$00
15374 – J.B. Cardoso	1 930$00
15376 – J.B. Cardoso	720$00
15427 – Prazeres	420$00
15450 – Quim e Luz de Mangualde	200$00
41347 – Aliança	200$00
41601 – CT Belém	700$00
41628 – Novo Rumo – Salário	1 650$00
41629 – CT Alcântara	500$00
41630 – Organismo Direcção Zona	1 500$00
41824 – Redes de Pesca	715$00
43012 – CT Ajuda	70$00
3.ª zona do CLL	
41471 – St.º Condestável	630$00
41477 – Idem – D.Salário	922$50
41479 – idem	529$00
15567 – Campolide – D.Salário	3 893$50
15568 – Idem	500$00
15571 – Idem	665$00
15522 – S.Sebastião	600$00
15464 – Idem	1 370$00
41441 – Idem	1 470$00
41443 – Idem	1 550$00
15484 – S. Mamede	635$00
15512 – EFACEC-INEL	720$00
15551	50$00
15552	10$00
15543 – C. Santos	235$00
15544 – Idem	3 050$00
41434 – Idem	4 674$00
15458	1 200$00
4.ª zona do CLL	
32626	194$20
32632	410$00
32634	507$50
15631	185$00
15635	505$00
15663	2 600$00
32631	470$00
5.ª zona do CLL	
43061	2 920$00
43100	465$50
6.ª zona do CLL	
15840 – ODZ	1 250$00
15856 – S.João de Brito	1 627$70
32424 – Idem	120$00
32426 – S.João de Brito	500$00
43204 – S.João de Brito	260$00
7.ª zona do CLL	
15966 – M.D. Ferreira	156$00
32575 – D.Salário-G.Motors	720$00
16009 – D.Salário-Petroquímica	2 150$00
16090	
16090 – Um dia sal.-Petrogal	1 250$00
42718 – D.Sal. – Petrogal	3 225$00
42719 – Idem	3 380$00
16077 – Idem	700$00
16072 – Idem	800$00
16024 – D.Sal. M.Militar	462$50
16019 – D.Sal. SIDA SUECA	340$00
16018 – SIDA SUECA	100$00
16192 – Marvila	210$00
16025 – M.Militar	240$00
42754 – MDF-D. Sal.	7 910$00
42769 – P. AEP	260$00
16157 – F.M.B.P.	437$50
42793 – F.M.B.P.	300$00
16240 – Olivais	1 085$00
16250 – Idem	760$00
16255 – Idem	540$00
16247 – Idem	1 070$00
16262 – Barros	1 360$00
Sector Público	
18599 – Cél. da P.Rep.	250$00
18609 – Função Pública	200$00
29887 – Cél.D.G.A.S.	400$00
29916 – Cél.Presidências-Sal.	1 500$00
18806 – Cél.Função Pública	705$00
26444 – Cél. do MEIC	330$00
26364 – Idem	335$00
18804 – Cél. I.G.T.	1 250$00
26440 – Min. Trabalho (cél.)	1 445$00
18539 – Cél. CML	187$50
18880 – Idem	200$00
26430 – Idem	50$00
26431 – Idem	460$00
18881 – Idem	170$00
26434 – Idem	1 350$00
26764 – Idem	2 440$00
18590 – Cél. Função Pública	1 450$00
29919 – Cél.Comissão Centro	35$00
26451 – Cél. Inst. dos Cereais	2 355$00
18515 – EPAL (cél.)-Sal.	1 810$00
18514 – Cél.EPAL-Salário	600$00
26650 – Cél. Min. Justiça	300$00
29921 – Cél. do IGF	460$00
26486 – Cél.Min. Finanças	2 004$00
26534 – Cél. Min. Justiça	87$50
Sector Transportes	
25138 – Tráfego	6 640$00
25373 – Soponata	200$00
25375 – Soponata	2 145$00
25016 – AGAL	2 100$00
25347 – CNN	1 227$50
25404 – Táxis	400$00
25420 – Rodoviária	470$00
18 011 – Rodoviária	200$00
18283 – TAP	1 000$00
18293 – TAP	270$00
25197 – Socarmar	540$00
18091 – CTM	300$00
25297 – CTM	6 639$00
25177 – Estiva	582$50
25180 – Estiva	120$00
25181 – Estiva	450$00
25187 – Estiva	200$00
25530 – CP	722$00
18442 – CP	1 500$00
18397 – CP	1 640$00
18399 – CP	1 230$00
18422 – CP	220$00
18461 – Metro	990$00
18460 – Metro	310$00
18462 – Metro	190$00
25535	320$00
Org. Trab. Indústria Gráfica	
17296 – Cél. Papelaria Fernandes	1 035$00
43600 – Cél. Anuário	2 397$50
43651 – Cél. Anuário	125$00
43630 – Cél. Costa Valério	50$00
43604 – INCM – Dias salário	1 400$00
17242 – Diário Notícias – Dias salário	2 140$00
17248 – Diário Notícias	460$00
43617 – Século – Dias salário	2 527$00
Org. dos Bancários	
16381	470$00
32601	2 150$00
32622	497$50
41492	500$00
41539	2 036$10
41566	302$50
43359	3 380$00
43367	870$00
Org. Indústria Farmacêutica	
16748 – Cél. Biofarma	580$00
16750 – Cél. Biofarma	320$00
043235 – Cél. Unilfarma – Boehringer	1 390$00
Org. da Construção Civil	
17152 – Cél. Enobra	587$50
17153 – Cél. Enobra	102$50
17218 – Cél. Enobra	100$00
42688 – Cél. Concital	170$00
43299 – Cél. Alves Ribeiro (dias salário)	2 480$00
17147 – Cél. Lusotecna (dias salário)	5 742$00
42660 – Cél. J. J. Tomé	878$00
Org. Seguros	
16516	140$00
Org. Comércio	
16656 – IBM – Informática	1 650$00
16660 – IBM – Dias salário	11 790$00
Sector vários	
43467 – PME – Const. Civil	1 000$00
32518 – PME – Const. Civil	270$00
17399 – Pesca	630$00
32522 – PME – Cabeleireiros	2 330$00
43507 – Panificação	240$00
17361 – Agência Abreu – Dia salário	1 970$00
17457 – Cél. Dias Coelho	450$00
17380 – Restaurantes – Dia salário	975$00
17369 – Cél. Dias Coelho – Pastelar	679$00
17458 – Cél. Dias Coelho – Pastelar	840$00
17387 – Dia salário – Cél. Pedro Soares – Pastelarias	800$00
32511 – Panificação – Dia salário	220$00
32515 – UNPAC – Panificação	1 025$00
17400 – Pescas	480$00
32519 – PME – Dia salário	500$00
17469 – PME – Sapateiros	350$00
17468 – PME – Sapateiros	300$00
17475 – Quinta PME	400$00
32521 – Organismos vários – Dia salário	1 000$00
CC Arruda dos Vinhos	
19503	230$00
19515	10$00
19506	300$00
19502	80$00
19525	170$00
19534	250$00
CC Cascais	
042500 – Sterling	700$00
042446 – Erú	2 325$00
042462 – J. B. Pedroso	1 130$00

OR DE LISBOA

LISTAS	
C. C. OEIRAS	
19248 – Festa Roubaix iniciativa grupo camaradas emigrantes (C.F. Amadora)	19700$00
19232 – Bairro Novo/Amadora	250$00
19472 – C.F. Amadora	1000$00
19111 – Volkswagem	335$00
19223 – Pereira & Brito	50$00
19249 – Por um desporto de massas (2.ª prest.) C.F. Amadora	5000$00
19001 – C.F. Amadora	250$00
19433 – Dia de salário – Seldex	100$00
C. C. SINTRA	
12948 – Fábrica Portugal	680$00
14452 – Sintra	250$00
12925 – Algueirão	1500$00
12916 – Algueirão	2650$00
11956 – Tabaqueira	1900$00
11960 – Tabaqueira	630$00
11916 – Portalex Cacém	800$00
29503 – Dia salário Icosal	2421$50
14478 – Queluz	200$00
14486 – Queluz	140$00
14424 – Belas	150$00
29534 – Belas	1011$50
29537 – Belas	670$00
C. C. SOBRAL MONTE AGRAÇO	
19536	510$00
19513	640$00
19516	450$00
C. C. TORRES VEDRAS	
12037	100$00
12097	60$00
12096	250$00
12058	670$00
12047	645$00
27429	2600$00
12065	1095$00
12090 – C. Hipólito	250$00
C. C. TORRES VEDRAS	
12089 – A «UNIÃO»	1090$00
C. C. VILA FRANCA DE XIRA	
17810 – C. Centro de Alhandra	3810$00
17855 – Mulheres Alhandra	346$50
17864 – Reformados Alhandra	1345$00
26876 – idem	707$50
26887 – idem	560$00
17540 – C.F. de Alverca	770$00
17590 – Construções Técnicas Alverca	300$00
26946 – C.F. de Alverca	150$00
17776 – TUDOR – Castanheira – D. Sal	1100$00
17778 – idem	1850$00
17779 – idem	2920$00
17780 – idem	1265$00
17781 – idem	1200$00
27000 – idem	1430$00
27001 – idem	1050$00
17797 – C.F. da Castanheira	170$00
17896 – C.F. de Vialonga	20$00
26014 – C.F. de Vialonga	180$00
TOTAL	**19036839$10**

OR DO NORTE

Transporte	**4 683 535$50**
AUTOCOLANTES	1 457$50
COUPONS	20 227$50
SORTEIOS	
Emblema da RSS – Com. Têxtil – CLP	160$00
CT Bonfim – St.º Ildefonso	405$00
Viagem à RDA – CT Bonfim – St.º Ildefonso	500$00
CT Póvoa do Varzim	1 440$00
Donat. Div. – Com. Têxtil	160$00
Donat. Div. – CT. Boavista	24 071$30
Donat. div. – CT Póvoa do Varzim	7 100$00
"Neolux" – V.N. Gaia	820$00
"Henrique d'Ávila" – Porto (CC V.N. Gaia)	2 000$00
"MANÚ" – V.N. Gaia	100$00
Cél. da CM de Gaia	450$00
"Em prol do comunismo" – "Jodogan" – V.N. Gaia	500$00
Donat. Div. – V.N. Famalicão	500$00
"Um Amigo" – Braga	20$00
Dias de Salário – Com. Têxtil CLP	1 050$00
Dias de Salário – Braga	1 050$00
Vendas diversas – CC Gondomar	1 280$00
Vendas diversas – CT Braga	260$00
Uma festa – Cél. CDL – Norte – DORN	110 936$50
Festa no CT Boavista	7 923$00
"25 Canções de Abril" – 2.º entrega – CT Boavista	75 320$20
Festa no CT Bonfim – St.º Ildefonso	581$50
Festa no CT V. N. Gaia	898$80
Leilão no Sector Sindical	1 135$00
Leilão no CT Bonfim – St.º Ildefonso	6 000$00
Leilão no CC V.N. Gaia	9 205$00
LISTAS	
Sector Sindical	
N.º 858	1 950$00
N.º 859 (parte)	500$00
N.º 861 (parte)	500$00
N.º 865 (parte)	450$00
N.º 867 (parte)	400$00
N.º 898 (parte)	665$00

OR DO NORTE

LISTAS	
N.ºs 711 e 747 – Com. Têxtil CLP	980$00
N/Disc. – Com. Metalúrgicos CLP	4 222$50
N.º 22052 – América e Zé Carlos – CT Boavista	1 500$00
N/Disc. – CT Bonfim – St.º Ildefonso	3 050$00
N/Disc. – CC Póvoa do Varzim	12 264$00
CC V.N. GAIA	
N.º 1088	280$00
N.º 1019	100$00
N.º 1007	500$00
N.º 1072	100$00
N.º 1073	760$00
N.º 1018	966$00
N.º 1020	500$00
N.º 1017	50$00
N.º 1064	620$00
N.º 1050	400$00
N.º 1045	70$00
N.º 1052	1 440$00
N.º 1076	420$00
N.º 1059	250$00
N.º 1019	100$00
N.º 1022	230$00
N.º 1021	500$00
N.º 1110	1 000$00
N.º 1020	50$00
N.º 1019	100$00
N/Disc. – CT Ansiães – Amarante	1 200$00
CC GONDOMAR	
N.º 1331	5 000$00
N.º 1362	1 320$00
N.º 1386	100$00
N.º 1431	100$00
N.º 1404	100$00
N.º 1405	120$00
N.º 1398	380$00
N.º 1339	50$00
N.º 1343	1 000$00
N.º 1308	350$00
N.º 1320	770$00
N.º 1306	40$00
N.º 1307	70$00
N.º 1315	180$00
N.º 1317	67$50
N.º 1439	360$50
N.º 1447	650$00
N.º 1448	270$00
N.º 1425	130$00
N.º 1331	500$00
N.ºs 1776 e 1790 – Fafe	1 900$00
N/Disc. – CC V.N. Famalicão	3 190$00
N.º 1753 – Vieira do Minho	400$00
CC BRAGA	
N.º 1712	430$00
N.º 1637	1 800$00
N.º 1560	590$00
Total	**5 015 072$30**

OR DO OESTE – RIBATEJO

Transporte	**3 123 225$50**
Autocolantes	185$00
Coupons	3 700$00
Dias de Salário – Peniche	370$00
Porta-a-porta – Peniche	10 208$10
Leilão de um pássaro – M.Grande	100$00
Leilão de peças – (porta-a-porta) – Peniche	1 500$00
Sorteio das Estrelas – M.Grande	25 040$00
Venda de peças de vidro a maçarico – M.Grande	280$00
Venda Colecção Moedas – M.Grande	60$00
«Fernando Marrazes» – M.Grande	500$00
«Manuel de Sousa Pereira Raposa» – M.Grande	20$00
«João Galo Gomes» – M.Grande	500$00
Donat. Div. – Fab. Frigorífica – Peniche	915$00
«Clube dos Mil» – Peniche	1 000$00
Donat. Div. – Peniche	257$00
LISTAS	
N.º 5016 – M.Grande (J.D.Moleirinho, A.D.Ferreira, Stand Vidreiro)	6 500$00
40895 – M.Grande (Ivima, S.Baroja, T.Feteira, Emídio Silva, Garcia – porta-a-porta)	12 435$00
43849 – Dia de salário INGRID/HUTT – Pousos	720$00
5449 – Nazaré	60$00
5452 – Nazaré	1 050$00
5421 – S.Mamede – Bombarral	790$00
40591 – Alvaiázere	900$00
5391 – Maiorca – Alcobaça	2 400$00
5314 – Caldas da Rainha	7 500$00
5334 – Caldas da Rainha	403$50
5332 – Caldas da Rainha	4 300$00
TOTAL	**3 205 039$10**

OR DE SETÚBAL

TRANSPORTE	**8 188 035$40**
Autocolantes	612$50
Coupons	53 300$00
LEILÕES	
C.C. Almada	290$00
Carrasqueira – A. do Sal	1 200$00
Palma – A. do Sal	1 820$00
Na festa de 21 e 22/5 – Barreiro	36 700$00
C.L. de C. Caveira – Grândola	1 150$00
Palmela	400$00
B.º Alentejano – Palmela	1 080$00
SORTEIOS	
"Cabaz de Compras" – Coop. Piedense	2 580$00
"Pão de Açúcar" – Almada	2 130$00
Transul – Almada	370$00
Pioneiros – Laranjeiro	950$00
Alcácer do Sal	500$00
Alcochete	790$00
Fisipe – Barreiro	300$00
OPME – Barco – Barreiro	5 500$00
Surpresa – Com. Biblioteca – Barreiro	200$00
Surpresa – Professores – Barreiro	767$50
Mompor – Barreiro	680$00
Máq. lavar – C.F. Barreiro	10 850$00
CUF – Barreiro	475$00
Porco – Grândola	304$50
Quermesse – A. Vedros	675$00
Naperons – Moita	1 753$50
Abelá – Santiago do Cacém	820$00
S. Domingos – Santiago do Cacém	530$00
Santiago do Cacém	4 920$00
Ermidas – Sado	160$00
S. Bartolomeu	2 420$00
"Cabaz Necessário" – C.L. Amora	3 960$00
VENDAS	
1 colcha – Laranjeiro	4 000$00
Na festa de 21 e 22/5 – Barreiro	25 352$10
Rosas – Moita	2 800$00
Div. – Sesimbra	70$00
Doces – uma amiga – Paio Pires	172$00
Albuns em corticite – Paio Pires	220$00
Div. – C.L. Amora	405$00
FESTAS-ESPECTÁCULOS	
Baile em Rio de Moinhos – A. do Sal	2 710$00
Baile em Albergue – A. do Sal	3 003$00
Baile em Laranjal – A. do Sal	2 147$50
Baile CL Barros – Grândola	3 761$50
Noite de fados – Moita	12 230$70
Baile 14/5 – Foros de Arealão – Abelão	4 567$50
Cinema 20/5 – Ermidas – Sado	1 311$00
Comício-festa – Coop. Humberto Delgado:	
Ermidas	4 279$60
St. André	3 658$20
S. Bartolomeu	7 222$80
Santiago	7 000$00
Cinema – CL Amora	1 330$00
Cinema – Org. Professores – Barreiro	1 622$50
Festa 15/5 – CUF – Barreiro	13 373$00
Fados – CUF	7 290$00
Porta-a-porta – Alcochete	9 236$20
Porta-a-porta – Barreiro	1 117$90
Porta-a-porta – na freg. Pinhal Novo	6 030$00
Dias de salário – Alcochete	700$00
Jornada de trabalho dos cabeleireiros – P. Pires	2 370$00
Mealheiro – Laranjeiro	190$00
Mealheiro – Baixa da Banheira	1 400$00
Jantar na Transul – Almada	2 682$50
Vacada – Palma – A. do Sal	17 823$50
Caldeirada – Alcochete	272$00
Piquenique – Palmela	1 625$00
Futebol – CL Amora	2 434$00
Donat. div. – Almada	1 567$60
Donat. div. – Com. vendas – Barreiro	6 077$60
Donativo CUF – Barreiro	6 480$30
"Circular aos militantes" – Baixa da Banheira	3 060$00
Donat. div. – Alhos Vedros	340$00
"Cartas-donativos" – Moita	4 070$00
Donat. div. – 1.ª Ass. Conc. – Palmela	3 030$00
Donat. div. – Pinhal Novo	100$00
Donat. div. – C.L. Amora	1 109$90
Donat. div. – Cél. Const. Moderna – Seixal	665$00
Donat. div. – Cél. Wicander	125$00
"Circulares aos militantes para 1 000$00" – Seixal	
O.L.P.M.E.	5 500$00
Org. Ensino	1 000$00
C.L. Amora	500$00
Cél. Mundet	3 600$00
Cél. Wicander	200$00
LISTAS	
C.C. de Almada	
O3757 – Dia salário – Laranjeiro	1 000$00
03817 – Cél. Pão de Açúcar	50$00
O45545 – Com. vendas – Concelhia	1 570$00
03826 – CRARA	120$00
045680 – Núcleo dos mil – Cél. Compelmada	5 000$00
O45639 – Núcleo dos mil. – Cél. Compelmada	500$00
C.C. de Alcácer do Sal	
10166 – C.C. Alcácer do Sal	460$00
10171 – C.C. Alcácer do Sal	400$00
10185 – C.C. Alcácer do Sal	1 310$80
10186 – Grupo trabalhadores Coop. Esp. Sado	1 550$00
O46496 – Dia sal. – Alcácer do Sal	200$00
O46499 – C.C. Alcácer do Sal	230$00
C.C. do Barreiro	
4002 – OPME	600$00
4001 – OPME	1 050$00
4058 – OPME	100$00
4070 – OPME	270$00
4024 – OPME	800$00
4041 – OPME	583$00
4166 – CUF	1 700$00
4188 – CUF	310$00
4179 – CUF	670$00
4199 – CUF	610$00
4190 – CUF	2 750$00
46700 – CUF	7 060$00
46730 – CUF	2 370$00
4224 – CUF	2 900$00
4264 – CP	144$00
4260 – CP	300$00
46710 – Org. Serviços	240$00
4349 – Orga. Serviços	485$00
46668 – Org. Serviços	60$00
4459 – Org. Professores	80$00
4570 – C.F. Lavradio	160$00
4571 – C.F. Lavradio	770$50
4572 – C.F. Lavradio	455$00
4590 – C.F. Lavradio	1 550$50
10976 – C.F. St.º André	250$00
10977 – C.F. St.º André	111$50
4692 – FISIPE	2 170$00
C.C. Grândola	
O4852 – C.C. Grândola	5 000$00
O4886 – C.L. Canal Caveira	1 050$00
04811 – C.L. Canal Cavaira	1 700$00
O4802 – C.L. do Lousal	590$00
32443 – Moita	3 875$00
C.C. de Santiago do Cacém	
10697 – Coop. "Passos de Lenine" – Alvalade	2 390$00
10714 – CT. Alvalade	1 456$00
10820 – CT Ermidas – Sado	240$00
C.C. Seixal	
11103, 11114, – Org. Local de Amora	615$00
11231, 11229 – Cél. Moderna	30$00
11399 – Cél. da Wicander	100$00
11270 – Org. freg. Paio Pires	440$00
11301 – OPME	500$00
C.C. de Sesimbra	
03409	80$50
O49258 – Dia de salário	1 900$00
O49274, 49283, 49284, 49285 – porta-a-porta	2 526$70
C.C. de Setúbal	
11453, 49875 – Cél. Comerciantes	2 650$00
49603 – Coop. Vitória	77$50
49622 e 49623 – Com. Concelhia	2 624$40
10217 – Cop. vendas e recep.	180$00
10214 – Concital (Setenave)	440$00
10306 – Cél. Entreposto	100$00
10269, 49604 – Cél. Mecânica Setubalense	2 725$50
4597 – Núcleo dos mil	1 000$00
10221, 10327, 49598, 49599, 49621 – Org. Popular	2 967$50
49529, 49530 – Cél. Const. Civil	460$00
49483, 49485 – Cél. Novauto	1 330$00
49624 – Cél. Pescadores	500$00
10395 – Cél. Saúde	4 000$00
49439 – Cél. Secil	1 370$00
11468, 49425, 49579 – Cél. Setenave	5 154$60
49413, 49459 – Cél. Socel	700$00
49602 – Cél. Tonus	3 000$00
49600 – Cantares de Maio	1 000$00
49601 – Pioneiros (leilão de bolos)	369$80
49606 – "Um amigo de Sempre"	10 000$00
10390 – Cél. da CP	175$00
TOTAL	**8 622 492$70**

EMIGRAÇÃO

Transporte	**2 687 620$85**
Autocolantes	1 151$80
Coupons	14 690$00
Dias de Salário	
Grã-Bretanha	5 360$00
«Cam. A. A.» – RFA	1 638$80
Estocolmo («Um Dia de Trabalho para o Partido»)	16 555$60
Uma iniciativa na Grã-Bretanha	19 653$00
Leilão em Estocolmo	2 390$40
Sorteio em Estocolmo	1 770$60
Saldo Festa 1.º de Maio — RFA	1 300$70
Vendas	
No 1.º de Maio — Langenfeld	2 458$10
No 1.º de Maio — Remscheid	5 161$90
Em 16 de Abril — Colónia	19 008$90
No 1.º de Maio — Colónia	10 209$10
Estocolmo	3 550$20
No 1.º de Maio — Hamburgo	10 389$70
Artigos Portugueses — RFA	4 474$90
Na Festa 1.º de Maio — RFA	4 908$60
Posters da Campanha — RFA	278$20
«Uma Amiga» — Grã-Bretanha	67$00
Donat. Div. — Hospitais — Grã-Bretanha	201$00
«Comunistas de Sempre»	32 000$00
Abaixo os Monopólios!»	10 000$00
«Força, Força, Norte!»	7 510$00
«Família S. Amaro» — Suíça	1 494$80
«Vitor e Maria» — Montreal	1 839$50
«Gomes Conceição — RFA	162$30
Donat. Div. — Estocolmo	265$60
«Grupo Coral Alentejano» — Bruxelas	2 339$10
«Francisco»	11 520$00
«Spartacus»	9 912$00
«Meu Marido»	2 304$00
«Augusto A.»	24 576$00
«Silvério»	19 200$00
«Manuel R.»	23 040$00
«Manuel S.»	9.984$00
«Carlos M.»	15 360$00
«Vitor R.»	11 520$00
«Vitor R.»	1 152$00
«Almoço 8 de Maio Camaradas e Simpatizantes — Sartrouville Fr.»	6 930$00
«Mulheres Antifascistas de Langenfeld»	2 867$90
«Viva o 1.º de Maio de Langenfeld»	753$90
«Cravos do 1.º de Maio» — Remscheid»	1 556$90
«Cravos do 1.º de Maio» — Colónia	2 310$70
«Campanha Especial» — Colónia	2 532$80
Listas	
N.º 19973 Grã-Bretanha	87$00
19974 — Idem	1 005$00
19991 — Idem	1 340$00
19605 — Langensfeld — RFA	4 096$80
19689 — Idem — RFA	2 048$40
19614 — Colonia — RFA	2 622$00
19615 — Colonia — RFA	1 294$60
19690 — Langenfeld — RFA	3 769$00
19691 — Colonia — RFA	1 687$90
19613 — Colonia — RFA	2 204$00
19683 — Colonia — RFA	860$30
19609 — Colonia — RFA	622$70
19601 — Colonia — RFA	1 130$70
19961 — Geneve	1 528$60
19953 — Idem	10 502$20
19964 — Anemasse — França	6 818$00
19965 — Idem	4 359$10
43756 — Estocolmo	2 461$20
19676 — Hamburgo — 2.ª parte	981$70
19677 — Hamburgo	1 996$20
19671 — Hamburgo — 2.ª parte	327$20
19670 — "Trabalhadores em Hamburgo"	2 945$10
19681 — "Amigos do PCP em Hamburgo"	3 599$60
Total	**3 069 258$15**

UEC

Transporte	**777 517$10**
Autocolantes	282$50
Coupons	8 825$00
SORTEIOS	7 670$00
Festa em A-dos-Loucos	1 450$00
«Contra o Cardia e suas medidas»	2 130$00
Donat. Div.	5 883$00
TOTAL	**803 757$50**

UJC

Transporte	**502 364$10**
Autocolantes	145$00
Coupons	7 740$00
Venda Emblemas Lenine – Escolas	290$00
Venda Emblemas Lenine – Sintra	165$00
Venda Emblemas Lenine – T.Vedras	300$00
Festa do PCP em Queluz – 22/5	910$00
Iniciativas diversas – Escolas	501$50
Iniciat. divers. – Vila Azeda – Beja	330$10
Dias de Salário – Ervidel	180$00
Idem – Ferreira do Alentejo	200$00
SORTEIOS	
Bombarral	250$00
Marinha Grande	1 490$00
Caldas da Rainha	260$00
Viagem RDA – Escolas	690$00
Viagem RDA – Sintra	1 300$00
Viagem RDA – Torres Vedras	500$00
Viagem RDA – Castelo Branco	1 122$50
Viagem RDA – Beja	500$00
Beiras	2 477$50
LISTAS	
N/Disc. – Oeste e Ribatejo	700$00
N.º 14975 – Escolas	170$00
11810 – Torres Vedras	350$00
9235 – C.F.Serpa	177$00
9234 – C.F.M.Velhos	300$00
«Jovem Casal» – Alpiarça	1 000$00
Donat. Div. – Loures	1 000$00
TOTAL	**525 412$70**

SORTEIOS

Em sorteio realizado no passado domingo no Parque Eduardo VII, durante a festa de encerramento da Campanha em Lisboa, o Fiat 126 – uma iniciativa da célula da Fiat em que se empenharam numerososo sectores do Partido em todo o país – foi atribuído ao n.º 80 845. Quem o tiver, tem um carro à sua espera!

Entretanto, os camaradas da célula na Companhia Nacional de Navegação informam que o número premiado para o sorteio do quatro em madeira pirogravada coube ao número 007.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

o CDS e o PPD, agora aliados permanentes, uma «convergência democrática».

Mas no encontro cimeiro entre CDS e PPD, onde procuraram estabelecer uma linha de acção comum de forma a concretizar uma tal perspectiva, vimos falando como se fossem os mais genuinos representantes da Democracia um deputado da ANP na Assembleia Nacional nos tempos do fascismo e um dilecto aprendiz de Marcelo Caetano.

O que é a «democracia» do PPD e do CDS mostra-se bem nos Açores e na Madeira, onde a lei dominante é de intimidações, de perseguições, do terrorismo e da bomba, acompanhando actividades separatistas que se têm de considerar de traição nacional mas que os governos regionais protegem ou de que são cúmplices.

O que é a «democracia» do PPD e do CDS mostra-se em todo o seu comportamento político, nos seus planos antidemocráticos, no seu ódio aos trabalhadores, nas suas propostas de lei contra a Constituição e contra os direitos e liberdades dos cidadãos.

A «convergência» de que falam Freitas do Amaral e Sá Carneiro, a realizar-se, seria não uma «convergência democrática», mas uma «convergência reaccionária». Não serviria para defender e prosseguir a democracia mas para liquidá-la.

Por isso, **o PCP indica sempre o fascismo e a reacção como inimigo principal e insiste numa política de unidade de todos os democratas e antifascistas para combater em comum o perigo que a todos ameaça.**

• Uma alternativa democrática

O perigo da reacção seria incomparavelmente menor se o PS e o seu Governo se opusessem firmemente ao avanço da direita.

Mas a realidade é que o Governo PS se tem sistematicamente aliado à direita, para levar a cabo a política de recuperação capitalista que contraria frontalmente os interesses do povo e do País.

Criticamos severamente a política antioperária e antipopular do Governo PS.

Chamamos a atenção para o descalabro a que está conduzindo o próprio PS.

Mas sublinhamos ao mesmo tempo que a **democracia portuguesa não está interessada na cisão do PS, no colapso do Governo PS, para que se forme um Governo abertamente reaccionário, com ou sem o PS.**

Sempre afirmámos que na democracia portuguesa **o PS tem um papel positivo a desempenhar.** Mas sempre afirmámos também, e insistimos em afirmá-lo, que não poderá desempenhar um tal papel e caminhar para o desastre, com a política de recuperação capitalista, com o anticomunismo, com a aliança à direita, com a liquidação das conquistas da Revolução, com o desemprego, a exploração e a repressão para os trabalhadores e luvas brancas e indemnizações de milhões de contos para os capitalistas.

Actuámos e continuaremos a actuar para a aproximação, entendimento e unidade dos trabalhadores e dos democratas e em particular de comunistas e socialistas, e saudamos aqueles muitos socialistas e simpatizantes socialistas que compreendem quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos e, cada vez em maior número se aproximam e entendem com os comunistas na acção comum com objectivos comuns.

Continuamos **abertos ao exame conjunto dos problemas nacionais** na Assembleia da República, com outros órgãos do Poder, ao exame conjunto com o PS e outras forças democráticas, tendo em vista a busca de soluções para os problemas mais graves da situação actual.

Continuamos defendendo **a negociação e a definição de uma plataforma** que possa ser a base de uma alternativa democrática para o Governo actual.

Todo o Partido está presentemente examinando, num gigantesco trabalho colectivo, na busca da solução para as dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa e a **Conferência Nacional** que terá lugar dentro de uma semana será sem dúvida uma contribuição positiva dada ao país para a definição de uma política que permita sair da crise.

Uma coisa é absolutamente certa. Não é em aliança com o PS, com o CDS e o PPD que pode ter lugar uma convergência democrática, uma política democrática e uma alternativa democrática.

Não é possível no Portugal de hoje uma convergência democrática, uma política democrática e uma alternativa democrática sem os trabalhadores e sem o PCP, e muito menos contra os trabalhadores e contra o PCP.

● O PCP, grande força do povo e da democracia

Na campanha anticomunista, todas as vozes que nela participam falam no isolamento do PCP.

É absolutamente certo que estamos isolados dos fascistas, dos reaccionários, dos capitalistas e dos agrários.

Mas estamos cada vez mais fortemente unidos aos trabalhadores e às massas populares.

Quem estará mais isolado?

Aqueles que tomam a decisão inepta de encerrar escolas e decretar o *lock-out* de Universidades, ou aqueles que estão com os professores e estudantes?

Quem estará isolado?

Aqueles que no 1.º de Maio se meteram numa casa como conspiradores contra o movimento operário a discutir um plano de divisão sindical, ou aqueles que estiveram na rua com um milhão de trabalhadores?

Quem estará isolado?

Aqueles que resolvem tudo sem consultarem os trabalhadores e para aplicar as suas decisões arbitrárias mandam espezinhar e espadeirar homens, mulheres e crianças, ou aqueles que estiveram em Mora no protesto de 20 000 trabalhadores?

Quem estará isolado?

Aqueles que cedem em tudo aos grandes senhores do capital e da terra e recusam atender as justas reclamações dos trabalhadores ou aqueles que estiveram com a paralisação e manifestação dos metalúrgicos?

Quem estará isolado?

Aqueles que, para apresentarem as despesas dos respectivos partidos procuram ir buscar dinheiro ao Orçamento Geral do Estado, ou aqueles que mobilizam os militantes e conseguem em menos de quatro meses recolher 50 000 contos e fechar a campanha com uma festa como aquela onde nos encontramos e que constitui uma afirmação do cada vez maior apoio das massas à política democrática consequente do PCP?

Camaradas e amigos.

Todos os trabalhadores, todos os democratas, teremos de nos unir e actuar juntos para defesa dos interesses de quem trabalha, para defesa das liberdades, para defesa das conquistas da Revolução, para assegurarmos a continuidade de um regime democrático e da independência nacional.

Se nos mantivermos firmes e confiantes, a democracia portuguesa passará com sucesso a curva apertada e perigosa onde se encontra, e prosseguirá rumo a uma sociedade mais justa, uma sociedade de liberdade e justiça social, uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade socialista.

25 CANÇÕES DE ABRIL

em cassete

GRAVAÇÃO AO VIVO REALIZADA NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Lisboa – 18 e 19 de Março – 1977

À venda nas **Populares Livrarias CDL** – e nos **Centros de Trabalho do Partido**

Assembleia Concelhia do Barreiro

VASTA E PROFUNDA ANÁLISE DO TRABALHO REALIZADO

A I Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro, que teve lugar na sala da colectividade «Os Penicheiros», naquela vila de tradições de luta antifascista, contou com a participação de cerca de 500 deputados e a presença do camarada Álvaro Cunhal que, desde os primeiros momentos, acompanhou o desenrolar dos trabalhos, tendo-se depois da primeira parte deslocado a Lisboa, onde pronunciou um discurso no Parque Eduardo VII. Mais tarde veio novamente ao Barreiro onde esteve presente no encerramento da Assembleia, pronunciando um discurso no comício que se lhe seguiu.

A nova Comissão Concelhia do Barreiro saúda a Assembleia

Depois de uma saudação dos Pioneiros, lida por Rui Madeira, e da votação da composição da mesa e da ordem de trabalhos, seguir-se-ia a leitura de partes do volumoso Relatório de Actividades da Comissão Concelhia cessante.

Na mesa encontravam-se, além dos camaradas que compunham esta, os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, José Teodósio, membro suplemente do CC, da DORS e José Neto, membro da DORS. Foi o camarada Teodósio que saudou, em nome da DORS, a Assembleia, e a presença dos convidados, entre os quais a delegação do Partido Comunista Italiano, que durante alguns dias visitou o nosso país. Também presentes convidados da FSP, do PS, do MDP, do MDM, da FEPU, da Associação Portugal-URSS, do CPPC, da Associação de Pequenos e Médios Comerciantes, das Comissões de Freguesia e de Bairro, de grupos desportivos, dos Bombeiros Voluntários e ainda de um representante da PSP local. Presentes ainda delegações de comissões concelhias.

No final das intervenções que abarcavam a generalidade dos trabalhos que integravam o Relatório de Actividades, o camarada Carlos Mira, membro da Comissão Concelhia cessante ofereceu ao camarada Álvaro Cunhal uma placa de bronze. Uma outra seria, mais tarde, oferecida à DORS. Entretanto o secretário-geral do Partido pronunciou algumas palavras de improviso, no encerramento da primeira parte da Assembleia. Salientando a importância da organização do Barreiro, as suas qualidades e as suas deficiências, o camarada viria a abordar seguidamente alguns aspectos da política do Partido, com refências ao movimento sindical e à política de unidade.

Apenas os delegados reuniriam na segunda sessão, para discutir a proposta da nova Comissão Concelhia. Por maioria, sem votos contra e com onze abstenções, a Comissão Concelhia foi eleita, tendo sido apresentada. Um por um, os camaradas que compõem actualmente aquele organismo dirigente do concelho, foram alinhando junto da tribuna, aplaudidos todos com calor pelos presentes. Trinta e três camaradas nos quais os comunistas do Barreiro votaram, elegendo mais uma Comissão Concelhia, fortalecendo deste modo o Partido, com a prática da democracia. Mais de metade são operários. Empregados são nove, contando-se ainda seis intelectuais e quadros e um comerciante. As mulheres estão representadas na proporção de 18 por cento. Com a média etária de 33 anos, esta Comissão Concelhia conta também com três camaradas que, ao mesmo tempo são membros suplentes do Comité Central. São eles Helder Madeira, também Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Hermenegilda Pereira, deputada, e Carlos Ramildes, membro da Comissão de Trabalhadores da Fisipe.

Seguidamente, num clima entusiástico, foi aprovada por unanimidade uma moção em que se propõe, como tarefa importante e urgente no concelho, a construção de um novo Centro de Trabalho num terreno que já foi entretanto adquirido.

Mensagens de organismos do Partido, saudando a Assembleia e uma saudação enviada pela FSP, foram aplaudidas, tendo esta última sido correspondida por cadenciados gritos de *Unidade!*

Intervenções sucederam-se na tribuna. Ligados às massas, camaradas que representavam as organizações do Partido nas empresas, nas freguesias, em sectores de actividade, leram trabalhos que falam da implantação do PCP, da organização e dos problemas dos trabalhadores. A célula da CUF foi a primeira, seguindo-se a Comissão de Freguesia do Barreiro, a Fisipe, a CP, a intervenção sobre Trabalho Unitário, a da Comissão de Freguesia de Santo André.

Uma moção saudando o êxito da Campanha dos 50 mil contos foi aprovada por unanimidade.

O Trabalho Sindical foi também motivo de uma intervenção. Outra foi a da Fibrocoop, tendo depois sido aprovada, por unanimidade, uma moção saudando o Movimento Comunista Internacional. O Organismo da Construção Civil apresentou a sua intervenção e foi então a vez de um camarada da ARB – Auto-Reconstrutora do Barreiro subir à tribuna, sob os intensos aplausos dos delegados. Depois da sua intervenção foi aprovada uma moção de apoio à luta dos trabalhadores daquela empresa, por unanimidade, tendo todos, de pé, gritado *A Luta Continua!*

A vez da leitura dos relatórios da Comissão de Freguesia de Palhais, da intervenção sobre o trabalho desenvolvido no concelho em apoio à Reforma Agrária, sobre a Juventude, sobre a Equimetal, os Serviços, o Controlo Operário, as estruturas populares, as Nacionalizações, as Mulheres, a Comissão de Freguesia do Lavradio, os Comerciantes, os trabalhadores da CMB, a Mompor, a Dodge Corticeira, preencheram o tempo das sessões da tarde.

Os serviços técnicos de apoio à Assembleia desenvolveram um eficiente trabalho, tendo muitos dos camaradas permanecido em actividade mais de 35 horas para assegurar os vários aspectos técnicos. Foi referida a dada altura que já se cifravam em 130 mil as folhas de papel policopiado distribuídas com os textos lidos na Assembleia.

A meio da tarde foi anunciado que faltavam apenas no concelho pouco mais de onze contos para atingir a meta de dois mil contos que o Barreiro se propusera. No final dos trabalhos, a recolha entretanto feita na sala cifrou-se em mais de 14 contos, tendo os delegados aplaudido a ultrapassagem da meta no próprio dia do encerramento da Campanha.

Foram lidas e aprovadas ainda moções, uma de apoio ao MPLA outra sobre recrutamento.

O Relatório de Actividades, foi aprovado no final, por maioria e com 3 abstenções.

O encerramento da Assembleia, já com – novamente – a presença do secretário-geral do Partido, contou ainda com uma intervenção política do camarada Jaime Serra, que, depois de ter assinalado a dupla festa que era para os comunistas do Barreiro a realização da I Assembleia e o encerramento da Campanha dos 50 mil contos, se referiu aos trabalhos preparatórios no concelho. E, salientando que aquela foi a 11.ª assembleia concelhia realizada depois do VIII Congresso no distrito de Setúbal, o camarada afirmou que o esforço dos trabalhos preparatórios constitui um motivo de orgulho e que,, quem hoje quiser analisar ou estudar os vários aspectos – económicos, sociais e políticos – de cada concelho terá, obrigatoriamente, de consultar os documentos das Assembleias Concelhias do Partido.

ÁLVARO CUNHAL NO BARREIRO

«A Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro do PCP (como as outras Assembleias que se estão a realizar em todo o Partido), foi uma nova afirmação da natureza, dos objectivos, dos métodos de trabalho do nosso Partido.

Muitas experiências e lições se podem tirar desta magnífica Assembleia. Permiti, porém, que refira apenas algumas.

A Assembleia foi, em primeiro lugar, um novo testemunho da vida democrática existente no Partido.

Nenhum outro partido em Portugal dá semelhantes exemplos de respeito pelas opiniões, de debate livre e fraterno, de reconhecimento do direito à crítica.

Enquanto noutros partidos há perseguições, medidas disciplinares para os que discordam, imposição administrativa de decisões pelos organismos superiores, no nosso Partido Comunista não só se aceita e respeita como se promove a manifestação da opinião dos militantes, o debate aberto e os métodos democráticos de decisão.

O PCP começa por dar o exemplo, na sua própria vida interna, da sua fidelidade profunda aos ideais democráticos.

Não existe em Portugal partido mais democrático do que o Partido Comunista Português.

A Assembleia foi em segundo lugar um novo testemunho da unidade indestrutível existente no Partido.

Nenhum outro partido em Portugal dá semelhantes exemplos de identidade de opinião entre os seus membros, de tão grande coesão nas suas fileiras, de tão firme e coerente actuação de todos os militantes.

Enquanto noutros partidos há desacordos, conflitos, guerras, divisões, expulsões em série, no Partido Comunista existe uma unidade inabalável, uma unidade combatente desde o Comité Central à base do Partido, unidade de pensamento e unidade de acção, que assenta na consciência de classe, no livre convencimento, na participação de todos em toda a vida partidária.

Não existe em Portugal partido mais unido e mais fraternal do que o Partido Comunista Português.

A Assembleia foi em terceiro lugar um novo testemunho de estreita e indestrutível ligação do Partido à classe operária e às massas trabalhadoras.

Nenhum outro partido em Portugal tem tão profunda implantação no povo trabalhador.

Enquanto noutros partidos os dirigentes e as organizações vivem e actuam à margem dos trabalhadores, contra os trabalhadores e contra as massas populares, o Partido Comunista Português desenvolve permanentemente a sua acção em correspondência com os interesses, as aspirações e os objectivos da classe operária e das massas trabalhadoras, defendendo sempre, consequentemente e firmemente, os interesses dos trabalhadores contra a exploração capitalista, contra as formas de exploração e opressão.

Não existe em Portugal nenhum outro partido que possa afirmar, como afirma justamente o Partido Comunista, que a sua força, a sua energia combativa, a sua capacidade de organização, a sua dedicação, a grande maioria dos seus quadros dirigentes lhe vem da própria classe operária e das massas populares nas quais mergulham profundamente as raízes das organizações do Partido.

Finalmente, camaradas, a Assembleia, pela sua própria ordem de trabalhos, pelo debate, pelas conclusões, foi novo testemunho do *papel indispensável do PCP na defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdades e das outras conquistas da Revolução e na solução dos problemas nacionais.*

Enquanto os partidos da direita pressionam e conspiram para liquidar a democracia portuguesa, enquanto o PS, através do seu Governo, ao serviço dos capitalistas e agrários, conduz uma feroz ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução, o PCP, fiel ao seu programa, fiel aos compromissos assumidos perante o Povo português, fiel à Constituição, continua e continuará firmemente a defender os interesses dos trabalhadores, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, continua e continuará empregando os seus esforços e energias para a construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.»

A mesa que presidiu aos trabalhos em Coimbra

Coimbra

PROFUNDA LIGAÇÃO AOS PROBLEMAS DO POVO TRABALHADOR

Cerca de 140 delegados e mais de 250 convidados estiveram presentes na I Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP. Entre os convidados, além de membros das organizações da região das Beiras, dezenas de democratas independentes, socialistas, representantes do MDP/CDE, da FEPU, do MDM, da UJC, da UEC e outras organizações.

Na fase preparatória da Assembleia foram realizadas mais de 150 reuniões de células de empresas, de freguesia, de classe, numa ampla discussão dos problemas do respectivo sector. A Assembleia foi assim precedida por um largo trabalho democrático no seio da Organização de Coimbra.

No decorrer da Assembleia foram escutadas 41 intervenções dos delegados que a ela trouxeram, com elevado espírito crítico e autocrítico, uma experiência rica, feita de êxitos e deficiências, mas todas reveladoras da profunda ligação de cada célula e organismo aos problemas concretos e mais sentidos do povo trabalhador do concelho.

Foram escutadas com particular interesse as intervenções dos delegados das organizações do Partido das empresas vítimas da política de recuperação capitalista do Governo do PS, como a Mondorel, a Santix, a Agfa e de outras sob ameaça directa como a "Grande Vitória" e a Guérin, assim como das nacionalizadas, em perigo depois da aprovação da lei do sector público e do sector privado, como a Petrogal e a Cinorte, e também dos delegados das actividades rurais a braços com graves problemas.

Várias moções e saudações foram aprovadas manifestando a solidariedade dos comunistas por esses trabalhadores.

Uma moção de solidariedade pelo MPLA e de repulsa pelo golpe criminoso dos fraccionistas que ceifou as vidas de patriotas angolanos — dois dos quais, Garcia Neto e o comandante Eurico, viveram e estudaram em Coimbra — foi aprovada de pé, com um minuto de silêncio.

Foi eleita por unanimidade e aclamação a nova Comissão Concelhia composta por 18 membros, dos quais duas mulheres.

Uma resolução política foi depois aprovada pela Assembleia pela qual são reestruturados ou criados organismos diversos: para apoio ao trabalho dos comunistas e amigos do PCP nas autarquias locais; de fundos; de pioneiros; de acção cultural; de informação e Propaganda; de apoio ao trabalho sindical; medidas para alargar a difusão do "Avante!" e do "Militante"; para reanimar a actividade das organizações por meio de reuniões e discussões ampliadas, etc.

Assistiram aos trabalhos os camaradas Carlos Luís Figueira, do Comité Central e da DORB e Dias Lourenço, da Comissão Política, tendo este último feito o balanço da Assembleia e a análise da situação política actual e as tarefas do Partido, terminando com um apelo à unidade de todos os democratas e patriotas, em particular entre comunistas e socialistas, na base de uma plataforma comum como alternativa democrática para a saída da crise.

À noite, no salão e no pátio dos Bombeiros Voluntários, realizou-se um jantar de confraternização entre delegados e convidados com a participação de cerca de 500 pessoas.

1.ª assembleia em Carnaxide

ORGANIZAÇÃO E LIGAÇÃO AO MOVIMENTO POPULAR

Efectuou-se no dia 21 de Maio a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Carnaxide, na qual participaram 119 delegados, cuja maioria era operária, entre os quais se contavam 27 mulheres.

Na mesa da presidência, entre camaradas de secretariados de células de empresas e de bairros, de camaradas da Comissão Concelhia de Oeiras, encontravam-se também os camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central e José Casanova, membro do CC.

À primeira parte presidiu o camarada Orlando Lopes e, depois da saudação aos delegados e do discurso de abertura, iniciaram-se os trabalhos com a leitura do relatório de actividades, lido pelo camarada António José de Almeida.

Não se tratou, como de resto é referido no próprio documento, de um relatório pormenorizado e exaustivo, propondo-se antes traduzir no essencial a actividade e o trabalho desenvolvido na freguesia de Carnaxide durante os três últimos anos. Assinalando as dificuldades e as melhorias verificadas, salienta-se a dado passo a existência actual de seis Centros de Trabalho abertos e a funcionar regularmente.

Ainda se refere no documento a ligação da organização ao movimento operário e popular e a participação que tem tido em todas as frentes de luta.

Focando as tarefas em que se encontram empenhados os comunistas da freguesia, o relatório salienta a grande tarefa da Campanha dos 50 mil contos — hoje encerrada —, saudando o esforço dos camaradas e amigos do Partido, e sublinha também a contribuição positiva das centenas de trabalhadores que, em mais de 30 reuniões, deram para a Conferência Económica promovida pelo PCP.

Os trabalhos continuaram durante todo o dia, tendo os camaradas Melo, João Camilo e Alcino Esteves dirigido as restantes partes da Assembleia, onde foram lidas várias intervenções que abarcam os principais aspectos do trabalho da organização.

A nova Comissão de Freguesia, proposta durante a Assembleia, é composta por 18 camaradas.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA PAREDE

Numerosos militantes participaram na I Assembleia da Organização de Freguesia da Parede do PCP, que recentemente se realizou.

A ordem de trabalhos aprovada determinava a leitura, discussão e aprovação do relatório apresentado pela Comissão de Freguesia e ainda a apresentação e eleição dos membros propostos para constituírem a nova Comissão, a qual foi eleita por unanimidade.

Durante os trabalhos foram lidas saudações das Comissões de Freguesia do Concelho de Cascais, da DORL e do Comité Central. Foi aprovada uma moção de apoio à luta dos trabalhadores da J. Pimenta. Assistiu aos trabalhos o camarada Hipólito Santos, membro do Comité Central.

Estoril

PODEMOS ALARGAR A INFLUÊNCIA DO PARTIDO

Realizou-se no passado sábado, a Segunda Assembleia da Organização de Freguesia do Estoril. Com larga participação de membros da organização, foi aprovado, por unanimidade, o relatório de actividade da anterior Comissão de Freguesia e eleito o novo organismo de direcção.

Do relatório da anterior Comissão de Freguesia transcrevemos o seguinte extracto que, de certo modo, dá conta do trabalho desenvolvido e das possibilidades futuras:

"Apesar do peso das forças reaccionárias aqui concentrado, não conseguiram, nem conseguirão, impedir o desenvolvimento do trabalho do nosso Partido junto dos trabalhadores do Estoril, e temos hoje muitos que estão connosco. E, apesar das dificuldades que encontrámos para desenvolver a nossa actividade na freguesia, temos um campo de acção muito vasto onde podemos alargar a influência do Partido".

No final, foi feita uma intervenção política pelo camarada Luís Santos, da DORL. No decorrer da Assembleia foram ainda aprovadas moções de apoio à luta dos trabalhadores da Facel e de apoio ao MPLA, na sua luta contra os elementos fraccionários.

CENTRO DE TRABALHO INAUGURADO EM CHANÇA

Milhares de trabalhadores comemoraram em Chança, Alter do Chão, no passado dia 21, a inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido e o encerramento da Campanha dos 50 000 Contos, traduzindo-se este dia numa grandiosa jornada de luta e confraternização.

Várias foram as iniciativas que ali reuniram durante todo o dia as milhares de pessoas presentes.

Durante a tarde, realizou-se um comício, no qual participou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. Na sua intervenção, fez uma análise da situação política, condenando a recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS, ao mesmo tempo que salientou a necessidade de unidade entre todas as forças democráticas e entre todos os trabalhadores.

Aludindo à inauguração, Joaquim Gomes realçou a importância de que se reveste para a organização do Partido de mais um Centro de Trabalho, o qual deve ser ponto de encontro de todos os que estão dispostos a trabalharem em unidade com os comunistas na defesa da Reforma Agrária e de todas as outras conquistas do 25 de Abril.

Os comunistas empenhados na luta por uma Informação verdadeiramente democrática

TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO DEBATEM O PASSADO E O FUTURO

Com a presença de mais de meia centena de delegados, realizou-se no passado sábado, no Centro Vitória, a I Assembleia do Subsector de Informação da Organização Regional de Lisboa do PCP, no decorrer da qual o organismo de direcção cessante fez o balanço das actividades e, com base no relatório apresentado, se discutiram as perspectivas de trabalho futuro.

Eleita a mesa, a que presidiu Rui Pedro, foram chamados para a integrar, como convidados, representantes do "Avante!", da SIP Central e da direcção do sector intelectual da DORL. Presente também o camarada Carlos Aboim Inglês, do CC, que saudou a Assembleia em nome da DORL e fez uma curta intervenção acerca da situação política.

O extenso relatório da direcção cessante começa por traçar uma evolução da informação nos últimos três anos, enquadrada na evolução do próprio processo revolucionário. Justo destaque é dado ao papel decisivo dos trabalhadores da informação na criação das condições para o exercício e a defesa da liberdade de informar, com destaque para os militantes comunistas.

Assinala o relatório que desde Novembro de 75 até Junho de 76 surgiram jornais reaccionários e fascistas à média de mais de um por mês, registaram-se cerca de 150 saneamentos à esquerda, ao mesmo tempo que jornalistas contra-revolucionários eram reintegrados. Casos concretos de censura, como os do "Diário de Notícias" e do Telejornal, revelam o progressivo controlo do aparelho de Estado sobre os órgãos estatizados. Entretanto, o relatório assinala a crescente consciencialização por parte dos trabalhadores em relação a estes problemas e o crescimento dos sentimentos unitários nos locais de trabalho.

O documento aborda também aspectos de organização, em parte afectada pela heterogeneidade do sector, que engloba células de jornalistas, de rádio e da TV, por sua vez subdivididas em núcleos. Outras deficiências apontadas dizem respeito ao trabalho ideológico e à subestimação da luta pela unidade, ainda que neste aspecto se tenha constatado ultimamente uma nítida melhoria, com alguns significativos resultados concretos já alcançados.

O debate centrou-se igualmente no que respeita à agitação e propaganda, fundos, trabalho sindical, assim como em aspectos mais gerais relativos à situação da informação e ao contributo dos comunistas para a resolução dos problemas deste importante sector da vida nacional.

A análise da actividade futura foi perspectivada tendo em conta aquelas que foram definidas como as três frentes principais de trabalho dos militantes: actividade profissional nas empresas, actividade sindical e actividade partidária.

No decorrer dos trabalhos, durante os quais seria lida uma saudação enviada à Assembleia pelo colectivo do "Avante!", vários camaradas intervieram, enriquecendo com as suas propostas e sugestões o relatório da organização.

Procedeu-se no final à eleição do novo organismo de direcção, que foi alargado para treze elementos pertencentes às várias células que integram o subsector de informação. Registe-se que a Assembleia culminou um intenso trabalho preparatório, com a realização de diversas reuniões de núcleos e de células, podendo dizer-se que foi dado um importante passo para o melhoramento da organização e a reafirmação do papel dos comunistas na luta por uma informação ao serviço da Revolução, em unidade com todos os restantes trabalhadores democratas e antifascistas.

ASSEMBLEIA DE CÉLULA DOS ARTISTAS PLÁSTICOS

Decorreu no Centro de Trabalho de Alcântara a Assembleia de Célula dos Artistas Plásticos, para a qual foram convidados alguns artistas simpatizantes e amigos do Partido.

Três reuniões preparatórias apoiaram o trabalho da comissão de redacção do relatório de actividade da célula, o qual viria ainda a ser discutido e alterado no decorrer da própria Assembleia, onde, aliás, se verificou uma viva participação.

Focando aspectos de organização, o relatório analisa ainda o meio das artes plásticas após o 25 de Abril assim como o trabalho desenvolvido pela célula nestes últimos tempos. Anexo ao relatório todo um material reunido ao longo deste tempo e considerado de grande valor para consulta e estudo no campo das artes plásticas.

Entretanto, os artistas plásticos comunistas fizeram também o inventário das exposições realizadas nestes três últimos anos em Portugal. Contrariando a ideia de que nada tem sido feito neste campo verificou-se, através do inventário efectuado, chamemos-lhe assim, que apenas em Lisboa se realizaram por mês uma média de cinco exposições, contando apenas as efectuadas na Escola de Belas Artes, na Sociedade Nacional de Belas Artes, Grafil, Gravura e ainda na Gulbenkian. Esta média respeitante a Lisboa refere-se aos três últimos anos.

Após o balanço crítico do trabalho desenvolvido foi eleito o novo Secretariado da Célula e ainda os delegados à Assembleia do Sub-sector de Artes e Letras. O camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, assistiu aos trabalhos.

editorial Avante!
VISITE O NOSSO STAND
FEIRA POPULAR DE LISBOA

Função Pública

VIVACIDADE E PARTICIPAÇÃO CARACTERIZARAM A ASSEMBLEIA

A finalizar uma ampla discussão nas diversas células do PCP dos trabalhadores da Função Pública realizou-se a I Assembleia da Organização do sector para a eleição do seu organismo responsável, com a participação de 180 delegados e mais de 200 convidados.

Na Assembleia, além do relatório do organismo cessante, foram feitas intervenções por cerca de três dezenas de delegados. Na participação de cada um as realizações dos trabalhadores da Função Pública, o seu esforço para a dignificação da função, assim como a actuação dos trabalhadores comunistas na defesa dos interesses da sua classe, a determinação em contribuir para a democratização crescente do aparelho de Estado ao serviço do povo, foram traços salientes dos trabalhos da Assembleia.

A luta difícil para a formação do seu sindicato por todos os trabalhadores da Função Pública, operários, funcionários administrativos, técnicos e depois a eleição de uma direcção sindical amplamente unitária que obteve uma larga maioria de votos e, por outro lado, as experiências, sucessos e erros foram trazidos à discussão com grande vivacidade e participação.

Moções e saudações foram aprovadas e, no final, eleitos os novos componentes da direcção da Organização da Função Pública, em número de 11.

Assistiram à Assembleia os camaradas Marília Cabral, do Comité Central, e Dias Lourenço, da Comissão Política, que no fim dos trabalhos fez uma intervenção relativa à importância dos trabalhadores comunistas da Função Pública para a defesa e fortalecimento do Estado democrático e dos interesses da classe, abordando em seguida a situação política actual e as tarefas do Partido.

À noite, uma reunião de convívio em que se juntaram delegados e convidados, terminou com uma sessão de canto livre.

1ª ASSEMBLEIA CONCELHIA DO SEIXAL

Realizou-se no sábado, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Seixal do Partido Comunista Português.

Na mesa, além dos camaradas Jaime Serra e Joaquim Gomes, ambos da Comissão Política do Comité Central, encontravam-se os camaradas José Carlos e José Neto, da DORS, bem como os elementos da Comissão Concelhia cessante e representantes de alguns sectores de trabalho do Partido no concelho.

Estiveram presentes delegações do Movimento Democrático Português, do Partido Socialista, da Frente Povo Unido, da Frente Socialista Popular, do Movimento Democrático das Mulheres, das Comissões de Trabalhadores e do Secretariado da Assembleia Popular do concelho.

Abriu os trabalhos a camarada Dália, responsável do sector, após a aprovação por unanimidade, da composição do Secretariado da Assembleia, bem como de outras comissões, da Ordem de Trabalhos e da proposta de regulamento. A camarada referiu o facto de a Assembleia se realizar no cumprimento de uma das decisões do VIII Congresso e de a mesma resultar de um processo que comportou dezenas de reuniões e assembleias de célula de empresa, de freguesia, e de outros sectores, onde foram prestadas contas da actividade, e onde se elegeram os novos organismos de Direcção.

Depois da saudação feita por um elemento da Comissão Concelhia cessante, José Passinhas foi relator de uma análise socio-económica, bastante pormenorizada, do concelho do Seixal, em que se refere a nova dinâmica existente em empresas, nacionalizadas umas, intervencionadas outras, tais como a Siderurgia Nacional, a Xavier de Lima, a Aluterco e a Mundet.

O camarada Joaquim Felícia, na sua intervenção sobre a indústria pesada, constituída fundamentalmente pela Siderurgia Nacional e pela Construtora Moderna, que empregam um total de 5275 trabalhadores, depois de um breve historial do aparecimento e grande projecção desta indústria na economia nacional, dá conta do trabalho desenvolvido pelos comunistas destas empresas, do seu contributo à revolução em geral, da sua organização e do seu trabalho unitário.

Depois de algumas intervenções, salientamos a do camarada Manuel Caeiro, que falou sobre o sector da construção civil e corticeiro. Observou a dificuldade de organização do Partido no sector da construção civil dada a instabilidade e dispersão dos camaradas por várias obras do distrito e, até, do País. Falando do sector corticeiro, salientou que numa das maiores empresas do concelho, a Mundet, os trabalhadores organizados "tomaram corajosamente nas mãos o destino da empresa, que até agora se mantém intervencionada". Apontou dois factores que determinam deficiências ainda existentes neste sector: por um lado, o grande índice de analfabetismo que está ligado à elevada média das idades e, por outro, a maioria dos trabalhadores ser constituída por mulheres, "o que dificulta uma maior participação nas reuniões devido à dupla exploração a que a mulher trabalhadora ainda está sujeita no nosso país".

Depois da intervenção sobre os sectores de serviços e professores, o camarada Francisco do Rosário leu o relatório do organismo intermédio das pequenas e médias empresas, abrangendo os sectores: químico, têxtil, corticeiro, metalomecânico ligeiro, electrónico e outros diversos, referindo os esforços desenvolvidos para combater o sectarismo e incrementar o trabalho unitário.

Sobre as organizações populares de base e poder local, interveio o camarada Francisco Arnaut, que destacou a participação revolucionária e militante de elevado número de comunistas não só nestas organizações unitárias como também nas importantes acções por estas levadas a cabo. É assim que após o 25 de Abril e na maioria dos casos por iniciativa do nosso Partido, as populações se organizaram, e em dezenas de plenários elegeram as comissões administrativas da Câmara e Juntas, e comissões de moradores. Ainda sobre este tema, o camarada Eufrásio Garcês, actual presidente da Câmara do Seixal, frisou que "o Poder Local tem de estar integralmente mobilizado para a análise constante e permanente dos problemas locais, tem de estar mobilizado para constantes tomadas de posição a que é chamado pela população perante um aparelho central, cada vez mais inoperante, incompetente e desacreditado das massas trabalhadoras.

Falando sobre o trabalho ideológico, o camarada Rodrigues da Silva acentuou que "a prática revolucionária é a melhor escola do nosso comportamento e do nosso carácter. A camaradagem, a solidariedade, a rejeição do conformismo e do servilismo, a capacidade de aprender, quer com os sucessos como com os insucessos, o optimismo baseado nas leis da evolução social, a inabalável confiança nas massas e no Partido mesmo nos tempo difíceis e nas horas amargas da derrota, são características do comportamento dos comunistas".

Os dois últimos relatórios da Concelhia disseram respeito à informação e propaganda e situação financeira. Neste último, o camarada António José Perdigão informou que o montante atingido neste concelho para a Campanha dos 50 000 Contos foi de 1 100 236$00, tendo como objectivo e após análise efectuada, a possibilidade de se atingir os mil e duzentos contos.

Em seguida, procedeu-se à eleição da nova Comissão Concelhia, cuja composição é a seguinte: dos 37 camaradas, 20 são operários (o que corresponde a 54%), 12 são empregados (correspondendo a 32,4%), 3 técnicos (8,1%) e dois intelectuais (5,5%). O número de mulheres é de 6, o que corresponde a 16,2%, sendo 2 operárias e 4 empregadas. Encerraram os trabalhos, os camaradas Jaime Serra e Joaquim Gomes, que analisaram a situação política.

Total de delegados à Assembleia, 324. Operários industriais, 207. Empregados, 57. Técnicos industriais, 42. Reformados, 4. Diversos, 11. Por idades: até 20 anos, 10; de 20 a 30 anos, 70; de 30 a 50 anos, 187; e com mais de 50 anos, 54 camaradas.

As delegações dos dois partidos irmãos na sede do PCP

DELEGAÇÃO DO PCI SALIENTOU A IMPORTÂNCIA DA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Uma delegação do Partido Comunista Italiano deslocou-se ao nosso país a convite do Comité Central do nosso Partido e, aqui, durante alguns dias, inteirou-se das nossas principais realizações em matéria de política agrária.

A delegação era composta pelos camaradas Pio de La Torre, membro do Comité Central e responsável da Secção Agrária do PCI; Luigi Conte, vice-presidente da Comissão Central de Controlo e vice-responsável da Secção Agrária; Luigi Pusinanti, responsável para a cooperação agrícola da Federação de Ferrara, Giancarlo Rossi, do Secretariado da Região Toscana; e Ornella Mazzanti, do Comité Directivo da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Roma (CGIL) e operária agrícola na herdade Maccarese.

Esta delegação do PCI avistou-se com uma delegação do nosso Partido dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e composta ainda pelos camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC; António Bica, colaborador do CC; e Helena Costa, da Secção Internacional.

O programa da estada em Portugal dos nossos camaradas italianos englobou diversas iniciativas, nomeadamente uma visita ao Alentejo, onde se encontraram com responsáveis da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP. Ainda no Alentejo, a delegação do PCI visitou demoradamente a Unidade Colectiva de Produção "1.º de Maio", em Aviz, onde teve a oportunidade de assistir a um plenário de trabalhadores agrícolas.

A delegação italiana deslocou-se ainda ao distrito de Setúbal, onde se encontrou com uma delegação da DORS, tendo igualmente efectuado deslocações a algumas cooperativas agrícolas do distrito.

Conforme noticiamos noutro local, a delegação do PCI assistiu a parte dos trabalhos da Assembleia Concelhia do Barreiro do nosso Partido e participou na grande jornada de encerramento da Campanha dos 50 Mil Contos, realizada no passado domingo no Parque Eduardo VII.

Outro dos pontos importantes da estada no nosso país da delegação do Partido Comunista Italiano foi a deslocação à região de Coimbra onde, para além de um encontro com responsáveis da Direcção da Organização Regional das Beiras do PCP, tiveram especial realce as visitas efectuadas a cooperativas da região e o estudo dos problemas dos pequenos agricultores.

UMA GRANDE E IMPORTANTÍSSIMA REALIZAÇÃO

Momentos antes de partir para Roma, o chefe da delegação italiana, camarada Pio de La Torre, confiou ao "Avante!" as suas impressões acerca desta deslocação ao nosso país.

Viemos para estudar a realização da Reforma Agrária – começou por nos dizer o camarada La Torre. **Constatámos que é realmente uma grande e importantíssima realização. Constatámos que os trabalhadores agrícolas estão dispostos a defenderem as conquistas contra as manobras dos agrários e das forças reaccionárias que as querem destruir.**

Prosseguindo as suas declarações, o chefe da delegação do PCI salientou: **Cremos que é necessário que os partidos operários, todas as forças de esquerda, todas as forças democráticas encontrem o caminho do acordo político para que esta conquista fundamental, que é a Reforma Agrária, seja defendida.**

Visitámos igualmente a região de Coimbra, onde existe outra realidade – acentuou ainda o camarada La Torre. **Constatámos com muita satisfação que a situação de compreensão dos camponeses sobre o significado da Revolução, sobre os seus próprios interesses, é muito maior do que anteriormente.**

Não há dúvida de que os comunistas, juntamente com outras forças democráticas, estão a trabalhar bem para organizarem os pequenos agricultores na defesa dos seus interesses, acrescentou ainda o dirigente italiano que, a finalizar, sublinhou:

Formulamos sinceros votos para que as forças de esquerda e todas as forças democráticas de Portugal encontrem o caminho do acordo para fazer frente à contra-ofensiva política da reacção, salvar as conquistas fundamentais da Revolução do 25 de Abril e avançar na democracia rumo ao socialismo.

Os trabalhos da Assembleia dos Gráficos decorreram com grande participação

Indústria gráfica

COMBATER O SECTARISMO MELHORAR O TRABALHO COLECTIVO

Os trabalhadores comunistas da Indústria Gráfica do Comité Local de Lisboa levaram a efeito durante o passado sábado, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, a sua 1.ª Assembleia de Organização, que reuniu várias dezenas de delegados, além de muitos convidados: democratas com e sem filiação partidária, representantes de organizações unitárias, de núcleos do PS de empresas gráficas e de Comissões de Trabalhadores e de Moradores.

Presentes na mesa – cuja composição seria aprovada logo após a abertura, assim como a das Comissões de Redacção e Eleitoral, a Ordem de Trabalhos, o Regulamento e o Secretariado da Assembleia – os camaradas Jaime Félix, do CC do Partido; e Joaquim Cunha, João de Brito, Horácio Marcelino, Maria Leonilde, José Filipe, José Humberto, Alfredo Ferreira, Fernando Fernandes, Virgílio Dias (todos do organismo de direcção cessante); Joaquim Ramos e Rogério Menezes (ambos do CLL); e ainda João Vidal, José Crispim e Isidoro Rita, tipógrafos; Josete Flores, Álvaro Pinto e Ascenção Felizardo, revisores de Imprensa; e Jaime Fernandes, arquivista.

Depois de lidas as saudações enviadas à Assembleia pelo Organismo de Direcção dos Trabalhadores da IG e pelo CLL, foi dada a palavra ao camarada Ramos, responsável pelo organismo, que no final da sua intervenção sublinhou: **Temos que vencer o sectarismo de alguns camaradas nossos que por vezes não compreendem que todos os trabalhadores, mesmo que alguns não estejam esclarecidos, são irmãos de classe, têm os mesmos interesses, as mesmas aspirações e os mesmos objectivos, e que a nossa tarefa não é hostilizá-los, cavar um fosso definitivo a separar-nos, mas dialogar com eles, convencê-los da justeza da nossa política e chamá-los à unidade com os comunistas.**

Detendo-se em particular na situação em que se encontram as suas empresas, falaram durante a sessão da manhã trabalhadores comunistas da Brás Monteiro, Cromotipo e Século, tendo o último sublinhado que **após o balanço da actividade da Célula até ao 25 de Novembro, poderemos dizer que, apesar dos muitos erros cometidos, a acção dos comunistas da SNT – "O Século" foi positiva, tendo sido das mais, senão a mais organizada, coesa e consciente das células do sector, impulsionando, pelo seu prestígio, o alargamento do Partido no sector e tendo sido verdadeira escola de formação de militantes e quadros comunistas.**

Antes do primeiro intervalo, a Assembleia ouviu uma intervenção sobre o **Movimento Popular de Massas**, na qual se salientou o papel fundamental das CT e das CM e de outras organizações populares de base na **elaboração de listas democráticas e unitárias representativas de vastos sectores das populações locais.**

Durante a manhã, ainda usaram da palavra camaradas dos organismos de direcção das células do Diário Popular, Papelaria Fernandes, Anuário, Litografia Portugal, Tipografia Jorge Jerónimo, INCM, Gráfica Monumental e Diário de Notícias.

Falando sobre **Fundos**, a camarada Leonilde sublinhou que **cada organismo deve tomar medidas para proceder a uma mais completa recolha de quotizações, dividindo esse esforço por vários camaradas, de maneira a facilitar a tarefa.** Por seu turno, o camarada Marcelino, intervindo **em nome dos comunistas e de todos os trabalhadores que têm lutado para que à frente do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, sejam colocados corpos gerentes que defendam os verdadeiros interesses da classe,** frisou a importância da unidade, organização e participação dos trabalhadores na vida sindical para a conquista das suas justas reivindicações.

A primeira sessão da Assembleia terminaria com a aprovação por unanimidade do Relatório de Actividade, apresentado pelo Organismo de Direcção.

Depois do intervalo para o almoço, foi eleito por unanimidade e aclamação, em sessão exclusivamente reservada aos delegados, o novo Organismo de Direcção, o qual é agora constituído por 25 elementos (75 por cento operários e 25 por cento empregados). Do seu executivo fazem parte os camaradas Adelino Pereira, Adolfo Vieira, Álvaro Santos, António Cunha, Fernando Costa, Horácio Marcelino, João Pinto, José Garibaldi, José Silva, Júlio Azevedo, Virgílio Dias e Isidoro Rita.

Em seguida, foram lidos os Relatórios das Comissões Eleitoral e de Redacção e um documento sobre as "Perspectivas Futuras", onde se salienta que o novo Organismo de Direcção desenvolverá uma actividade orientada no sentido de **um melhor trabalho colectivo e de responsabilidade no controlo da execução, crítica e autocrítica, espírito de classe, métodos democráticos e disciplina.** As últimas intervenções estiveram a cargo dos camaradas Virgílio ("Cooperativas e empresas em autogestão"); José Vicência (Renascença Gráfica-Diário de Lisboa); e Fernando Costa ("Trabalho Sindical").

No final, o camarada Jaime Félix, do CC do Partido, sublinhou que **a realização desta Assembleia, o trabalho que a precedeu e a eleição do novo Organismo de Direcção, serão uma base importante para que, cada vez mais, a nossa organização nos Gráficos assuma o seu papel de vanguarda e se possa unir com outras forças políticas neste sector profissional para defesa dos interesses comuns dos trabalhadores.** Depois de se referir ao êxito da Campanha dos 50 mil contos, **grande realização do Partido,** à Conferência Nacional do PCP, às comemorações do 25 de Abril, e à **poderosa afirmação de consciência de classe, de combatividade e de maturidade política das massas trabalhadoras que foi o 1.º de Maio,** analisou em linhas gerais, a actual situação política, tendo destacado nomeadamente os ataques à Reforma Agrária, a política antiestudantil do MEIC e as ameaças às nacionalizações.

No Porto

I ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UEC

No domingo, realizou-se no Pavilhão da sede de Aníbal Cunha do Porto, a *Assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto da União dos Estudantes Comunistas* com a participação de mais de uma centena de delegados das células de todas as escolas e estruturas representativas dos estudantes comunistas. Além de vários convidados, estavam presentes delegações da União da Juventude Comunista, do sector intelectual e dos pioneiros e, ainda, os camaradas Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC e Edgar Maciel Correia, membro suplente do CC e da DORN.

REFORÇAR O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E ALARGAR A UEC

Durante a Assembleia, que foi a primeira a ser realizada pela UEC no Porto, foi discutido o relatório apresentado pela Direcção da Organização do sector, tendo sido eleita a nova DOESP e aprovadas importantes resoluções sobre a actividade dos comunistas no movimento estudantil.

"A assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto reafirma que o trabalho e o desenvolvimento do Movimento Associativo (...) constitui a principal base e a direcção imediata fundamental da luta dos estudantes portugueses", considera uma das resoluções aprovadas que, depois de condenar firmemente a política reaccionária do MEIC, acentua que a *"agudização da crise de funcionamento da Universidade reside na política do MEIC e não na pronta, decidida e firme luta"* das massas estudantis.

A mais de uma centena de delegados aprovou duas moções dirigidas aos estudantes de Coimbra e de Psicologia.

Na sua intervenção, depois de ter analisado a situação política e os seus traços mais característicos, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política acentuou que *"o isolamento das forças da direita, no quadro de uma ofensiva da direita, resulta do persistente esforço unitário do nosso Partido. Mas,* frisou, *resulta também de um persistente combate contra o esquerdismo, em qualquer das suas facetas"*.

Caracterizando o papel do esquerdismo e do aventureirismo esquerdista, o camarada Ângelo Veloso salientou que, no contexto actual, *"o esquerdismo surge como a voz da reacção e da direita no seio das forças progressistas. O esquerdismo visa, em primeiro lugar, impedir e obstaculizar o reagrupamento das forças populares. Visa claramente impedir o isolamento da direita. Visa claramente travar a deslocação dos sectores intermédios e hesitantes para o lado das forças progressistas e revolucionárias.*

"O facto de, entre os esquerdistas e particularmente nos sectores estudantis e intelectuais, se encontrarem sinceros revolucionários, não deve em qualquer caso obscurecer esta realidade", concluiria mais adiante aquele dirigente comunista que terminou a sua intervenção com palavras de confiança acerca da evolução da situação política.

ASSEMBLEIA CONCELHIA DE VILA DO CONDE

"Esta Assembleia é um acontecimento político da maior importância no nosso concelho. Pela primeira vez, um partido político leva a cabo uma realização desta envergadura, que culmina um intenso trabalho de preparação em que participaram centenas de camaradas, se realizaram dezenas de reuniões preparatórias e foram apresentados 20 relatórios de Organização", declarou o camarada José Moreira durante a sua intervenção na Assembleia Concelhia de Vila do Conde, que foi a primeira do género realizada por uma Organização Concelhia no Norte.

Encontravam-se presentes cerca de cem delegados eleitos nas reuniões preparatórias da Assembleia e mais de 250 convidados, entre os quais elementos destacados do PS, delegações do MDP e da FEPU, de várias organizações de moradores, de cooperativas de comercialização e dos pescadores, de colectividades culturais e recreativas.

Na mesa que presidiu à Assembleia, encontravam-se membros do executivo da Comissão Concelhia cessante e uma delegação da DORN constituída pelos camaradas José Carlos Almeida, membro do Comité Central, e Emídio Pinto Ribeiro. O camarada José Carlos Almeida usou da palavra.

O relatório da actividade apresentado pela Comissão Concelhia cessante, elaborado na base dos 20 relatórios da Organização, foi aprovado por unanimidade. A nova Comissão Concelhia, eleita com três abstenções, passa a ser constituída por 12 operários, um pescador, sete empregados e dois intelectuais.

Para tomar a Assembleia mais operativa e interveniente, foram distribuídas pelos delegados 4328 cópias de documentos.

edições Avante!

A produção agrícola dos Países Socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa.

Como? Porquê?

Volumes já publicados:
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA
(Volumes I e II) de Álvaro Cunhal

À VENDA NAS LIVRARIAS

DELEGAÇÃO ROMENA RECEBIDA PELO PCP

Foi recebida na sede do Comité Central do PCP uma delegação do Partido Comunista Romeno que se encontra de visita ao nosso país.

A delegação do PCR era composta pelos camaradas Petre Lupu, membro do Bureau Político Executivo e Presidente da Comissão Central de Conflitos do CC do PCR, Petre Constantin, membro da Comissão Central de Revisão do CC do PCR e adjunto do ministro da Educação, Gheorghe Nicolae, primeiro-secretário da Federação da Província de Buzau e respectivo Presidente da Câmara, Ion Dan-Stephan da Secção Internacional do CC do PCR, sendo acompanhados pelo Embaixador em Portugal da República Socialista da Roménia, Marin Iliescu, e pelo adido cultural, Ion Floroiu.

A delegação do PCR foi recebida por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Domingos Lopes, da Secção Internacional.

CAMARADAS FALECIDOS

NATALINA RIBEIRO

Foi com profundo pesar que o Partido tomou conhecimento da morte da nossa camarada Natalina Ribeiro, de 56 anos.

Esta militante comunista, que esteve sempre presente nas tarefas da luta política, pertencia à organização do PCP da zona de Cascais.

JÚLIO VARANDA

Após internamento, por grave doença, faleceu no dia 24 do mês de Maio, em Reading, na Grã-Bretanha, o nosso camarada Júlio Varanda, de 56 anos, natural de Vila Franca de Xira, localidade a que dedicava profunda afeição e onde trabalhou durante largos anos.

Forçado a tomar o caminho da emigração, o camarada Júlio Varanda fixou-se na localidade de Reading, na Grã-Bretanha, onde desde logo conquistou a admiração e amizade de muitos outros emigrantes portugueses que com ele conviveram.

Foi um dos elementos fundadores do **Centro Português Alves Redol**, inaugurado em Slough, em 1974, tendo feito parte da sua direcção.

Mantendo desde jovem as suas posições antifascistas, o nosso camarada Júlio Varanda foi um dos principais organizadores e activistas da Organização do PCP na Grã-Bretanha, tendo sempre lutado pelos interesses comuns dos trabalhadores portugueses residentes na Grã-Bretanha.

●

À família, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos dos militantes do Partido, apresenta sentidas condolências.

O GOVERNO É RESPONSÁVEL PELA REPRESSÃO EM MORA!

O dia 25 de Maio de 1977 ficará tristemente assinalado na memória de todos os portugueses que lutam pelo fim da exploração do homem pelo homem, pela democracia e pelo socialismo como a data da mais dura repressão exercida após o derrube do fascismo sobre as massas trabalhadoras do Alentejo, sobre os heróicos construtores da Reforma Agrária. E ficará também na memória de todos, que essa repressão brutal foi ordenada pelo Governo dito socialista de Mário Soares, pois como clara e inequivocamente afirmou José Luís Nunes, porta-voz do grupo parlamentar socialista, "o que a GNR fez no Alentejo foi a execução da política do Governo".

A política do Governo executada em Mora pela GNR teve pelo menos o mérito de esclarecer os trabalhadores e todos os democratas da opção feita pelos actuais governantes. Uma política que se saldou em cerca de setenta feridos, dos quais quarenta tiveram de receber tratamento hospitalar, encontrando-se alguns em estado grave. Uma política que para entregar uma herdade ao agrário José Cabral Nunes Barata mobilizou mais de trezentos elementos da GNR de viseira e bastão, com cavalos e cães-polícias, com vinte e cinco jipes e *berliets*. Sem esquecer o helicóptero que transportou o representante do MAP e o referido agrário.

Que pensar de um Governo que cada vez mais recorre aos degradantes métodos do fascismo? Que pensarão os trabalhadores socialistas, especialmente os que assistiram (e sofreram, talvez) à violência de Mora?

Não julgue, porém, o Governo que será fácil passar por cima da vontade dos trabalhadores deste país. A manifestação que no passado dia 26 reuniu em Mora cerca de 20 mil trabalhadores exigindo o respeito pela lei e pela Constituição, reivindicando a demissão do sinistro par Barreto-Portas e repudiando a "lei Barreto", é bem a prova da decisão firme das massas trabalhadoras de prosseguirem na luta pela efectiva concretização da Reforma Agrária segundo o princípio de **a terra a quem a trabalha**, tal como está consignado na Constituição que o partido no Governo aprovou e jurou cumprir.

Mas não só os trabalhadores alentejanos estão dispostos a defender intransigentemente as conquistas da Revolução. De todo o lado surgem manifestações de apoio à Reforma Agrária e aos seus heróicos obreiros. A mensagem que a Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF enviou aos órgãos do poder é apenas um exemplo:

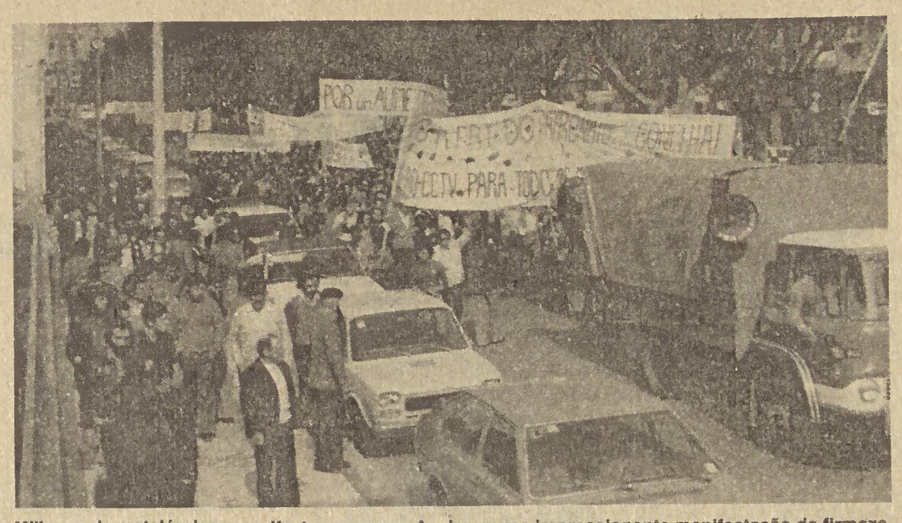
"A Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF, ao tomar conhecimento da violenta agressão infligida aos trabalhadores agrícolas da cooperativa «A Luta é de Todos», do concelho de Mora, vem protestar veementemente contra a política irresponsável e criminosa do Ministério da Agricultura e Pescas. Chamamos, assim, a atenção dos órgãos de soberania para os perigos que advêm do prosseguimento desta política nitidamente contrária à Constituição e aos interesses das classes trabalhadoras.»

●

Face aos graves acontecimentos ocorridos em Mora não resistimos a perguntar ao dr. Mário Soares se eles são uma amostragem do seu tão propagandeado "Socialismo em Liberdade". E gostaríamos também de saber se o "socialismo de rosto humano" que se diz querer para Portugal se constrói lançando cavalos e cães-polícias contra a população; espancando crianças; estropiando jovens (como aconteceu a Georgina, de Pavia, que está paralisada da cintura para baixo); atentando contra a vida dos trabalhadores, como é o caso de Firmino M. Relvas, das Brotas, que está internado no Hospital de Évora em estado grave.

A democracia não se constrói sem os trabalhadores e muito menos contra os trabalhadores. A crise económica que dia a dia se agrava não será ultrapassada com agrários e capitalistas à custa da repressão dos trabalhadores. Ou será que o Governo está à espera que os agrários vão cultivar as terras e os capitalistas trabalhar para as empresas? Ou pretende voltar ao tempo da escravatura, onde a miséria, a fome e o chicote impunham as suas leis?

Perguntas que se colocam aos trabalhadores, incluindo cada vez mais os trabalhadores socialistas. E uma certeza cresce no coração de todos – a Reforma Agrária será defendida. Unidos e organizados, os trabalhadores vencerão!



Milhares de metalúrgicos manifestaram-se em Aveiro, numa impressionante manifestação de firmeza

Metalúrgicos
PELA MODIFICAÇÃO DA PRT

● Um apelo ao bom senso dos órgãos do poder

Sem o mínimo incidente, com um serviço de ordem sem falhas, assegurado pelos próprios trabalhadores, a última manifestação dos metalúrgicos em Lisboa caracterizou-se fundamentalmente pelos mesmos objectivos que já em Outubro de 1975 os levaram a protestar em massa diante do Ministério do Trabalho. Como salientou um dirigente sindical, tratava-se, ontem como hoje, de «defender os nossos interesses e direitos, de defender as conquistas da revolução, de defender a nossa dignidade profissional, de defender o pão dos nossos filhos».

Contra quê? Contra uma portaria de regulamentação de trabalho (PRT) onde «nem mesmo a matéria acordada livremente com o patronato foi respeitada». Contra uma portaria que nomeadamente implica, segundo o mesmo dirigente sindical: a despromoção de largos milhares de trabalhadores de 57 categorias profissionais; aumentos ridículos que, em alguns casos, se reduzem apenas a 500 escudos mensais; a exclusão dos metalúrgicos de outros sectores de actividade sem contrato próprio e todos os das ilhas adjacentes; o não pagamento dos retroactivos desde Junho a Janeiro últimos — grande favor de Gonelha ao patronato que assim embolsa directamente uma verba sonegada aos trabalhadores e que ronda um milhão e oitocentos mil contos.

Contra quem? Contra todos os responsáveis pelo congelamento da contratação colectiva, pelos despedimentos, pelo decreto dos 15 por cento, pela recuperação capitalista, pelo aumento do custo de vida, pela posição do MT — «um chorrilho de mentiras», como classificou o mesmo dirigente sindical desafiando o «sr. Gonelha e o seu secretário de Estado a irem à Televisão justificar, na frente da comissão negociadora sindical e perante o povo português as afirmações que produziram na nota oficiosa» do dia 24.

Mas em nenhuma palavra de ordem se pedia a queda do Governo, como pretendia fazer crer uma declaração do sr. secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro para os Assuntos Políticos. Apelava-se, pelo contrário e mais uma vez para o diálogo, recusado pelos responsáveis do MT, não só em Lisboa como na província. «Com a força que nos é dada por mais de 200 mil trabalhadores que representamos — foi reafirmado durante a manifestação na capital — mais uma vez apelamos aos órgãos do poder para iniciarem o diálogo e de imediato modificarem a PRT agora publicada».

O mesmo se passou no Porto, em Coimbra, Braga, Faro, Aveiro, Santarém, Viana do Castelo. Por toda a parte se exigiu que «toda a matéria livremente acordada com o patronato seja respeitada e não sofra qualquer modificação». Em todo o lado se apelou para «a revogação de toda a legislação anti-trabalhadores» e pelo «cumprimento da Constituição da República Portuguesa».

Colónia
ENCONTRO DE EMIGRANTES PROMOVIDO PELO PCA

O Partido Comunista Alemão realiza em Colónia, no dia 5 de Junho, um Encontro de Trabalhadores Emigrantes.

Trabalhadores portugueses, gregos, turcos, espanhóis, italianos e alemães, participarão nesse Encontro, sob a palavra de ordem "Unidade e Solidariedade dos Trabalhadores Emigrantes e Alemães."

Kurt Fritz, membro do Presidium e Secretário da Direcção daquele partido irmão, iniciará os trabalhos com um relatório sobre a situação dos emigrantes na RFA.

A situação jurídica dos trabalhadores emigrantes, a unidade e a cooperação com os operários alemães nas empresas e a sua situação social e cultural serão os principais temas a abordar.

No encerramento dos trabalhos, Herbert Mies, Presidente do PCA, falará aos participantes neste Encontro. Seguir-se-á uma festa com grupos de artistas de várias nacionalidades. O Coral da Associação 1.º de Maio, de Stutgart, levará até Colónia as Canções Revolucionárias Portuguesas do 25 de Abril.

De 20 a 25 deste mês
SEMANA CULTURAL MOÇAMBICANA EM LISBOA

Entre os próximos dias 20 e 25, por iniciativa da Associação Portugal-Moçambique, em colaboração com outros organismos, decorrerá em Lisboa uma **Semana Cultural Moçambicana**, jornada de cooperação e intercâmbio que contribuirá para o reforço dos laços de amizade existentes entre os povos irmãos da República Popular de Moçambique e de Portugal.

Além de uma sessão solene de abertura, para a qual serão convidadas conhecidas personalidades antifascistas e anticolonialistas ligadas aos meios políticos, sociais e culturais, a **Semana** engloba uma exposição de arte, fotografia, livros e selos moçambicanos; duas projecções diárias de filmes de grande metragem sobre este jovem país africano; um colóquio; uma exposição e venda de livros relacionados com diversos aspectos da realidade africana; e, finalmente, uma sessão de encerramento comemorativa do segundo aniversário da independência da República Popular de Moçambique.

No decorrer da jornada, estará no nosso país uma delegação da RPM.

Entretanto, será promovida brevemente uma **Semana da Cultura Portuguesa** em Moçambique, iniciativa recíproca, cujos objectivos assentam no mesmo espírito de amizade, intercâmbio e cooperação.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A «LEI BARRETO»

A Direcção da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho de Alenquer convoca todos os pequenos e médios agricultores, rendeiros ou não, a concentrarem-se no domingo, 5 de Junho, pelas 17 horas, frente ao Celeiro, em Alenquer, por uma jornada de luta contra qualquer alteração à Lei do Arrendamento Rural; por uma agricultura ao serviço dos que trabalham a terra; por uma Previdência Rural digna desse nome; contra o aumento dos preços das rações, adubos, pesticidas, gasóleo; pela defesa dos direitos e justos interesses da classe.

No comunicado que apela à concentração a Liga recorda que se a «lei Barreto» for aprovada mais de 300 mil pequenos e médios agricultores rendeiros de todo o país serão prejudicados, pois todos os que trabalhem em parcelas arrendadas com menos de 2 hectares ficarão à mercê dos senhorios sem qualquer lei que os proteja, dado que não ficarão abrangidos pelo contrato obrigatório e por escrito. A «lei Barreto» possibilita também que os senhorios dividam ainda mais a terra, arrendando só parcelas com menos de 2 hectares, ficando com as mãos livres para todos os abusos e ficando as rendas acima de 2 hectares sujeitas a novas e piores tabelas.

Por tudo isto, pequeno e médio agricultor, a tua presença é fundamental. Leva o teu tractor, a tua motocultivadora, transporta os que não tenham meios de transporte.

A tua presença será a defesa da lei!

Recuperação da MUNDET

O 3.º ano de luta pela recuperação da Mundet, grande empresa corticeira do Seixal e do Montijo, foi comemorado condignamente pelos seus trabalhadores que lembraram, nesse dia, antes de iniciarem e depois de terminarem o trabalho normal, esses três anos de esforço contínuo e de preocupações sem conta pela sobrevivência da fábrica e pela garantia de emprego.

Transformando uma empresa em ruínas, praticamente falida, numa empresa com viabilidade económica, que "dia a dia vê a sua credibilidade recuperada e refeito o seu prestígio internacional", os trabalhadores da Mundet, empresa intervencionada, "souberam cumprir e respeitar as suas obrigações perante o Governo, contribuindo de forma eficaz para o aumento das quotas de exportação", aumentando os postos de trabalho, ajudando ao reequilíbrio da balança comercial e opondo um travão tenaz ao desemprego.

Datas como esta merecem ser comemoradas.

Com base numa informação inexacta colhida num espectáculo em que participara na véspera, foi proferida por um artista, ontem, na Festa de Encerramento da Campanha dos 50 Mil Contos realizada em Lisboa, uma afirmação sobre uma morte ocorrida em Mora, e que pode ter induzido em erro de interpretação sobre as suas causas. A este respeito a SIP do PCP esclarece que essa afirmação foi feita sem prévio conhecimento e autorização dos responsáveis da Festa, e informa que o PCP, lamentando o sucedido, tomará as medidas necessárias para evitar que casos semelhantes se repitam.

Lisboa, 30 de Maio de 1977

A CGTP-IN TOMA POSIÇÃO SOBRE OS GRAVES PROBLEMAS NACIONAIS

«Dentro do espírito definido pelo Congresso de Todos os Sindicatos, as organizações sindicais estão dispostas a discutir abertamente com o Governo os problemas dos trabalhadores e da economia nacional» — reafirma a CGTP-IN num comunicado

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN) cujo Secretariado foi recebido, há dias, pelo Primeiro-Ministro, tomou posição contra o projecto de lei sindical apresentado pelo PPD/PSD à Assembleia da República, condenou a repressão exercida sobre estudantes, exigiu a imediata reabertura da Universidade de Coimbra e apoiou o combate ao divisionismo, ao pluralismo sindical e ao sectarismo, em defesa da democracia, da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário. Estas decisões foram aprovadas na última reunião do Conselho Geral da CGTP-IN que deliberou, nomeadamente, "insistir na defesa do projecto de lei sindical aprovado pelo Congresso de Todos os Sindicatos". Numa outra tomada de posição, a CGTP-IN protesta novamente contra a "omissão deliberada" do direito de antena, atribuído pela Constituição ao Movimento Sindical, na nova programação da RTP.

Relativamente à participação da CGTP-IN na mesa redonda sobre emprego e necessidades essenciais, promovida pela Secretaria de Estado do Planeamento, o Departamento de Informação da Central emitiu um comunicado onde se reafirma, a dada altura, que, "dentro do espírito definido pelo Congresso de Todos os Sindicatos, as organizações sindicais estão dispostas a discutir abertamente com o Governo os problemas dos trabalhadores e da economia nacional", pelo que "o convite dirigido às organizações sindicais para participarem nos trabalhos" daquela mesa redonda "é tanto mais de salientar quando a prática habitual de outros organismos do aparelho de Estado não é esta". Assinalando "a ausência de consulta às organizações de trabalhadores sobre as grandes medidas de política económica e social", a CGTP-IN entende ser necessário reafirmar mais uma vez que "a nossa participação terá de ser concretizada numa forma mais profunda que a simples audição e com um âmbito mais largo do que a comparência a reuniões mais ou menos espaçadas", impondo-se, por outro lado, "a entrada em funcionamento da Comissão Nacional do Plano, prevista na Constituição" e já regulada através de diploma legal.

Depois de condenar a política do Governo no que respeita à "elaboração em série de diplomas e decisões atentatórias dos direitos dos trabalhadores e cujo conjunto põe em causa a viabilidade do desenvolvimento económico independente, da planificação democrática da economia e até do regime democrático consignado na Constituição da República", a CGTP-IN acrescenta:

Para nós, trabalhadores, a discussão no concreto da satisfação das necessidades básicas e da atenuação do nível de desemprego, passa, em primeiro lugar e de imediato, pelo descongelamento da contratação colectiva, pelo controlo dos preços e pela efectiva proibição de despedimentos sem justa causa.

Para nós, trabalhadores, as políticas sectoriais para alcançar os objectivos que se apontam, exigem a consolidação das nacionalizações e intervenções do Estado, o reforço do papel motor do sector público e o desenvolvimento do controlo operário.

Para nós, trabalhadores, o desenvolvimento da agricultura e o aumento da produção agrícola impõem o fim imediato da política criminosa contra a Reforma Agrária e contra os trabalhadores agrícolas.

Para nós, trabalhadores, o desenvolvimento dos sectores sociais, para satisfazer as necessidades em alimentação, educação, saúde, habitação, segurança social, transportes, é incompatível com o projecto de entregar mais de 150 milhões de contos de indemnizações aos grandes sabotadores e exploradores do nosso povo.

Em resumo, a reorientação da nossa economia, para a pôr ao serviço dos interesses populares, só é possível com a participação activa, consciente e interessada dos trabalhadores. Este facto, além de constituir parte integrante da Constituição da República, é também, como a prática o vem demonstrando, uma necessidade imposta, pela gravidade da situação económica e financeira que o País atravessa.

Recebida, entretanto, pelo Primeiro-Ministro, a delegação da CGTP-IN declarou à saída de S. Bento que "os trabalhadores estão dispostos a procurar soluções para os problemas nacionais, desde que os sacrifícios que lhes sejam pedidos não revertam em proveito das classes privilegiadas". Assim, aqueles dirigentes sindicais puseram ao dr. Mário Soares, que se afirmou interessado na discussão de todas as questões com o movimento sindical unitário, os problemas que, neste momento, "mais afectam os trabalhadores, nomeadamente, o aumento do custo de vida, os despedimentos e a legislação que põe em causa algumas conquistas dos trabalhadores e o próprio 25 de Abril".

Na última terça-feira, houve novo encontro considerado positivo por um porta-voz da CGTP-IN. O primeiro-ministro estava desta vez acompanhado pelo ministro do Trabalho. O secretariado da Central, que será recebido novamente na próxima segunda-feira pelo chefe do Governo, em reunião conjunta com os titulares das pastas do Trabalho e do Plano, aproveitou o último encontro para aprofundar questões urgentes sobre despedimentos, liberdade sindical nas empresas e contratação colectiva. Segundo o mesmo porta-voz, há abertura da parte do primeiro-ministro e do Governo. O diálogo é possível, acrescentou.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA PREPARA AS COMEMORAÇÕES DO 7 DE NOVEMBRO EM PORTUGAL

Segundo um comunicado recentemente divulgado pela Associação Portugal-URSS, está em formação no nosso país uma Comissão Nacional promotora das comemorações do 7 de Novembro, 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Brevemente, esta comissão realizará o seu primeiro encontro, sendo então anunciada, em conferência de imprensa convocada para o efeito, a sua composição definitiva e o programa das comemorações, que este ano irão adquirir **um brilho e uma grandeza de acordo com o elevado significado da efeméride.**

Da Comissão Nacional (provisória) fazem parte, entre outras individualidades, a escritora Maria Lamas; o reitor vitalício da Universidade do Porto, Prof. Rui Luís Gomes; a advogada Alcina Bastos; o músico Álvaro Salazar; o professor universitário António Borges Coelho; o encenador Artur Ramos; o médico António Galhordas; o prof. da Faculdade de Economia do Porto Armando de Castro; o pintor Armando Alves; o engenheiro Caldeira Rodrigues; o músico Fernando Lopes Graça; o musicólogo João de Freitas Branco; o poeta Ary dos Santos; a escritora Maria Velho da Costa; o prof. universitário Orlando de Carvalho; e a engenheira Virgínia Moura.

SEMANA DE PORTUGAL NA URSS

Por iniciativa conjunta das Associações Portugal-URSS e URSS-Portugal, decorreu entre os dias 22 e 28 do passado mês de Maio, na União Soviética, a **Semana de Portugal**, jornada de amizade, intercâmbio e cooperação que contou com a presença de uma delegação portuguesa composta por Dulce Ribeiro, Lopes de Almeida e Virgínia Moura, do Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS; pelos artistas Carlos Paredes, Fernando Alvim e Adriano Correia de Oliveira; e pelo Trio Harmonia, que é constituído por Raul Mendes, António Correia e Hermenegildo Mendes.

Este ano, as principais iniciativas da **Semana** efectuaram-se na República Socialista Soviética da Lituânia, em particular na sua capital, a cidade de Vilnius.

No decorrer da sua estadia, a delegação portuguesa deslocou-se a Kaunas, segunda cidade mais importante da Lituânia, onde foi recebida pelas autoridades locais. Durante os encontros estabelecidos, foram dados a conhecer aspectos da história recente da Lituânia, tendo-se salientado que tanto Portugal com aquela República Soviética foram sujeitos a ditaduras fascistas, iniciadas no mesmo ano: 1926. Na Lituânia, o regime prolongou-se até 1940, seguindo-se quatro anos de ocupação nazi.

A delegação portuguesa teve ainda oportunidade de visitar demoradamente o Museu da Resistência, instalado numa antiga prisão e campo de concentração nazi. Na ocasião, Virgínia Moura, falando em nome do grupo, sublinhou **o passado trágico de ambos os povos** e convocou-o como mais uma razão para que se desenvolva a sua aproximação e amizade.

Durante a sua estadia na URSS, a delegação portuguesa visitou importantes empresas industriais e agrícolas, tendo participado em vários comícios e sessões culturais.

No dia 27, os representantes da cultura portuguesa foram recebidos no Presidium do Soviete Supremo da Lituânia. No mesmo dia, estiveram num grande «meeting» de encerramento da **Semana**, que decorreu no Instituto Pedagógico de Vilnius.

«JUVENTUDE PORTUGUESA»

No âmbito das actividades da Associação Portugal-URSS, vai realizar-se na União Soviética, em Agosto e Setembro, uma exposição sobre «A Juventude Portuguesa», que está a ser organizada pelo Departamento Juvenil daquela associação.

O Comité das Organizações Juvenis da União Soviética, que já assinou um acordo de cooperação com a Associação Portugal-URSS, insere a realização do certame nas actividades preparatórias do XV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efecturará em Cuba, no Verão de 1978, sob o lema **Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz, pela amizade».**

Os jovens e organizações de juventude que queiram colaborar na exposição devem contactar a Associação Portugal-URSS.

PROGRAMA CULTURAL E CIENTÍFICO

Foi recentemente assinado em Lisboa, o programa de cooperação cultural e científico entre Portugal e a União Soviética para os próximos dois anos.

Ao acto de assinatura estiveram presentes, entre outras personalidades, o embaixador do nosso país em Moscovo, Magalhães Cruz, e o chefe do Departamento das Relações Culturais da URSS, camarada Vladimir Erofef.

GRANDE BANCA DAS EDIÇÕES «AVANTE!»

●

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

●

Colecção Reforma Agrária

A Agricultura nos Países Socialistas — J. Flavien e A. Lajoinie 90$00

Colecção Documentos Políticos do PCP

Estatutos do PCP (aprovados no VIII Congresso) 10$00

As Eleições para a Assembleia da República — Discursos Políticos de Álvaro Cunhal 90$00

Colecção Documentos Políticos do PCP (série especial)

VIII Congresso do PCP 200$00

Colecção Documentos para a História do PCP (série especial)

A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução — de Álvaro Cunhal 15$00

Colecção Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo

O Triunfo do Socialismo na URSS — Ilia Berthine 60$00

Colecção ABC do Marxismo-Leninismo

Série A

N.º 12 – O que o Marxismo Ensina sobre o Estado 10$00

Colecção Resistência

Os Meus Sete Filhos — de Renato Nicolai e Alcide Cervi 80$00

Colecção Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

Na Via de Ho Chi Minh — Le Duan 80$00

●

LIVROS DISCOS PUBLICAÇÕES POSTERS
SELOS MEDALHÍSTICA CASSETES

SEMANA INTERNACIONAL

ESPANHA VIVE JÁ AS ELEIÇÕES DO DIA 15

Espanha vive intensamente um período eleitoral que resulta e de certo modo simboliza o grande impulso popular, reforçado desde a morte de Franco, pela abertura de um caminho democrático. Não que os presumíveis resultados eleitorais venham trazer ao quadro da política espanhola avanços significativos. Outros passos mais decisivos foram dados, como o reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores, onde outrora só era admitida como representativa a farsa de organizações montadas pelo franquismo; como a legalização do Partido Comunista de Espanha que, pelas suas repercursões presentes e futuras, suscitou viva reacção da parte das forças da extrema-direita. Mas em si, a consulta eleitoral representa uma vitória das forças democráticas, num país onde o silêncio era o único «voto» de massas tolerado.

A forma como os diversos partidos e forças se têm empenhado na campanha eleitoral é elucidativa, reflectindo os objectivos preconizados e o apoio de classe em que assentam.

Assim, o PCE e o Partido Socialista Operário Espanhol (que aglutina também trabalhadores, ainda que o seu programa seja inequívoca e vincadamente social-democrata – as soluções apontadas circunscrevem-se ao quadro económico do capitalismo) baseiam a sua campanha eleitoral preferencialmente em grandes manifestações de massas, utilizando também uma larga colagem de cartazes, preferindo-as aos anúncios pagos nos jornais e nos grandes painéis publicitários.

A União do Centro Democrático – partido por que concorre o primeiro-ministro Adolfo Suarez, e que tenta reunir o apoio dos que não desejando um regresso evidente ao espartilho do franquismo temem um futuro aberto, utilizando assim a ignorância, os preconceitos anticomunistas engendrados pelo fascismo, e a imperiosa necessidade de uma melhoria das condições de vida – apresenta um demagógico programa de «saneamento económico», redução da taxa de inflação, estabilização de preços e diminuição do desemprego, e utiliza para seu exclusivo benefício quer o aparelho de Estado, quer os resultados das sondagens que não surgem a público, pela sua possível influência no voto (e é bom não esquecer que há uma elevada percentagem de espanhóis que não sabe em quem votar – e outros que votarão, sem o saber, contra os seus próprios interesses).

A «Aliança Popular», neofranquista, circunscreve-se a sessões eleitorais em salas fechadas e faz publicar as suas palavras de ordem em jornais e revistas. Agrupa entre os seus dirigentes antigas figuras do franquismo, nomeadamente Fraga Iribarne.

A extrema direita utiliza o terrorismo – beneficiando, para mais, da libertação de alguns dos seus elementos mais destacados entre eles, Mariano Sanchez Covisa, dirigente da organização fascista «Guerrilheiros de Cristo-Rei» utiliza o atentado, a agressão à mão armada contra militantes de esquerda, em particular no decurso da colagem de cartazes com fins eleitorais.

Junho não determinará o futuro irreversível de Espanha, mas insere-se num processo em que os recuos, a demagogia, a actividade de sapa, se estão a tornar cada vez mais difíceis.

ANGOLA: A CONSPIRAÇÃO ABORTADA

Vigilância – é a palavra de ordem central em Angola, nestes últimos dias. Vigilância contra o fraccionismo, vigilância contra a reacção, vigilância para com a contra-revolução. Vigilância, para que não seja mais possível a repetição dos dramáticos acontecimentos que semearam a morte em Luanda na madrugada de 27, e roubaram ao povo angolano alguns dos seus dirigentes.

Nas primeiras horas do dia 27, um grupo de divisionistas apoderou-se momentaneamente da rádio, libertou da cadeia de Luanda terroristas da FLEC e da FNLA, esforçou-se por mobilizar o povo trabalhador da capital contra o MPLA, em nome do MPLA; contra o processo revolucionário que se vive em Angola, em nome da revolução. Repetidos apelos foram lançados pela rádio. Tentou-se utilizar as dificuldades que se vivem no país. Mas as massas trabalhadoras angolanas não corresponderam. O movimento contra o governo, contra a direcção do MPLA, tinha morrido à nascença, por falta inequívoca de apoio popular, por falta de braços armados com que os golpistas sem dúvida contavam.

Horas depois, quando as forças do MPLA recapturaram o emissor e anunciaram- "A rádio está nas mãos dos revolucionários. Está com Agostinho Neto", foi bem diversa a reacção dos trabalhadores de Luanda. O apoio à política do MPLA e a Agostinho Neto foi confirmado. Luanda não é uma cidade trancada nas suas casas, temerosa — vibra e participa. Um novo impulso é dado à revolução depois dos momentos de perigo, do tiroteio, dos mortos e feridos, dos assassinatos de dirigentes do MPLA. A rádio ajuda a esclarecer e a definir atitudes. As milícias populares procuram os cabecilhas da tentativa de golpe criminoso contra a revolução angolana. Não só o CC do MPLA, o Estado-Maior das FAPLA, o governo da RPA, estão unidos na defesa e prosseguimento da revolução, em torno de Agostinho Neto. As massas trabalhadoras, todo o povo angolano o está também. Mais consciente das dificuldades da revolução, mais consciente de quem são os inimigos.

Esta tentativa criminosa de golpe inscreve-se, como destacou Samora Machel na mensagem dirigida a Agostinho Neto a propósito dos acontecimentos de Luanda, "no quadro da vasta conspiração imperialista contra as forças progressistas africanas, nomeadamente os Estados de democracia popular, os Estados com orientação socialista e o movimento de libertação nacional".

Os ataques sucessivos, nestes últimos dias, do regime racista da Rodésia a Moçambique, atestam da continuidade da conspiração imperialista. Neste momento, qualquer movimento fraccionista no seio das organizações revolucionárias, quaisquer atentados ao curso da revolução, surge mais do que nunca como um acto criminoso e objectivamente contra-revolucionário.

As forças da direita, e em particular as portuguesas, congratularam-se com os acontecimentos, cozinharam a sua própria versão dos acontecimentos, deram voz à provocatória FNLA.

Angola vive ainda momentos particularmente difíceis. Acontecimentos como os ocorridos abrem caminho a redobrados ataques do imperialismo, que continua a rondar o país na esperança de o relançar no domínio neocolonial. Nem todos os elos da conspiração estão ainda desarticulados.

Mas a lição da madrugada de 27 de Maio não será esquecida. Ficaram mais claras as intenções dos que pretendiam mudar o rumo do país. Limpo o caminho pela justiça revolucionária, reforçada a sua dinâmica pela necessária consciencialização popular, novas perspectivas se abrem a um povo que heroicamente se tem batido contra todas as tentativas de se interpor no seu avanço para uma vida nova, para uma sociedade desenvolvida e progressista, para a paz indispensável ao trabalho construtivo.

UMA PAZ MAIS DIFÍCIL NO MÉDIO-ORIENTE

As eleições israelitas, olhadas com uma quase indiferença mesmo pelo mundo árabe, trouxeram um novo elemento — e negativo — ao complexo panorama do Médio Oriente. O «Likud» — aliança de pequenos partidos da extrema-direita ganhou as eleições. Esse facto representa que o dirigente do «Likud», Menahem Begin, conhecido pela defesa e prática aberta de terrorismo e pelo directo empenhamento em massacres de palestinianos, passará a dirigir a política israelita. E a nível externo — campo que se destaca particularmente no conjunto da orientação política de um país como Israel — os reflexos foram imediatos: Begin afirmou já, provocatório, que os territórios ocupados pelo seu país durante a guerra de 1967 são «terras libertadas pertencentes ao povo hebreu».

Entre as forças progressistas de todo o mundo, nomeadamente a esquerda israelita, entre os povos árabes, é grande e justificada a preocupação quanto ao futuro. Hoje, e numa zona que de há muito constitui um perigoso foco de tensão, afastam-se as hipóteses de paz e o perigo de uma guerra é bem mais palpável do que há apenas alguns dias. Os países do capital reagiram à superfície com movimentos de preocupação. É possível que os embarace um pouco, face à opinião pública mundial, surgirem como parceiros e apoio de um conhecido terrorista. Mas as relações manter-se-ão sólidas. Ninguém irá imaginar o «humanitário» Carter a cortar o fornecimento de armas a Israel, pelas suas inequívocas intenções belicistas. E serão até muito possivelmente alimentadas esperanças de relançar o Médio Oriente no sorvedouro da guerra, e nela conseguir alcançar alguns trunfos.

Para já, os propagandistas da burguesia entretêm-se a justificar a nítida derrota dos trabalhistas como um desgaste «inerente» ao exercício do poder (daqueles cuja política é antipopular, naturalmente...), escondendo que a maioria da população árabe não tem direito a voto, ignorando o espírito racista e chauvinista que é sistematicamente insuflado no povo israelita, os tremendos problemas económicos que o país atravessa com uma inflacção da ordem dos 38%. Por outro lado, vai-se apresentando os EUA como campeão da paz no Médio Oriente e, consequentemente, um dos principais «atingidos» pelos resultados eleitorais. Com um vergonhoso cinismo cala-se que no dia em que a Casa Branca cortasse os fornecimentos em armas a Israel, a sua política belicista caíria por terra.

O futuro é neste momento difícil de vislumbrar e mais complexos os caminhos para uma paz justa.

Foi a política trabalhista que abriu as portas à extrema-direita. Desde já o «Likud» levantou a possibilidade de estruturaçãp de uma ampla coligação onde são admitidas todas as forças políticas, com exclusão dos únicos que são consequentes defensores da paz, dos interesses dos trabalhadores do seu país, tanto árabes como judeus — os comunistas. É possível que o «Likud» consiga a unidade com as várias organizações passíveis de aceitar o rumo fascista e belicista que a extrema direita imprimirá à política israelita. De tal unidade nada de bom virá para trabalhadores árabes e judeus, nada de bom virá para o Médio Oriente. Mas podem alargar-se simultaneamente as possibilidades da batalha pelo isolamento do sionismo, dentro de Israel, a redução da sua base social de apoio.

Os perigos de guerra ampliaram-se. Entretanto, o actual contexto internacional, desfavorável a aventuras militares, pesará como um factor que Begin e a extrema-direita israelita não poderão ignorar. O reforço da unidade do movimento palestiniano é também um elemento que não pode ser ignorado — como afirmou Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP, em recente entrevista ao diário jugoslavo «Politika», a «a revolução palestiniana, triunfou sobre todas as tentativas que visavam estrangulá-la, isolá-la e subjugá-la, e não pode ser ignorada, na busca de uma solução para o Médio Oriente, qualquer que ela seja». Tão pouco Begin a poderá ignorar, por mais que o desejasse.

Neste contexto, exige-se redobrada vigilância, um esforço muito maior numa zona fulcral para a batalha da paz.

A elevação, ao nível de embaixada, das relações de Portugal com um Estado que é factor de guerra, e que neste momento é encabeçado por um poder de extrema-direita, chefiado por um terrorista — assume um significado extremamente grave. É reflexo de uma política de submissão ao imperialismo (que naturalmente se ressente no plano da política interna e externa). Torna objectivamente Portugal — porque constitucionalmente, e por vontade do nosso povo, deveria ser factor de paz — num elemento de apoio às forças mais agressivas, à política de ameaça de novas guerras que vem a ser seguida pelo capital internacional.

Na Polónia

O SENTIDO DUMA PROVOCAÇÃO

No dia 7 de Maio de 1977, às 6 e 50 da manhã, os moradores do n.º 7, na Rua de Szewska, em Cracóvia, na Polónia, encontraram ao pé da escada deste edifício o cadáver de um homem. O facto foi imediatamente comunicado ao posto de serviço da Milícia Civil, em Cracóvia. Os resultados dos exames médicos mostraram que o homem tinha morrido entre as 3 e as 4 da manhã, como consequência de uma hemorragia de que resultou sufocamento com sangue. Durante a autópsia do corpo averiguou-se que no sangue se encontrava uma percentagem de 2,6 por mil de álcool, o que corresponde ao consumo de pelo menos meio litro de vodka com conteúdo de 45% de álcool. O traumatismo causador da morte pode ter sido derivado de queda, mesmo que de altura pouco significativa. Como é normal nestes casos, as investigações prosseguem.

O homem encontrado morto à porta do n.º 7 da Rua Szewska, em Cracóvia, era o estudante Stanislaw Pyjas, do 5.º ano de Filologia Polaca, que habitava uma casa de estudantes de Cracóvia. A sua morte não passaria de um lamentável acidente, de um profundo choque para seus pais, quando muito um caso a assinalar a necessidade de um sempre redobrado cuidado na orientação e educação da juventude, de um salientar desse problema entre os vários que naturalmente os trabalhadores dos países socialistas têm que resolver, como detentores de um poder finalmente seu.

Seria assim. Mas um grupo de provocadores polacos, para quem uma sociedade regida por trabalhadores é uma realidade incómoda, fez da morte de um estudante, o "caso Pyjas". Transformou um acidente numa provocação contra a Polónia, contra o socialismo. Os homens agrupados no chamado Comité de Defesa dos Operários – que nessa "defesa" conta com os estranhos apoios de toda a propaganda burguesa e em particular da CIA, nomeadamente através da rádio provocatória "Europa Livre" – lançaram uma campanha difamatória, alardeando a morte de Pyjas como um assassinato político de um simpatizante da sua "causa" de traição nacional. Um texto-declaração sobre o pretenso assassinato do estudante foi transmitido para Londres e daí para o mundo capitalista. A rádio "Europa Livre" bombardeou a Polónia e toda a comunidade socialista com a versão "assassinato".

No interior da Polónia, o grupinho do Comité de Defesa dos Operários lançou-se no trabalho de provocação. Alguns destes elementos deslocaram-se a Cracóvia, onde espalharam os seus panfletos, tentando mobilizar estudantes para que o funeral de Pyjas e a festa do Carnaval Estudantil – Juvenália, fossem transformadas em manifestações de luto contra o Estado polaco. No cemitério, o pai do jovem morto opôs-se a qualquer provocação. A festa da Juvenália foi, como sempre, festa – um pequeno grupo à margem, tentou, sem o conseguir, transformá-la em manifestação alheia aos interesses estudantis, aos interesses do povo polaco. Ficou assim claro o isolamento dos provocadores, a consciência social e política da maioria da juventude de Cracóvia.

Dos ecos da provocação na propaganda burguesa, também nós em Portugal soubemos. Não só pela múltipla imprensa fascista e de direita, como pelas páginas dos jornais "pluralistas", especializados, em nome do socialismo, numa sistemática propaganda contra a comunidade socialista.

APROFUNDAR E DESENVOLVER A DEMOCRACIA SOCIALISTA

O curso da provocação tem pouco a ver com o curso da vida na Polónia. De um lado, alguns elementos anti-sociais conjugam esforços com o dinheiro e o apoio do imperialismo (que, aliás, publicamente reivindicam) para sabotar o trabalho construtivo, tentar destruir os fundamentos do socialismo. Do outro, trabalha-se na concretização do que colectivamente se determina ser o caminho a seguir.

Não muito antes de a morte de um estudante ser transformada por provocadores no "caso Pyjas", o camarada Edward Gierek, Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, tinha feito um importante discurso sobre o aperfeiçoamento permanente da democracia na Polónia.

O que significa hoje, nas nossas condições, aprofundar e desenvolver a democracia socialista? – perguntou-se Gierek no decurso da sua intervenção – **Nos últimos tempos, discutimos muitas vezes estes problemas com elementos de quase todos os meios, com activistas e trabalhadores das empresas mais importantes, com os melhores trabalhadores agrícolas, com os representantes dos meios intelectuais e com os cientistas. Há pouco tempo, reuniu-se o Grupo Parlamentar do POUP com a participação de parlamentares do PCU, PD e apartidários para uma discussão sobre o trabalho da Dieta. Definimos em conjunto novas directivas para uma constante vivificação do debate no seu seio, para um aumento da eficiência do controlo e para um aperfeiçoamento do trabalho legislativo. Na reunião do Comité Nacional da Frente de Unidade Nacional, discutimos os problemas relacionados com a actividade das comissões de moradores. Há uma semana, esteve reunida em sessão nacional a Conferência do Controlo Operário para análise da sua actividade. As conclusões nela aprovadas servirão para elevar e aumentar o papel de intervenção desta importante forma de democracia operária, à qual damos a maior importância. Estas e outras reuniões atestam claramente a justeza da política do nosso Partido e, ao mesmo tempo, mostram como existem ainda reservas que podem ser estimuladas para o activismo das massas trabalhadoras.**

A classe operária é o verdadeiro senhor do nosso país. A ela pertencem as maiores tarefas e a maior responsabilidade pelo desenvolvimento socialista da Polónia. Por isso, teremos de aperfeiçoar, antes de mais, aquelas formas de democracia socialista que garantem a participação dos operários na gestão da sua empresa, da sua região e de todo o país.

Este o vasto quadro em que se debate e vive a democracia na Polónia. Que nada tem a ver com medidas administrativas ou repressivas, mas com fraterna discussão entre todos os trabalhadores (e repare-se: não simplesmente entre todos os comunistas). Um quadro que nenhum governo PS, instalado em São Bento, poderia apresentar, ainda que coroado de campeão de direitos humanos por representantes da suspeita Casa Branca. O diálogo através das armas da GNR tem pouco de democrático e nem cheiro de liberdade...

Mas há muito mais. Há o terreno sólido das realidades sociais, económicas, que não se esgota na amplidão do debate, mas se concretiza em dados como a inexistência de desemprego, o direito ao ensino, à saúde, à segurança social – garantindo as bases materiais, sociais e legais para a sua realização –, uma moderna legislação de trabalho, que não faz nenhuma diferença entre trabalhadores manuais e intelectuais (será esta uma das fontes do descontentamento dos senhores do Comité de Defesa dos Operários?), a modernização da indústria como base do crescimento do rendimento nacional, e simultaneamente premissa da humanização do trabalho. Há dados indesmentíveis – profundamente significativos para os trabalhadores do mundo capitalista – o salário médio real (ou seja, tendo já em conta eventuais aumentos de preços) no sector socializado da economia cresceu 47% no decorrer dos passados seis anos; o total das despesas do Estado com as prestações de reforma e pensões cresceu de 34 milhões de zlotis, em 1970, para mais de 73 milhões, em 1976.

Nenhum aparelho provocador pode ofuscar esta realidade. Os "caso Pyjas" – parte integrante da estratégia do imperialismo – têm a desmascará-los a própria realidade do socialismo. Não é ocasional a política de silêncio dos mesmos que se fazem veículo sistemático da provocação.

Pequenas notícias

• Realizou-se na capital do Japão, a 12 de Maio, uma manifestação de pequenos e médios agricultores, de protesto contra a política agrária do Governo, que prefere beneficiar os monopólios incentivando a exportação de artigos manufacturados e importando artigos alimentares, em lugar de conceder uma ajuda eficaz aos camponeses. A política das autoridades tem agravado a ruína dos pequenos camponeses. O número de famílias camponesas diminuiu 20% nos últimos quinze anos, situando-se agora em 4,9 milhões. Cerca de 80% da população ligada à agricultura procura empregos nas cidades, o que se torna cada vez mais difícil, dada a grave recessão económica.

• O Congresso Permanente da Unidade Sindical da América Latina (CPUSTAL) endereçou às organizações sindicais de todo o mundo um apelo no sentido de se manterem solidários com os dirigentes do movimento sindical uruguaio, de que a maior parte se encontra actualmente nas prisões e campos de concentração. No documento, o CPUSTAL insiste na libertação imediata de todos os presos políticos do Uruguai e solicita à Organização Internacional do Trabalho que tome a iniciativa de exigir que se ponha termo à violação de todos os direitos do homem no Uruguai.

• Os 5 mil estivadores e marinheiros do porto de Calcutá, de onde partem os navios oceânicos que transportam artigos de juta, estão em greve há mais de três semanas. Depois de restabelecido o direito à greve, o patronato aproveita-se da falta da unidade do movimento sindical e utiliza o «lock-out» para desmobilizar e intimidar os trabalhadores. Apenas nos primeiros 20 dias de Abril, encerraram seis empresas de Bengala ocidental, ficando no desemprego 12 mil operários.

• Após 53 dias de greve e 6 jornadas nacionais de luta do sector, os estivadores de Dunquerque conseguiram fazer ceder a administração da «Usinor», no sentido de o novo cais de descarregamento mineralífero passar a ser público e comercial, e não apenas privado.

LEIA ASSINE E DIVULGUE
PARA ASSINATURAS
CONTACTE O
DEPARTAMENTO
DE VENDA DIRECTA DA
REVISTA INTERNACIONAL
CDL
CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA
R. PEDRO NUNES. 9-A LISBOA-1

VISITE
O STAND DO
Avante!
na
FEIRA POPULAR
de Lisboa

Ceausescu:

NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS COM ARMAS E EXPLORAÇÃO

As «teorias» políticas defendidas pelo imperialismo, nada têm a ver com conclusões tiradas da análise da realidade. São sim adaptações, melhor ou pior conseguidas, à dinâmica do quadro político internacional, com que se pretende defender o mais tempo possível a continuidade da sociedade de exploração, orientando uma máquina de propaganda com que sede esconder a crise aos olhos das massas, e denegrir quaisquer perspectivas de futuro.

Neste momento, campeia no mundo capitalista um inusitado interesse pelos «direitos humanos». A medida desses pretensos «direitos» serve para negar avanços no caminho da paz, como moeda de troca para acordos comerciais, enfim, elemento base nas relações (ou tentativa de as sabotar...) com a comunidade socialista.

A imprensa burguesa e restantes órgãos de propaganda, andam encharcados de moralidade, o mesmo se podendo dizer de muitos discursos políticos de dirigentes do mundo do capital. Dificilmente a cotação da palavra liberdade pode andar mais baixo. Toneladas de teoria, de «elevadas» dissertações, na dose considerada certa para abafar a ausência do que se propagandeia. Só que mesmo assim não chega.

E não chega porque, entre tais teorias e a prática diária, que milhões de pessoas sofrem no mundo do capital, vai um abismo insondável, que nenhuma mistificação sistemática consegue encobrir por completo.

Em importante e recente discurso pronunciado pelo presidente Nicolae Ceausescu, da Roménia, perante uma conferência de escritores nacionais, foi justamente destacado que a democracia é incompatível com «a exploração do homem pelo homem», e a existência de «sérias desigualdades económicas, sociais e políticas», como é norma na sociedade capitalista. Comparando a vida dos trabalhadores nos sistemas capitalista e socialista, Ceausescu afirmou: **«Um indivíduo dificilmente pode falar em direitos humanos fundamentais numa sociedade onde a milhões de pessoas não é dada a oportunidade primordial de ganhar o seu sustento, onde uma grande parte da geração de jovens se vê privada da certeza de um futuro. Essa geração verifica também que não é aproveitada ao máximo toda a sua capacidade e treino, adquiridos nos anos em que estudou».**

Esta contradição fundamental entre a teoria e a prática — não há nem pode haver liberdade sem segurança social, no mais amplo sentido do termo — reflecte-se igualmente num problema determinante da nossa época: a conquista da paz.

Em entrevista ao quotidiano jugoslavo «Politika», Ceausescu reafirmou a necessidade, defendida por todos os países socialistas, e de há muito apontada pela URSS como tarefa prioritária na nossa época de todos os defensores da paz, de **«medidas concretas a favor do desanuviamento e uma redução militar, sem o que dificilmente se pode falar de paz e de segurança na Europa».**

Se há campo em que o carácter demagógico das «teorias» defendidas pelo imperialismo salta aos olhos, esse é justamente o da luta e defesa da paz. Não há hoje um dirigente do mundo do capital que se atreva a advogar a guerra. Lamentavelmente uma voz continua a erguer-se na apologia da guerra: a dos dirigentes chineses. Mas de Washington a Bona, de Londres a Paris, é sempre em nome de uma pretensa paz que se defende a escalada armamentista, é em nome dos direitos humanos que se nega o direito humano fundamental: o direito à vida.

É bem pobre e viciosa a moralidade imperialista. Da liberdade esquece tudo o que garante uma vida segura e feliz: o direito ao trabalho, à saúde, à cultura, a resolução dos problemas das crianças, dos velhos, da mulher, o direito à gestão do poder, em todos os escalões da actividade social e política. Da paz retira o conteúdo: um novo clima internacional num planeta sem armas.

COLECÇÃO RESISTÊNCIA

EDIÇÕES «AVANTE!»
A LUTA HERÓICA DOS POVOS CONTRA A OPRESSÃO E O FASCISMO

VOLUMES PUBLICADOS

41.01 **Até Amanhã, Camaradas**
Manuel Tiago — 4.ª edição — A luta heróica na clandestinidade contra a ditadura fascista.
120$00

41.02 **Cartas da Prisão – I**
José Magro — 2.ª edição — Recordações e reflexões da vida prisional sob o fascismo.
30$00

41.03 **A Defesa Acusa**
A dignidade e a valentia dos comunistas perante a PIDE e os Tribunais fascistas
50$00

41.04 **Tarrafal Campo da Morte Lenta**
Pedro Soares — A condenação à morte pela fome e a doença de centenas de portugueses antifascistas.
30$00

41.05 **Testamento sob a Forca**
Julius Fučik — 2.ª edição — As câmaras da tortura do fascismo alemão.
30$00

41.06 **Cinco Dias, Cinco Noites**
Manuel Tiago — Novela encontrada num arquivo clandestino junto com o romance «Até Amanhã Camaradas».
30$00

41.07 **Recordação dos Tempos Difíceis**
Miguel Wager Russel — O Tarrafal. A vida no campo. O trabalho forçado. A repressão. A «Frigideira». As fugas frustradas. Os directores, os guardas, os médicos.
50$00

ACABA DE SAIR

OS MEUS 7 FILHOS

É bem real a história dos sete irmãos Cervi que nos conta seu pai. Homens simples, trabalhadores da terra, tomaram quando foi preciso a senda da Resistência. Foram todos sete fuzilados ao mesmo tempo pelos fascistas italianos.

Obra conhecida em todo o mundo, editada já em dezena e meia de países, **Os Meus Sete Filhos** é a justo título considerada uma das mais elevadas expressões literárias da Resistência italiana.

Não são heróis guerreiros. Largaram o arado para se baterem pela liberdade e a justiça contra o privilégio e a opressão. Encarnam todos os heróis da luta dos povos. São sete marcos que apontam os caminhos do futuro.

QUEIRAM ENVIAR OS SEGUINTES LIVROS

n.ºs código _____

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

PARA O EFEITO REMETO A QUANTIA DE _____$_____

EM Cheque / Vale de Correio N.º _____ Sobre Banco / Est. Correio

REMETER A

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Rua Pedro Nunes 9-A — Lisboa 1

OFERTA ESPECIAL

A quem comprar todos os livros desta colecção nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto,

~~420$00~~ 295$00

Partidos políticos propõem legislação para autarquias

A descentralização e a autonomia administrativa são uma profunda aspiração popular. O PCP tem, repetidamente, salientado a necessidade da publicação de uma lei de atribuições e competências das autarquias que institua o princípio constitucional da descentralização e autonomia administrativa dos órgãos de poder local, regulados ainda em numerosos aspectos, pelo Código Administrativo de Marcelo Caetano.

Na sequência dessas tomadas de posição e indo ao encontro de exigências ultimamente manifestadas por muitos órgãos de poder local, o nosso Partido apresentou recentemente na Assembleia da República um projecto de lei sobre o poder local, a que já nos referimos em edição anterior. O PSD/PPD, por seu lado, apresentou igualmente um projecto sobre a mesma matéria. Por último, o Governo decidiu-se também a submeter à Assembleia da República uma proposta de lei sobre autarquias locais. Torna-se pois necessário esclarecer ainda que em linhas muito gerais, quais os pontos de contacto e as divergências entre estas três propostas, de forma a garantir a intervenção dos membros eleitos das autarquias e dos próprios órgãos do poder local no debate que se vai travar na Assembleia da República.

Uma das mais importantes divergências entre os dois projectos e a proposta de lei refere-se ao papel das Assembleias Municipais e de Freguesia. Como se sabe, a Constituição estabelece que as Assembleias têm um papel deliberativo, enquanto as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm um papel executivo. Isto significa que a repartição de competências entre as Assembleias e os órgãos executivos deve ser tal que garanta que o essencial das decisões caiba efectivamente às Assembleias.

Podemos dizer que a proposta do PCP prevê que assim seja de facto, atribuindo-lhes mesmo competências mais vastas do que aquelas que lhes são atribuídas quer pelo PPD quer pelo PS.

Outro ponto muito importante diz respeito à questão da colegialidade do funcionamento dos executivos. O que quer dizer que tanto as Câmaras Municipais como as Juntas de Freguesia devem ter um funcionamento que conduza a que as decisões sejam tomadas pelo conjunto dos seus membros e não pelo presidente da Câmara isoladamente.

Na verdade, enquanto o Código Administrativo de Marcelo Caetano previa que, por exemplo, o presidente da Câmara fosse um órgão, isto é, tivesse poderes próprios, a Constituição prevê, pelo contrário, que quer as Câmaras quer as Juntas tenham um funcionamento colegial. Daqui decorre que deve ser à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia no seu conjunto que devem ser atribuídos os poderes que cabem aos executivos.

O que acontece, porém, é que nem o projecto do PPD nem a proposta de lei do Governo prevêem que assim seja. Com efeito, ambos estabelecem que o executivo da Câmara e da Junta seja o respectivo presidente. Ou seja, malgrado a Constituição dizer que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são órgãos executivos, a proposta de lei do Governo e o projecto de lei do PPD não só transformam esses órgãos executivos em órgãos deliberativos — o que é inconstitucional —, como também estabelecem que o presidente da Câmara e da Junta, que não são órgãos, o passem a ser.

É conveniente salientar que, caso estas disposições viessem a ser aprovadas, os presidentes passariam a poder decidir todas as questões a seu bel-prazer, reduzindo os restantes membros a figuras decorativas. Quem poderá ter dúvidas dos objectivos que estão por detrás destas medidas?

Outro ponto em que existe desacordo refere-se à questão dos vereadores a tempo permanente. Como é conhecido, o PCP tem insistido para que existam vários vereadores a tempo permanente a fim de que as Câmaras Municipais sejam geridas por quem foi eleito pela população e não pelos funcionários, nomeadamente pelos chefes de secretaria. Sucede, porém, que o PPD não prevê sequer que existam vereadores a tempo permanente. O PS prevê que existam, mas não só o número que propõe é insuficiente, como chama aos vereadores a tempo permanente coadjuvadores do presidente da Câmara. No que respeita à forma de designação, enquanto o PCP prevê que ela seja automática, segundo o método de representação proporcional, o PS prevê que sejam designados pelo presidente da Câmara. Mais uma vez aqui se nota o presidencialismo da proposta do Governo.

Quanto ao número de vereadores que pode ter cada órgão, enquanto o PCP faz depender esse número de eleitores, o PS mantém o critério baseado na classificação de conceito estabelecido no Código Administrativo de Marcelo Caetano. Esta classificação, como se sabe, conduz a resultados extremamente injustos. Basta dizer, por exemplo, que concelhos como o Seixal e Guimarães são considerados, segundo este critério, concelhos rurais!

É com preocupação que as forças progressistas vêem o Governo disposto a manter este critério, esquecendo um precedente anterior de não utilização do mesmo, nomeadamente aquando da fixação do número de membros de cada órgão de poder local. Com efeito, nessa altura o critério utilizado foi a correspondência ao número de eleitores e não a classificação de Marcelo Caetano.

AS LEIS TÊM QUE RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO

Um aspecto que é extremamente grave, no projecto do PPD, refere-se ao facto de nele se prever, no que respeita às eleições das Câmaras Municipais, que deixe de ser utilizado o método de representação proporcional. Isto é, o PPD propõe que se regresse ao sistema de lista completa praticado no tempo do fascismo. Estranho conceito de "pluralismo" este, que conduziria a que as Câmaras fossem compostas exclusivamente por representantes do partido mais votado. Desta forma se pretende acabar com a convergência de opiniões, com o funcionamento unitário, com a procura e a discussão franca das soluções.

Este aspecto previsto pelo PPD contraria ainda abertamente a Constituição, que estabelece que em todos os órgãos deve ser utilizado o método de representação proporcional.

Um ponto muito importante comum aos dois projectos de lei e à proposta de lei é a institucionalização do Conselho Municipal. Trata-se de um órgão que está previsto na Constituição, tendo o PCP e outras forças democráticas insistentemente defendido que ele seja integrado pelas organizações que compõem o movimento popular de massas existentes em cada concelho.

Outro ponto que é comum a qualquer das propostas é a institucionalização das Assembleias Distritais. Como se sabe, a Constituição da República prevê a extinção dos distritos e a sua substituição por Regiões Administrativas, que deverão ser compostas por órgãos eleitos directamente pela população.

O PCP pronunciou-se já diversas vezes pela rápida institucionalização destes órgãos. Contudo, a verdade é que enquanto subsistirem os distritos, se estruturam os órgãos que garantam o funcionamento desta divisão administrativa, devem ser adaptadas as disposições previstas na Constituição. Ora o que a Constituição prevê, enquanto não são instituídas as Regiões, é que transitoriamente existam Assembleias Distritais, deliberativas, que se devem pronunciar sobre os aspectos mais importantes da vida de cada distrito.

Neste aspecto, as divergências surgem quanto à composição das Assembleias. Assim, o projecto do PPD prevê que ela seja composta pelos presidentes das Câmaras Municipais e por dois representantes de cada Assembleia Municipal, devendo um deles ser o presidente de uma Junta de Freguesia. A proposta do PS prevê apenas a presença dos presidentes das Câmaras. De novo se salienta o carácter presidencialista das propostas.

O PCP, pelo contrário, prevê que as Câmaras Municipais devem ser representadas por um dos seus membros, eleito pela própria Câmara; que estejam dois representantes da Assembleia Municipal também eleitos pela Assembleia, sendo um deles obrigatoriamente presidente de uma Junta de Freguesia, para garantir a representação dos pontos de vista das Freguesias na Assembleia distrital.

Quanto às competências das Assembleias distritais também existem divergências. Podemos dizer que quem vai mais longe nas competências a atribuir a estes órgãos é de novo o PCP. Competências como a coordenação dos meios de acção distritais, aprovação de subsídios e a definição dos programas de trabalho dos gabinetes de apoio técnico, são aspectos extremamente importantes da competência que o PCP quer atribuir às Assembleias Distritais.

O debate na Assembleia da República permitirá certamente melhorar as resoluções dos três projectos e apurar os possíveis pontos de convergência. Há no entanto aspectos que não são susceptíveis de serem negociados, nomeadamente os que estão previstos na Constituição e a que temos vindo a fazer referência, dado que o PCP defende que as leis têm que respeitar a Lei Geral do País, a Constituição da República.

A acção dos órgãos de poder local, tal como já tem acontecido, poderá conduzir a que as soluções consagradas sejam democráticas e em pleno acordo com a Constituição.

As mulheres lutam pelos seus direitos. Reafirmaram-no mais uma vez, agora no Porto

I Conferência de Mulheres do Norte

«A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DA MULHER É INDISSOCIÁVEL DA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO»

A Conferência de Mulheres do Norte constituiu uma importante manifestação da vontade que anima as mulheres para defenderem os seus interesses, concretizarem as suas aspirações e terem um papel cada vez mais activo nos diversos aspectos da vida nacional. Mais de um milhar de mulheres dos distritos do Norte e das mais variadas profissões exprimiram, num ambiente franco e aberto, "a vontade de lutar contra a inferiorização do seu papel, pela sua libertação e dignificação, por uma actividade na vida do país que se aproxime da igualdade", *como salienta a declaração final daquela Conferência.*

Além de se ter solidarizado com a luta que as suas companheiras travam nas fábricas, nos campos, nos estabelecimentos de ensino, nos hospitais e no seu local de habitação, a Conferência considerou "que a luta pela libertação da mulher é indissociável da construção de um Estado democrático" *e aprovou a formação do Conselho de Mulheres do Norte, constituído por várias dezenas de mulheres que se destacam nos diferentes campos de actividade económica, social, cultural e política.*

TOMAR CONSCIÊNCIA DAS INJUSTIÇAS

Cerca de quatro dezenas de mulheres foram convidadas a tomar lugar na mesa que presidiu à sessão inaugural. Entre outras, foram chamadas Virgínia Moura, engenheira civil; Cândida Castro, operária têxtil e dirigente sindical; Ilse Losa, escritora; Odete Rocha, empregada do comércio e dirigente sindical; Hélia Abranches Soveral, professora do Conservatório de Música e membro do Conselho Directivo da Escola de Música; Maria Helena Medina; Lucília Telhado Costa, doméstica, de Vila Real; Emília Júlia Almeida, professora na Escola de Fânzeres e delegada sindical; Filomena Maia Gomes, advogada; Helena Cabral, professora da Escola do Magistério de Viana do Castelo; Fátima Sampaio, empregada do comércio; Cândida Lemos, operária da "Neoiux"; Maria do Sameiro, doméstica, de Braga; Maria Laura Araújo, professora da Faculdade de Letras do Porto.

Calorosamente aplaudidas, foram lidas várias moções enviadas por diversas organizações, designadamente pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário, pelo Secretariado Nacional do Movimento Democrático das Mulheres e pelo Secretariado da Intercomissões de Moradores, trabalhadores e de órgãos da vontade popular do concelho de Matosinhos.

Pouco depois iniciava-se a actividade das quatro secções da Conferência (família e trabalho, vida local, arte, cultura e desporto e a mulher e a Constituição). Sem dúvida que o maior interesse e adesão das participantes se manifestou relativamente à primeira e quarta secção. Durante várias horas, até cerca das 16 h., muitas centenas de mulheres debateram, num espírito de franca abertura e de respeito mútuo pelas diversas concepções manifestadas, problemas relacionados com a família e a actividade profissional.

Nesta secção além de duas teses apresentadas, foram tomados como pontos de referência vários documentos versando aspectos da vida das camponesas e de operárias de várias unidades industriais. Igualmente, foram escutados depoimentos denunciando a carestia da vida, o desemprego, as desigualdades salariais, a falta de assistência médica. Das conclusões da secção que discutiu problemas acerca da família e do trabalho sublinhamos o apelo feito à necessidade da mobilização das mulheres para a resolução dos seus problemas, para a sua consciencialização e luta contra as situações discriminatórias, pela superação da crise e pelo cumprimento da Constituição.

Também foi reivindicada a criação pelo Governo de um Instituto dedicado ao estudo das condições de trabalho e à prevenção das doenças profissionais; a criação de condições que facilitem o aperfeiçoamento técnico das trabalhadoras, libertem a mulher da realização da dupla tarefa; a concretização do Serviço Nacional de Saúde, o cumprimento e aperfeiçoamento da legislação relacionada com a protecção à mulher grávida. Além da revisão da situação dos reformados, as centenas de participantes nos trabalhos daquela secção exigiram ainda a criação de creches, jardins de infância com horários cobrindo o horário da mãe trabalhadora; o combate eficaz à droga e à prostituição.

As discrepâncias ainda verificadas entre os princípios definidos na Constituição e a vida quotidiana foram analisados pelas largas dezenas de mulheres que se debruçaram sobre esses problemas na IV Secção. Como frisa o documento final da Conferência, *"a consagração na lei fundamental do nosso país da igualdade da mulher e do homem, impondo-a na vida, na lei e no trabalho, constitui uma importante conquista das mulheres e do povo português".* Daí, a necessidade de tomar uma realidade os princípios gerais consignados no documento elaborado pela Constituinte como foi reiterado ao longo da discussão e sintetizado nas conclusões que foram lidas, no Plenário de encerramento, por Filomena Gomes.

LUTA CONTRA A VIDA CARA

Na discussão feita na secção que analisou os problemas relacionados com a vida local, foram apuradas importantes conclusões visando o reforço da luta das mulheres contra o aumento do custo de vida, pela fixação dos preços, contra a especulação, através do incentivo à formação de comissões unitárias de mulheres. No capítulo da habitação, não só foi reclamado o respeito pelo direito à habitação, como a correcta aplicação da utilização dos solos e o fomento da construção económica. Foi feito um apelo à mobilização das mulheres contra os despejos. Procurando uma maior participação das mulheres na vida da colectividade, foi realçada a importância de intensificar a sua participação nas Comissões de Pais e nos órgãos das autarquias locais, através da sua presença e intervenção nos debates públicos regulamentarmente previstos.

Na III Secção, que se debruçou sobre a arte, a cultura e o desporto, foram propostas algumas medidas tais como o planeamento a nível nacional de campanhas de alfabetização, a modificação dos programas dos meios de comunicação social, no sentido duma consciencialização do papel que cabe à mulher. Por outro lado, foi vincada a necessidade de serem criadas condições para o acesso ao ensino dos trabalhadores, através da promulgação de legislação que reduza o tempo de horário de trabalho para estudar, para a prática desportivo nas empresas.

Num ambiente de grande entusiasmo, foram ratificadas pelas mulheres, que enchiam completamente o teatro do liceu Rodrigo de Freitas, as conclusões aprovadas nas quatro secções. Para coordenar futuras realizações e para dinamizar a luta em todos os sectores da actividade foi eleito o Conselho de Mulheres do Norte que terá também como tarefa a preparação da II Conferência. A lista apresentada foi aprovada massivamente pela quase totalidade das mulheres presentes. Por unanimidade, foi aprovada uma saudação às camponesas do Norte.

NOS AÇORES E NA MADEIRA LIBERDADE PARA QUEM?

«A situação dos trabalhadores do Arquipélago continua extremamente crítica, ainda mais crítica que a dos seus irmãos do Continente. Na verdade, se o aumento do custo de vida vem recair sobre todos, o caso é que na Madeira, para muitas categorias de trabalhadores os salários são ainda mais baixos de que os praticados no Continente. Lembremos que uma operária bordadeira só há muito pouco e através de uma luta esforçada conseguiu auferir os 4 000$00, e que uma bordadeira de campo nem ao menos recebe um quarto disso. Lembremos também que o problema do desemprego se apresenta na Madeira em termos ainda mais preocupantes que os do Continente, até pela menor capacidade de resistência da parte das organizações insulares de classe é o caso em especial da construção civil, onde a crise é já grave, e há ainda a situação particularmente revoltante dos despedimentos compulsivos e arbitrários de trabalhadores, como sucedeu há dias com três trabalhadores do Madeira Palácio, ante a justa indignação dos seus companheiros de trabalho».

Estas palavras foram pronunciadas por José Magro, membro do CC do PCP, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada na passada segunda-feira no Funchal. Prosseguindo, acrescentou o nosso camarada:

Contra tal situação vêm lutando corajosamente os trabalhadores da hotelaria, os da construção civil, as bordadeiras, os empregados de escritório, os caixeiros e outros, embora a existência de um governo regional de direita torne a luta ainda mais difícil, não obstante a apregoada neutralidade deste. Não favorece também os trabalhadores a debilidade e as deficiências do movimento sindical do Arquipélago, ora influenciado ainda por elementos de direita, ora por elementos esquerdistas, mais interessados em combater o PCP do que o próprio patronato e sujeitos aos males tradicionais do aventureirismo de esquerda — reivindicações utópicas, formas incorrectas de luta que conduzem os trabalhadores a becos sem saída e ainda outros.

No entanto é absolutamente certo para nós que o movimento operário e o movimento democrático desta ilha, cada vez mais unidos aos movimentos operário e democrático do Continente, saberão lutar com crescente êxito em defesa dos seus interesses, em defesa das conquistas populares, em defesa da democracia rumo a uma sociedade mais justa e liberta da exploração do homem pelo homem.

NÃO É DIFÍCIL PERCEBER PORQUÊ

Anteriormente, José Magro expusera a orientação geral do nosso Partido relativamente aos problemas da actual situação política. Referindo-se aos Açores e à Madeira, salientou:

Existe ampla liberdade de expressão, sim, mas para a imprensa reaccionária. Existe liberdade, por exemplo, para o reaccionário «Jornal da Madeira», a fazer apelos à violência sobre uma pacífica festa popular promovida pelo PCP no Parque de Santa Catarina. Existe liberdade para a imprensa separatista e fascizante — como o «Diário da Madeira» ou o «Zarco», aliás órgão da APAM — a darem total cobertura aos comunicados de movimentos como a APAM que todos sabem ser fiel expressão legalizada de organizações clandestinas separatistas, como a FLAMA. Existe liberdade real, sim, mas para esta mesma FLAMA, e para o cometimento de toda a sua longa série de crimes, como os da noite de antes de ontem, com a destruição de três carros de destacados camaradas socialistas, para quem vai a nossa total solidariedade, ao mesmo tempo que levantamos por esta forma (e também por comunicado especial) o nosso veemente protesto junto das autoridades regionais pela sistemática impunidade de que gozam esses autênticos criminosos. Não é no entanto muito difícil percebermos porquê. Em primeiro lugar, é sabido que muitos que teriam de sofrer, castigo por tais vandalismos estão estreitamente ligados ao partido que integra o próprio governo regional; em segundo lugar porque o ambiente de terror assim criado poderá fazer recuar os democratas e o povo, impedindo-os de exigirem mais firmemente as liberdades e garantias a que têm direito elementar — o que é objectivo constante de toda a reacção; em terceiro lugar, porque as manifestações de separatismo e de independentismo permitem uma acção de pressão e de chantagem sobre o governo e as autoridades centrais; e, em último lugar, também porque poderão eventualmente surgir um dia condições para impor a tal independência, a afastar definitivamente o povo do Arquipélago da Revolução Portuguesa, e a entregá-lo à brutal submissão dos imperialistas americanos e à exploração dos monopólios respectivos.

Será escusado insistir em que tais movimentos, clandestinos ou legalizados, nada têm a ver com os trabalhadores e o povo da Madeira. Os trabalhadores e o povo compreendem que, no fundo, é contra os seus interesses que tais «grupos» proliferam e actuam, aqui e nos Açores. E é bem sintomático, quanto ao governo regional, que enquanto permite a legalização de associações com objectivos declaradamente subversivos, como a APAM, acaba por ordenar violentas cargas policiais, semelhantes às do tempo do fascismo, sobre aqueles que protestam contra tão claro atropelo às leis do país.

«Poder Local»

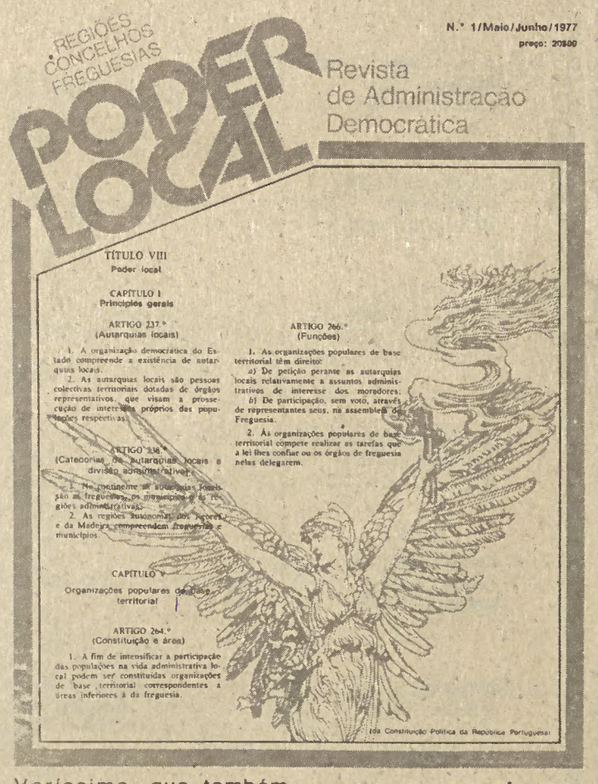
UMA REVISTA DEMOCRÁTICA SOBRE AUTARQUIAS LOCAIS

"Poder Local", a primeira publicação que trata dos problemas das autarquias locais, será posta à venda ainda esta semana, conforme foi divulgado anteontem no decorrer de uma conferência de imprensa presidida pelo director da nova revista, Luís Sá.

No decorrer do encontro com os jornalistas foi salientado que o aparecimento desta revista "constitui um importante acontecimento, na medida em que corresponde ao movimento democrático das autarquias e relata as experiências positivas já realizadas neste campo".

"Poder Local", que inicialmente será publicada de dois em dois meses, conta com a participação de diversos colaboradores, entre os quais Silva Graça, Oliveira e Sá, Teresa Ventura, Helder Madeira e José António Veríssimo, que também estiveram presentes.

A revista PODER LOCAL é a única revista de administração democrática existente em Portugal. Nascida nas novas condições criadas pela Revolução de Abril e pela entrada em vigor da Constituição, surge para apoiar a construção do novo aparelho de Estado Local, através do debate dos problemas e das soluções, da recolha e divulgação de experiências de gestão democrática, do estudo das condições concretas existentes em cada região, concelho ou freguesia. Revista para os eleitos das Assembleias Municipais e de Freguesias das Câmaras Municipais e Juntas, PODER LOCAL será também a revista do Movimento Popular, de todos os que querem contribuir para a satisfação das inúmeras carências que afectam as populações das regiões, concelhos e freguesias do nosso país. A revista PODER LOCAL tem como objectivo informar sobre os meios para a resolução dos principais problemas que se põem às Autarquias Locais, que são alguns dos problemas quotidianos das massas populares: a habitação, o abastecimento de água, os esgotos, os lixos, a electrificação, as estradas e os caminhos, os transportes, as escolas, creches e jardins de infância, a saúde e a segurança social, a organização dos tempos livres, a cultura e o desporto.



18ª FIL: PRESENÇA SALIENTE DOS PAÍSES SOCIALISTAS

Um dos aspectos mais salientes da 18.ª edição da Feira Internacional de Lisboa (FIL), que se manterá aberta até ao próximo dia 7, é, sem dúvida, a participação de seis países socialistas — União Soviética, República Democrática Alemã, República Popular da Bulgária, República Socialista da Checoslováquia, República Popular da Hungria e República Socialista da Roménia —, factor importante para o desenvolvimento dos contactos comerciais, da cooperação e do intercâmbio a todos os níveis entre Portugal e o mundo socialista.

Na verdade, o comércio estabelecido entre o nosso país e nações socialistas — cujo valor absoluto rondou em 1976 os 8,5 milhões de contos em volume de trocas, 2,6 milhões em exportações e 5,9 milhões em importações — tem registado um grande aumento desde 1974: mais de 226,9 por cento em comparação com os 3,7 por cento de crescimento do nosso comércio global.

Com o objectivo de dar a conhecer a qualidade e a capacidade dos seus produtos de exportação, testemunhando, ao mesmo tempo, os êxitos da ciência, da técnica e da cultura, aqueles seis países socialistas trouxeram para a FIL o que de mais avançado se faz no Mundo, nos domínios da indústria: desde os artigos de fotografia, até aos automóveis e outros veículos de transporte, passando pelas máquinas-ferramentas e pelos motores "diesel".

Instalada no pavilhão 4, a representação da **URSS**, a maior do certame, integra 25 organizações de comércio externo, entre as quais figuram a "Stankoimport", que coloca, em 70 países, a produção soviética de máquinas-ferramentas, e a "Energomachexsport", que mostra geradores a turbinas e hidráulicos, motores eléctricos e equipamentos para soldadura. Por seu lado, a "Machpriborintorg" apresenta microscópios, aparelhos fotográficos, oscilografos, câmaras cinematográficas, televisores, etc. A representação soviética inclui ainda três modelos de automóveis ("Gaz-24", "Moskvich" e "Zaporozhets"), motos, motorizadas, bicicletas, motores para barcos de pesca e tractores. A organização "Mejdunarodnaia Kniga" apresenta livros, discos, **jornais, selos e diapositivos soviéticos.**

Entretanto, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada no dia da abertura do pavilhão da URSS, o representante da Câmara de Comércio e Indústria da União Soviética no nosso país — organismo que abriu recentemente a sua delegação em Lisboa — ao referir-se ao estado actual do saldo das relações comerciais entre os dois países, sublinhou: **Sabe-se que vendemos a Portugal poucas mercadorias. O volume maior é representado pelo petróleo. Se não levarmos em conta o petróleo, a balança comercial seria favorável a Portugal numa percentagem que rondaria os 40 por cento. E mais adiante, declarou: Se repararmos na lista das mercadorias que compramos a Portugal, verificamos que ela ocupa várias folhas. Convém acrescentar que chegam quatro linhas para enunciar as mercadorias que vendemos a Portugal. Mas, apesar disso, continuamos a trabalhar no mercado português com o objectivo de comprar mais mercadorias. Além disso, a balança comercial entre Portugal e a URSS (incluindo o petróleo) referida a 1976, está praticamente equilibrada.**

A semelhança do que tem acontecido com o pavilhão da URSS, também as representações dos outros países socialistas têm atraído a atenção e o interesse da maioria dos visitantes.

Situada no pavilhão 9, a representação da **Bulgária** expõe, entre outros artigos, calculadoras electrónicas, máquinas de escrever, produtos lácteos, equipamentos para aviários, conservas de carne e aparelhos de televisão.

Por seu lado, o *stand* da Checoslováquia, que foi organizado pela "Brno Trade Fairs", tem patente produtos e equipamentos de diversos sectores, entre os quais, têxteis, livros, produtos químicos, material médico-sanitário, artesanato, artigos de decoração, equipamentos escolares e de escritório, telecomunicações, produtos alimentares, artigos domésticos e eléctricos, veículos de transporte, electrónica, brinquedos, metalurgia, transportes aéreos, etc.

A representação da **Hungria** mostra artigos de fotografia, livros, discos, produtos de aluminio, instalações para a protecção do ambiente e para aquecimento, além de couros e de vários produtos relacionados com o sector químico.

O pavilhão da **Roménia** é dedicado ao turismo.

Organizado pela «Interwerbung» (Berlim), o pavilhão da RDA apresenta diversos artigos do ramo eléctrico e motores de vários tipos, além de dispositivos ligados à indústria de construção automóvel, nomeadamente transportes de carga.